



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | Outubro 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Outubro de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de outubro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

| | |
|---|-----------|
| Conjuntura | 5 |
| Sumário | 7 |
| 1. Enquadramento Internacional | 11 |
| 2. Conjuntura Nacional | 15 |
| 3. Comércio Internacional | 27 |
| Destaques | 33 |
| Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2013 | 35 |
| Proposta do Orçamento do Estado para 2014 | 39 |
| Artigos | 43 |
| Em Análise | 45 |
| A Atividade Turística em Portugal | 45 |
| Iniciativas e Medidas Legislativas | 59 |
| Abreviaturas Utilizadas | 67 |

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de julho e agosto de 2013, a produção industrial mundial acelerou para 2,3% em termos homólogos (1,7% no 2.º trimestre) tendência que se estendeu tanto às economias avançadas como aos países emergentes, especialmente asiáticos. No mesmo período, o comércio mundial de mercadorias também reforçou o seu crescimento em resultado da aceleração das importações e exportações mundiais, com exceção das exportações das economias avançadas, as quais apresentaram um ligeiro abrandamento devido à área do euro.
- * No 3.º trimestre de 2013, a economia mundial deve ter continuado a crescer moderadamente, assente nos países emergentes e em desenvolvimento. Com efeito, neste período, o PIB da China acelerou para 7,8% em termos homólogos reais (7,5% no 2.º trimestre) devido ao reforço da procura interna. De entre as economias avançadas, destaca-se o reforço do crescimento do PIB do Reino Unido para 1,5% em termos homólogos reais (1,3% no 2.º trimestre); a manutenção de uma expansão económica moderada dos EUA e uma melhoria dos indicadores de confiança da área do euro, apesar desta economia continuar ainda frágil.
- * Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2013 para os EUA indicam um crescimento da atividade económica assente num crescimento robusto da procura privada, apoiada pelo fortalecimento do mercado de habitação e por uma evolução favorável do mercado de trabalho. De facto, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2013, a produção industrial; as vendas a retalho e as exportações aceleraram e o consumo privado estabilizou em torno de um aumento de 1,9% em termos homólogos reais. A taxa de desemprego desceu para 7,2% em setembro de 2013, o valor mais baixo desde dezembro de 2008.
- * No 3.º trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou de forma expressiva tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), abrangendo todos os setores. Também, o indicador previsional de Banco de Itália, indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em setembro, indiciando o prosseguimento desta tendência para o 3.º trimestre de 2013 (+0,3% no 2.º trimestre). Porém, os indicadores quantitativos para a área do euro no conjunto dos meses de julho e agosto de 2013 ainda não revelaram um maior dinamismo da atividade económica. Assim, neste período, a produção industrial e as exportações deterioraram-se; enquanto as vendas a retalho apresentaram uma ténue melhoria. Em agosto de 2013, a taxa de desemprego manteve-se tanto na UE como na AE, em 10,9% e 12%, respetivamente e, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,1% em setembro de 2013 (1,3%, em agosto) devido à quebra mais acentuada dos preços de energia e à desaceleração dos preços de bens alimentares.
- * Em outubro de 2013 e, até ao dia 24, o preço *spot* do petróleo *Brent* diminuiu, em média, para 110 USD/bbl (81 €/bbl) refletindo algum abrandamento da instabilidade geopolítica no Médio Oriente e a retoma da oferta mundial de petróleo.
- * No período mais recente, os índices bolsistas internacionais registaram um comportamento globalmente positivo, especialmente para a área do euro, traduzindo a expectativa de uma recuperação da economia da área do euro e o acordo orçamental alcançado em torno da elevação do montante da dívida pública nos EUA. A taxa de câmbio do euro face ao dólar registou uma apreciação significativa em outubro de 2013, tendo atingido no dia 24 (1,38), o valor mais elevado desde o início do mês de novembro de 2011 e correspondendo a uma apreciação de cerca de 5% face ao final do ano de 2012 (1,32).

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 3.º trimestre de 2013, o indicador de clima económico recuperou de forma significativa, mantendo a tendência iniciada no início do ano;
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou uma variação homóloga de -4,0%, o que compara com a variação de -3,2% do 2.º trimestre do ano;
- * Até agosto de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 908 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2637 milhões de euros em termos homólogos.
- * Até setembro, o défice global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 5428,9M€, aumentando 1349,6M€ face ao período homólogo. Este resultado está em linha com o orçamentado para 2013, como se pode concluir pelo facto de no 3.º trimestre de 2013 o défice ter sido inferior, em 2964,3M€, ao valor o definido no Programa de Ajustamento Económico. Excluindo as operações pontuais que ocorreram em 2012 (a transferência dos fundos de pensões dos bancários e do BPN, as receitas da venda das licenças 4G e o pagamento das dívidas da saúde) e em 2013 (pagamento das dívidas de anos anteriores na área da saúde e na Administração Local e Regional e, ainda a receita proveniente da concessão da ANA, S.A.), o défice global das AP diminuiu 624,9M€ e o primário 106,5M€.
- * Para este comportamento contribuíram a melhoria do défice do Estado excluindo medidas pontuais (em 956,3M€) e o aumento do excedente da Segurança Social (em 183,3M€). Em sentido contrário, a Administração Regional contribuiu para o agravamento do saldo das Administrações Públicas ao aumentar o seu défice (em 265,6M€), assim como a Administração Local e Fundos e Serviços Autónomos ao reduzirem os seus excedentes (em 183,5M€ e 65,6M€, respetivamente).
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS, para os primeiros nove meses do ano, aponta para um excedente de 60,7M€, correspondendo a uma diminuição de 1245,4M€ face ao período homólogo. Excluindo a transferência do Orçamento do Estado em 2012 para a regularização extraordinária de dívidas, o saldo do SNS passou de um défice de 193,9M€ para um excedente de 60,7M€.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em agosto de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 214,9 mil M€, mais 1154M€ que no final de julho, dos quais 252,0M€ dizem respeito ao aumento da dívida da administração regional e local.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 3,4% nos primeiros oito meses de 2013. Neste mesmo período, as importações decresceram 0,4%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 17,2%, correspondendo a 1 199 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 84,5%, mais 3,1 p.p. que em igual período de 2012.
- * Nos primeiros oito meses de 2013, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (1,1%). As importações registaram uma taxa de variação homóloga positiva (0,2%) mas inferior ao crescimento das exportações o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 13,4%.

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a agosto de 2013. Os dados divulgados para o ano de 2012 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

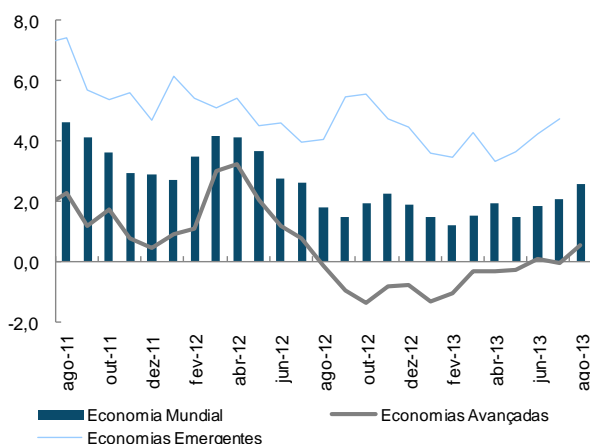
- * No último ano a terminar em agosto de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 2,2% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,4 p.p.), dos “Agroalimentares” (+0,7 p.p.) e dos “Químicos” (+0,7 p.p.). Nos primeiros oito meses de 2013, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,4 p.p.), seguido do contributo das “Agroalimentares” (+0,7 p.p.) e dos “Químicos” (+0,6 p.p.).
- * De janeiro a agosto de 2013, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 2,1 % e contribuíram em 1,5 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,1 % e contributo de 1,5 p.p. para o crescimento do total das exportações, enquanto as exportações para os países do Alargamento aumentaram 1,4 %. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,6% do total de janeiro a agosto de 2013), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+2,0 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (+0,2 p.p. e +0,1 p.p. respetivamente).
- * Nos primeiros oito meses de 2013, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 6,5%, passando a representar 29,6 % do total das exportações nacionais (+0,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para Marrocos (+69,6%), a Argélia (+54,2%) e Moçambique (+13,1%).
- * De janeiro a agosto de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 3,3%. As exportações de produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (ambos com +1,7 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de julho de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,3% nos primeiros sete meses de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (6,7% e 3,4%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (2,5 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em agosto de 2013, o crescimento da produção industrial mundial acelerou para 2,6% em termos homólogos (2,1% em julho) melhoria que se estendeu às economias avançadas e aos países emergentes, especialmente asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



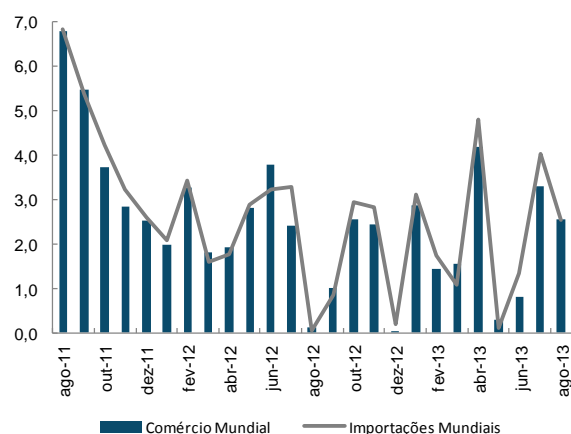
Fonte: CPB.

Para o mesmo mês, o comércio mundial de mercadorias desacelerou devido ao abrandamento das importações mundiais; enquanto as exportações mundiais estabilizaram.

De facto, em agosto de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,5% (3,3% em julho);
- as importações mundiais abrandaram para 2,5% (4,0% em julho) e as exportações mundiais mantiveram o crescimento de 2,6%.

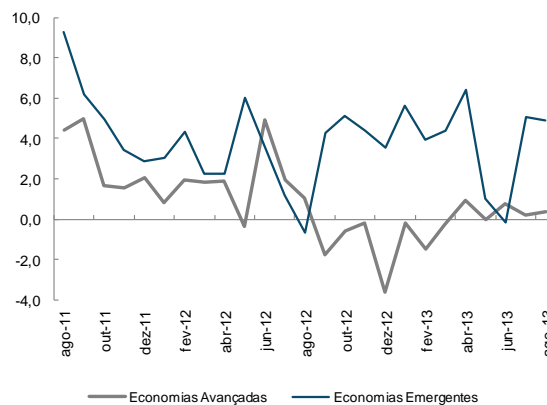
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A deterioração das trocas comerciais mundiais foi causada pelo abrandamento do comércio dos países emergentes, embora este menor crescimento tenha sobretudo afetado as importações. Já em relação às economias avançadas, verificou-se uma estabilização das importações (mantendo-se, no entanto, com uma variação negativa) e uma ligeira melhoria das exportações devido ao melhor desempenho dos EUA e Japão.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

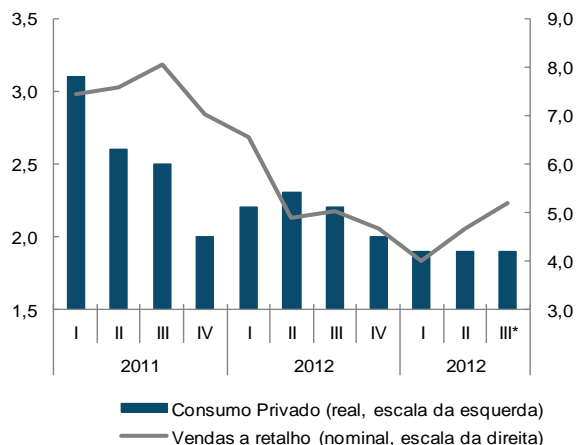
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | | 2013 | | 2013 | | | |
|---------------------------------------|---------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | mai | jun | jul | ago |
| Índice de Produção Industrial Mundial | VH | CPB | 2,7 | 3,5 | 2,0 | 2,0 | 1,4 | 1,7 | 1,5 | 1,8 | 2,1 | 2,6 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 0,7 | 2,1 | -0,1 | -1,0 | -0,9 | -0,2 | -0,3 | 0,1 | 0,0 | 0,5 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 5,0 | 5,0 | 4,2 | 5,2 | 3,9 | 3,8 | 3,3 | 3,7 | 4,2 | 4,7 |
| Comércio Mundial de Mercadorias | VH | CPB | 2,0 | 2,8 | 1,2 | 1,7 | 2,0 | 1,7 | 0,3 | 0,8 | 3,3 | 2,5 |
| Importações Mundiais | VH | CPB | 2,1 | 2,6 | 1,4 | 2,0 | 2,0 | 2,1 | 0,1 | 1,3 | 4,0 | 2,5 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | -0,3 | 0,4 | -0,4 | -1,4 | -1,8 | -1,3 | -1,3 | -1,6 | -0,6 | -0,6 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 4,8 | 5,1 | 3,4 | 5,7 | 6,0 | 5,7 | 1,6 | 4,5 | 9,1 | 5,9 |
| Exportações Mundiais | VH | CPB | 1,9 | 3,0 | 1,0 | 1,3 | 1,9 | 1,5 | 0,5 | 0,3 | 2,6 | 2,6 |
| Economias Avançadas | VH | CPB | 0,6 | 2,1 | 0,4 | -1,5 | -0,6 | 0,5 | 0,0 | 0,8 | 0,2 | 0,4 |
| Economias Emergentes | VH | CPB | 3,3 | 4,0 | 1,6 | 4,3 | 4,6 | 2,4 | 1,0 | -0,1 | 5,1 | 4,9 |

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2013 indicam a continuação de uma expansão económica moderada dos EUA, um fortalecimento da economia do Reino Unido e uma aceleração do PIB da China.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



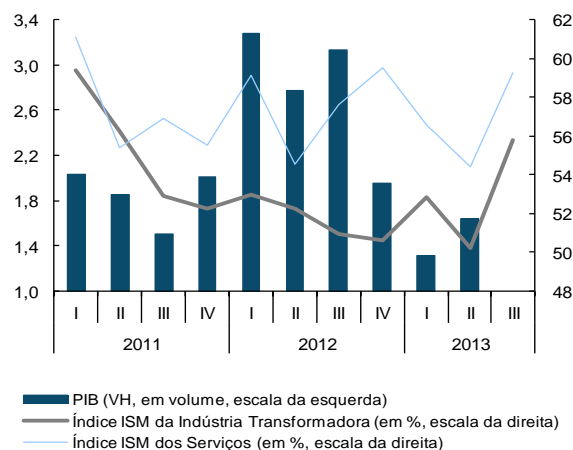
Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Census Bureau*. * Média dos meses de julho e agosto.

Nos **EUA**, os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2013 indicam que:

- o indicador de confiança da indústria e dos serviços apresentou uma subida significativa e a confiança dos consumidores estabilizou;
- a taxa de desemprego desceu para 7,3% (7,6% no 2.º trimestre) tendo atingido, em setembro (7,2%) o valor mais baixo desde dezembro de 2008.

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2013 e em comparação homóloga, o consumo privado manteve-se estável, tendo aumentado 1,9% em termos reais, seguindo a evolução favorável das vendas a retalho. Adicionalmente, as exportações aceleraram para 3,6% em termos nominais (1,9% no 2.º trimestre) em linha com a ligeira melhoria da produção industrial.

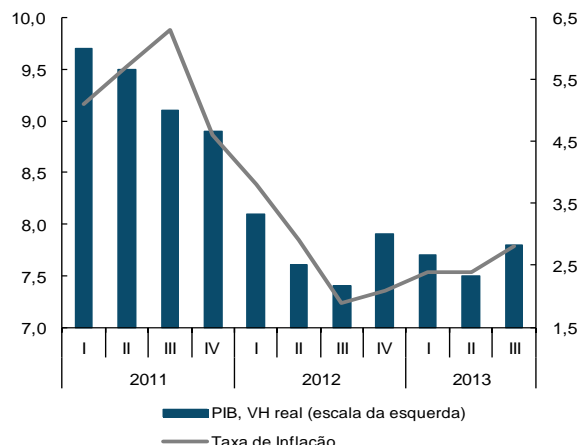
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management*. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 3.º trimestre de 2013, o crescimento do PIB da **China** acelerou para 7,8% (7,5% no 2.º trimestre) devido ao reforço da procura interna (consumo privado e investimento). As exportações abrandaram ligeiramente devido à quebra registada em setembro.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

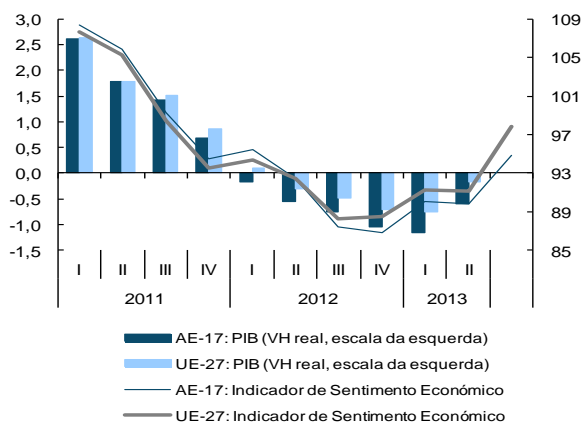
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | 2013 | | | 2013 | | | |
|---|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | 3T | 4T | 1T | 2T | 3T | jun | jul | ago | set |
| EUA – PIB real | VH | BEA | 2,8 | 3,1 | 2,0 | 1,3 | 1,6 | : | - | - | - | - |
| Índice de Produção Industrial | VH | BGFRS | 3,6 | 3,3 | 2,8 | 2,4 | 1,9 | : | 1,9 | 1,4 | 2,7 | : |
| Índice ISM da Indústria Transformadora | % | ISM | 51,7 | 50,9 | 50,6 | 52,9 | 50,2 | 55,8 | 50,9 | 55,4 | 55,7 | 56,2 |
| Índice ISM dos Serviços | % | " | 57,7 | 57,6 | 59,5 | 56,6 | 54,4 | 59,2 | 51,7 | 60,4 | 62,2 | 55,1 |
| Indicador de Confiança dos Consumidores | SRE | Michigan | 76,5 | 75,0 | 79,4 | 76,7 | 81,7 | 81,6 | 84,1 | 85,1 | 82,1 | 77,5 |
| Taxa de Desemprego | % | BLS | 8,1 | 8,1 | 7,8 | 7,7 | 7,6 | 7,3 | 7,6 | 7,4 | 7,3 | 7,2 |
| China – PIB real | VH | NBSC | 7,7 | 7,4 | 7,9 | 7,7 | 7,5 | 7,8 | - | - | - | - |
| Exportações | VH | MC | 7,9 | 4,5 | 9,5 | 18,9 | 4,1 | 4,0 | -3,1 | 5,1 | 7,2 | -0,3 |
| Japão – PIB real | VH | COGJ | 2,0 | 0,4 | 0,3 | 0,1 | 1,3 | : | - | - | - | - |

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2013, o indicador de sentimento económico aumentou de forma expressiva, tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE). Também, o indicador previsional do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em setembro, indiciando o prosseguimento desta tendência para o 3.º trimestre (+0,3% no 2.º trimestre).

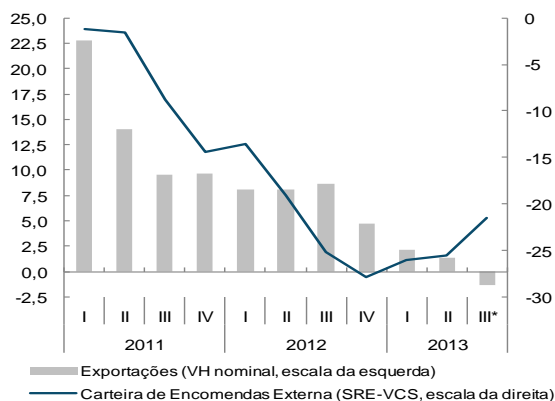
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2013, os indicadores quantitativos (produção industrial e exportações) para a área do euro deterioraram-se; enquanto se assistiu a uma ténue melhoria das vendas a retalho, apesar da variação se ter mantido negativa.

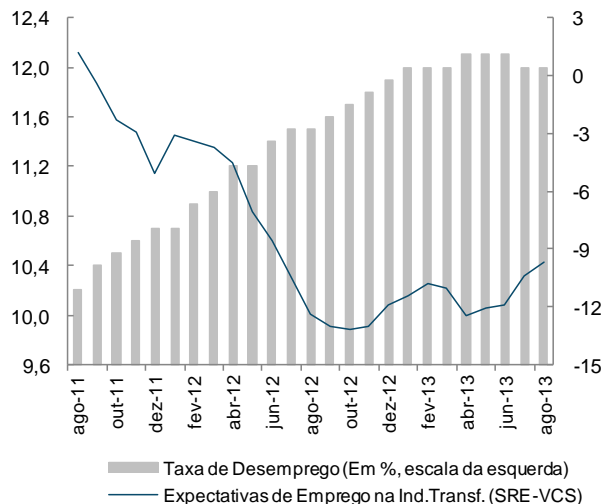
Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média dos meses de julho e agosto.

Em agosto de 2013, a taxa de desemprego manteve-se tanto na UE como na AE, em 10,9% e 12% respetivamente.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em setembro de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para todos os setores (indústria transformadora; serviços; comércio a retalho e construção).

Em setembro de 2013, a taxa de inflação da área do euro desceu para 1,1% em termos homólogos (1,3% em agosto) e para 1,7% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,8% em agosto). A evolução descendente da inflação resultou da quebra dos preços de energia em 0,9% em termos homólogos (-0,3% em agosto) e da desaceleração dos preços de bens alimentares.

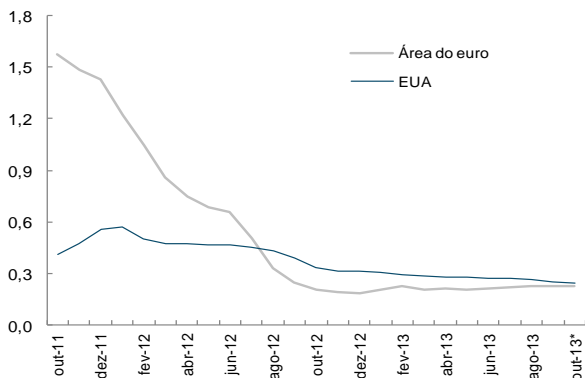
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | 2013 | | | 2013 | | | |
|-----------------------------------|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | | | | 3T | 4T | 1T | 2T | 3T | jun | jul | ago | set |
| União Europeia (UE-27) – PIB real | VH | Eurostat | -0,4 | -0,5 | -0,7 | -0,8 | -0,2 | : | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 90,9 | 88,3 | 88,5 | 91,3 | 91,1 | 97,9 | 92,6 | 95,0 | 98,2 | 100,6 |
| Área do Euro (AE-17) – PIB real | VH | Eurostat | -0,6 | -0,7 | -1,0 | -1,2 | -0,6 | : | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 90,5 | 87,4 | 86,8 | 90,1 | 89,8 | 94,9 | 91,3 | 92,5 | 95,3 | 96,9 |
| Índice de Produção Industrial | VH | Eurostat | -2,4 | -2,5 | -3,0 | -2,3 | -1,0 | : | -0,4 | -2,0 | -1,4 | : |
| Índice de Vendas a Retalho | VH real | " | -1,7 | -1,6 | -2,5 | -1,9 | -0,8 | : | -1,3 | -0,7 | -0,5 | : |
| Taxa de Desemprego | % | " | 11,4 | 11,5 | 11,8 | 12,0 | 12,1 | : | 12,1 | 12,0 | 12,0 | : |
| IHPC | VH | " | 2,5 | 2,5 | 2,3 | 1,9 | 1,4 | 1,3 | 1,6 | 1,6 | 1,3 | 1,1 |

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo da área do euro apresentaram uma ligeira subida ao longo do mês de outubro de 2013, enquanto as dos EUA diminuíram também ligeiramente. Com efeito, até ao dia 24 a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,23% (0,22%, em setembro) e a dos EUA em 0,24%.

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em setembro de 2013, as taxas de juro de longo prazo continuaram a aumentar quer para a área do euro quer para os EUA. Esta evolução foi sobretudo influenciada pela decisão da Reserva Federal, a 18 desse mês, em manter uma política de aquisição de obrigações públicas, prosseguindo uma orientação expansionista da política monetária.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

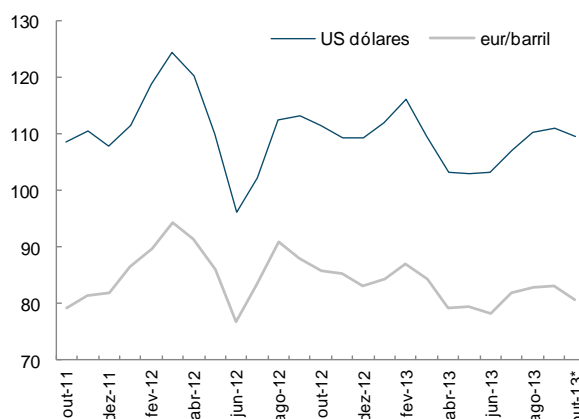


Fonte: Banco de Portugal. Para outubro, o valor é do dia 24.

Em outubro de 2013, a taxa de câmbio do euro apreciou-se de forma significativa face às principais divisas internacionais. Com efeito, o euro face ao dólar situou-se, no dia 24, em 1,38 (o valor mais elevado dos últimos dois anos).

Em setembro de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 81,9 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em outubro de 2013 e, até ao dia 24, o preço do petróleo *Brent* diminuiu para se situar, em média, em 110 USD/bbl (81 €/bbl), refletindo algum abrandamento da instabilidade geopolítica no Médio Oriente e a retoma da oferta mundial de petróleo.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

No 3.º trimestre de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo apresentado uma quebra de 2,8% em termos homólogos (-0,3% no 2.º trimestre) em resultado da diminuição dos preços de bens alimentares (especialmente cereais e soja) associada às perspetivas favoráveis de oferta deste tipo de produtos. Pelo contrário, os preços das restantes matérias-primas aceleraram, com destaque para os metais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | | 2013 | | | 2013 | | | |
|--|----------|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | | | | 3T | 4T | 1T | 2T | 3T | jun | jul | ago | set | |
| Taxa Euribor a 3 meses* | % | BP | 0,19 | 0,22 | 0,19 | 0,21 | 0,23 | 0,23 | 0,23 | 0,23 | 0,22 | 0,23 | 0,23 |
| Yield OT 10 anos – EUA** | % | Eurostat | 1,80 | 1,64 | 1,71 | 1,95 | 2,00 | 2,71 | 2,30 | 2,58 | 2,74 | 2,81 | 2,81 |
| Yield OT 10 anos – Área do euro** | % | " | 3,92 | 3,89 | 3,32 | 3,06 | 2,82 | 3,15 | 3,02 | 3,07 | 3,13 | 3,24 | 3,24 |
| Taxa de Câmbio* | Eur/USD | BP | 1,319 | 1,293 | 1,319 | 1,28 | 1,308 | 1,351 | 1,308 | 1,328 | 1,324 | 1,351 | 1,351 |
| Dow Jones* | VC | Yahoo | 7,3 | 4,3 | -2,5 | 11,3 | 2,3 | 1,5 | -1,4 | 4,0 | -4,4 | 2,2 | 2,2 |
| DJ Euro Stoxx50* | VC | " | 13,8 | 8,4 | 7,4 | -0,5 | -0,8 | 11,2 | -6,0 | 6,4 | -1,7 | 6,3 | 6,3 |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | USD/bbl | DGEG | 111,58 | 109,31 | 110,01 | 112,56 | 103,17 | 109,50 | 103,24 | 107,19 | 110,21 | 111,10 | 111,10 |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | VH | " | 0,7 | -2,6 | 1,0 | -4,8 | -5,2 | 0,2 | 7,4 | 4,8 | -2,0 | -1,8 | -1,8 |
| Spot do Petróleo Brent em euros/bbl** | VH | DGEG e BP | 9,0 | 10,0 | 4,9 | -5,4 | -6,8 | -5,4 | 2,0 | -1,6 | -8,8 | -5,4 | -5,4 |
| Preço Relativo do Petróleo em euros*** | 1979=100 | GEE | 87,0 | 84,8 | 85,5 | 83,6 | 77,6 | : | 78,5 | 78,5 | 81,0 | : | : |

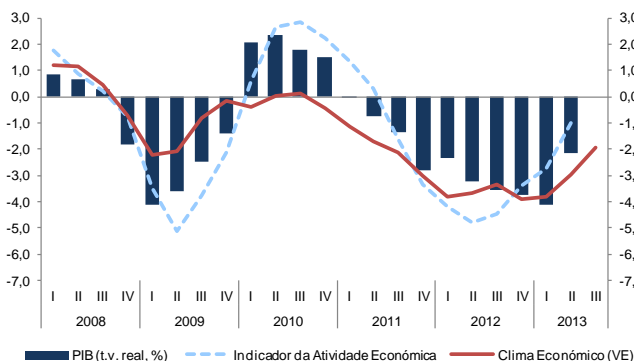
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 3.º trimestre de 2013, o indicador de clima económico recuperou, mantendo a tendência iniciada no início do ano.

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico

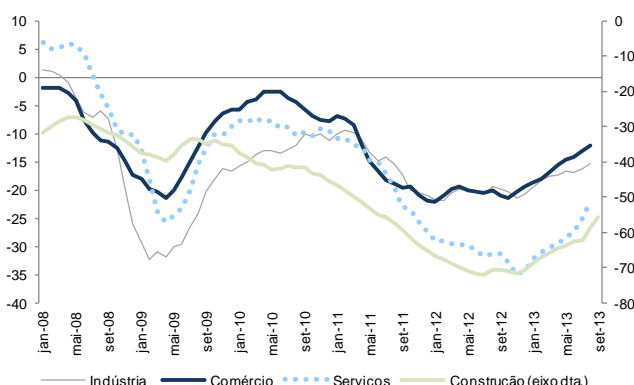


Fonte: INE.

Nota: O Indicador de Atividade Económica para o 3.º trimestre corresponde à variação média homóloga registada no trimestre terminado em agosto.

De facto, no terceiro trimestre, assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança em todos os setores de atividade, quando comparados com o trimestre anterior.

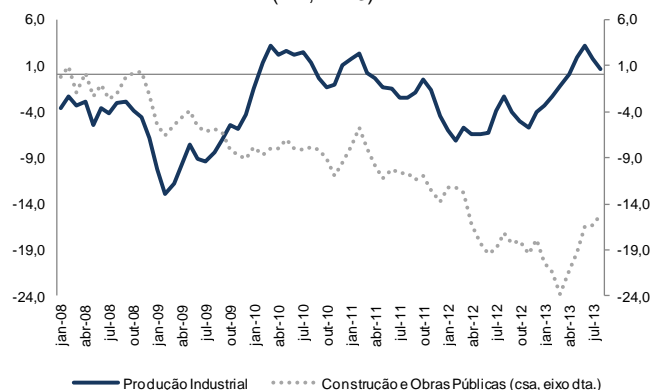
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de atividade económica do INE, no trimestre terminado em agosto, apresentou um crescimento homólogo de 0,3%, o primeiro desde junho de 2011, reforçando assim a tendência de recuperação que tem registado desde o 2.º trimestre de 2012.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de julho e agosto, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou uma quebra de 0,1% e o índice de volume de negócios apresentou um crescimento de 0,2% (1,9% e -0,2% no trimestre terminado em junho, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-13,8% quando no 2.º trimestre apresentava uma variação homóloga de -16,5%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 2,6% (+2,5 p.p. face ao trimestre terminado em junho);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma queda de 0,9%, inferior em 1,8 p.p. face ao período compreendido entre abril e junho.

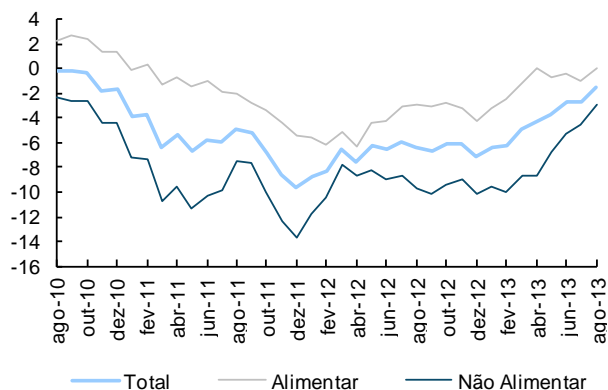
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | 2013 | | | 2013 | | | | |
|--|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 3T | 4T | 1T | 2T | 3T | mai | jun | jul | ago | set |
| PIB – CN Trimestrais | VH Real | INE | : | -3,6 | -3,8 | -4,1 | -2,1 | : | : | : | : | : | : |
| Indicador de Clima Económico | SRE-VE | " | -3,7 | -3,3 | -3,9 | -3,8 | -3,0 | -1,9 | -2,9 | -2,7 | -2,4 | -1,9 | -1,6 |
| Indicador de Confiança da Indústria | SRE-VCS | " | -20,3 | -19,7 | -20,6 | -17,6 | -16,8 | -13,7 | -15,7 | -16,8 | -15,7 | -13,3 | -12,0 |
| Indicador de Confiança do Comércio | " | " | -20,1 | -20,9 | -19,2 | -16,8 | -14,1 | -10,1 | -13,1 | -14,0 | -11,8 | -10,7 | -7,9 |
| Indicador de Confiança dos Serviços | " | " | -31,4 | -31,2 | -34,3 | -30,1 | -27,1 | -20,3 | -27,7 | -24,7 | -22,7 | -18,9 | -19,2 |
| Indicador de Confiança da Construção | " | " | -70,4 | -70,4 | -70,4 | -65,9 | -62,4 | -55,6 | -63,5 | -60,5 | -62,2 | -53,2 | -51,5 |
| Índice de Produção Industrial – Ind. Transf. | VH | " | -3,0 | -3,0 | -2,1 | -3,9 | 1,9 | : | 3,1 | 1,3 | -1,2 | 1,0 | : |
| Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf. | " | " | -3,1 | -5,3 | -3,4 | -6,5 | -0,2 | : | 0,3 | -5,0 | 3,1 | -3,3 | : |
| Índice de Volume de Negócios - Serviços | " | " | -9,7 | -10,1 | -8,8 | -9,2 | -5,2 | : | -6,0 | -7,1 | -1,5 | -3,5 | : |

Consumo Privado

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) diminuiu marginalmente, em termos homólogos, em agosto, apresentando uma melhoria face ao mês anterior (-1,6% em julho). Para este resultado, concorreu a variação homóloga da componente não alimentar em -0,7% (recuperação de 3,4 p.p. face ao mês anterior), bem como a componente alimentar que aumentou 0,4% (menos 0,4 p.p. que em julho).

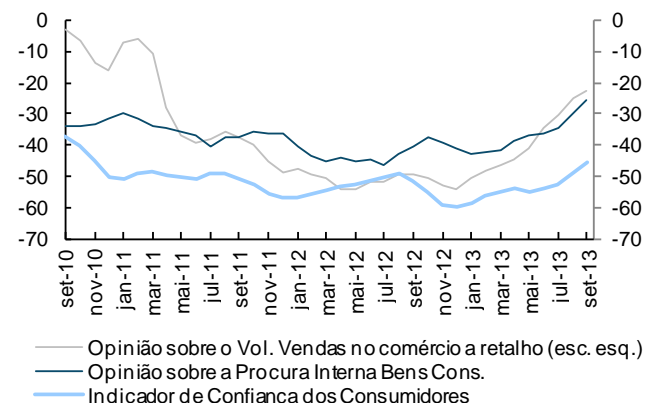
Figura 2.4. Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

No 3.º trimestre de 2013 verificou-se uma melhoria das opiniões dos empresários sobre o volume de vendas no comércio a retalho, quando comparado com 2.º trimestre. Além disso, também se assistiu no mesmo período a uma recuperação do Indicador de Confiança dos Consumidores.

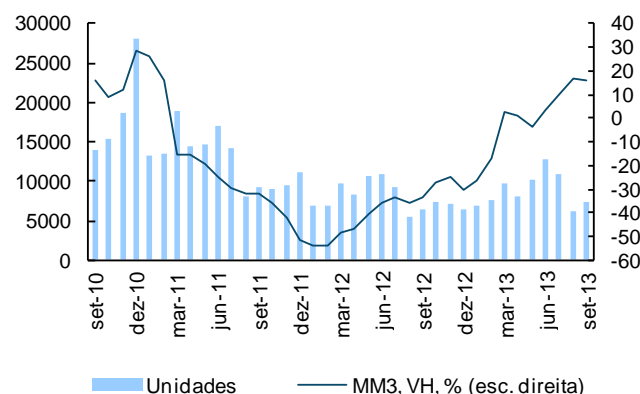
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O volume de vendas de automóveis ligeiros de passageiros aumentou 15,7% em termos homólogos no 3º trimestre de 2013, o que compara com 3,3% do trimestre anterior.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | 2013 | | | 2013 | | | | |
|--|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | T3 | T4 | T1 | T2 | T3 | mai | jun | jul | ago | set |
| Consumo Privado - CN Trimestrais | VH real | INE | -5,4 | -5,8 | -5,1 | -4,0 | -2,6 | : | - | - | - | - | - |
| Indicador de confiança dos Consumidores | SRE-VE | " | -52,2 | -51,4 | -59,8 | -55,3 | -53,9 | -45,3 | -55,2 | -52,1 | -50,9 | -44,1 | -40,9 |
| Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses | SRE-VE | " | -51,7 | -49,7 | -54,5 | -46,4 | -34,3 | -22,5 | -37,3 | -28,1 | -26,4 | -19,7 | -21,2 |
| Índice de Vol. de negócios no Comércio a Retalho* | VH | " | -6,7 | -6,6 | -7,2 | -4,9 | -2,8 | : | -3,8 | -2,7 | -1,6 | -0,1 | - |
| Bens Alimentares | VH | " | -4,2 | -3,0 | -4,3 | -1,2 | -0,4 | : | -2,5 | -1,2 | 0,8 | 0,4 | - |
| Bens não alimentares | VH | " | -9,3 | -10,1 | -10,2 | -8,7 | -5,3 | : | -5,2 | -4,3 | -4,1 | -0,7 | - |
| Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros** | VH | ACAP | -37,9 | -33,4 | -30,3 | 2,8 | 3,3 | 15,7 | -5,4 | 17,9 | 17,1 | 12,9 | 15,9 |
| Importação de Bens de Consumo *** | VH | INE | -6,5 | -8,1 | -4,2 | -2,0 | 2,9 | : | 0,3 | 0,5 | 10,0 | 1,2 | - |

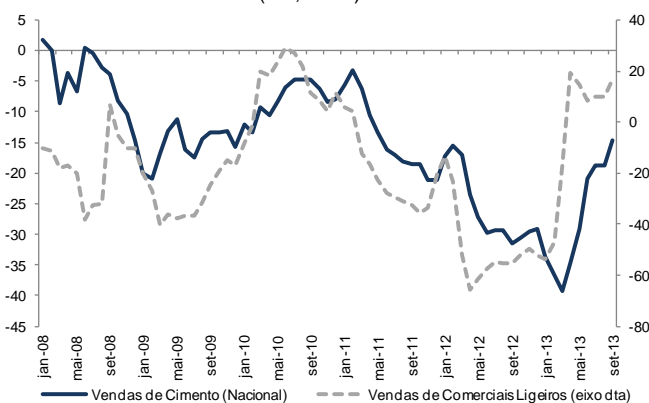
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 3.º trimestre de 2013, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 16,7% (+8,1 p.p. face ao trimestre terminado em junho) acompanhadas pela variação de -2,5% na venda de veículos comerciais pesados, uma melhoria de 9 p.p. face ao 2.º trimestre do ano;
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso melhorou substancialmente quando comparadas com o trimestre terminado em junho;
- as vendas de cimento registaram uma queda de 14,7% (-20,9% no 2.º trimestre de 2013);

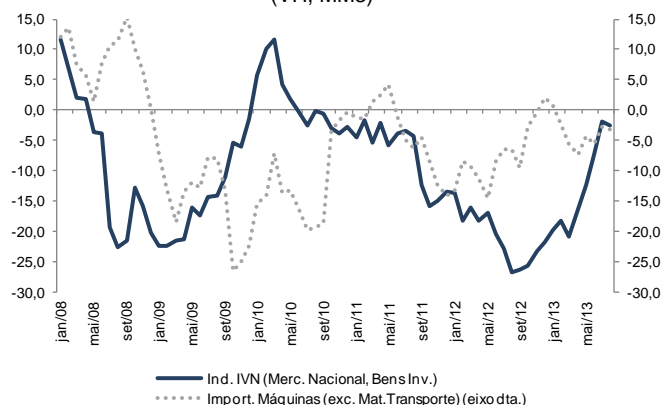
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou uma variação homóloga de -4%, o que compara com a variação de -3,2% do 2.º trimestre do ano.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

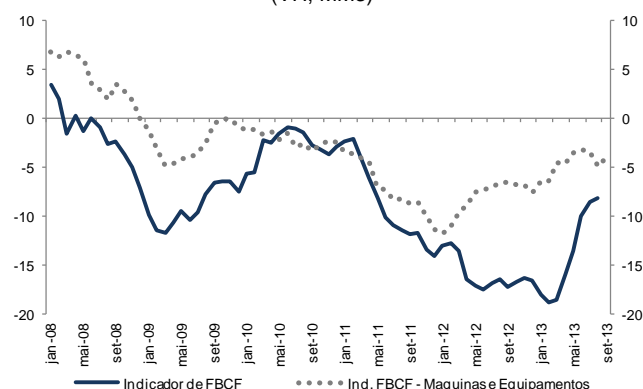


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de julho e agosto, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 2,6% (-7,4% no 2.º trimestre de 2013);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 1,9% (+7,5 p.p. face ao 2.º trimestre).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

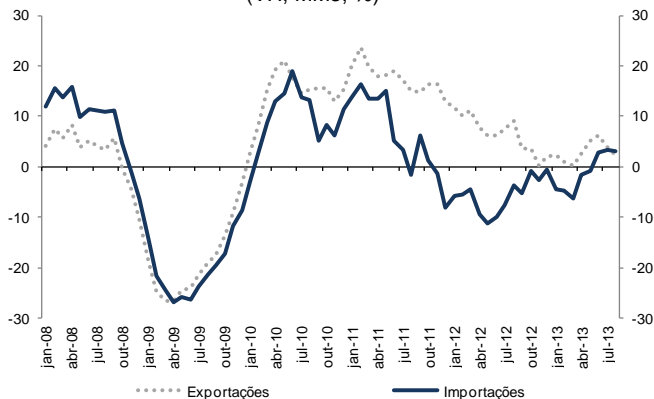
| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | | 2013 | | | 2013 | | | | |
|---|---------|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | 3T | mai | jun | jul | ago | set |
| FBC – CN Trimestrais | VH Real | INE | -13,1 | -20,3 | -13,5 | -1,9 | -15,9 | -2,3 | : | : | : | : | : | : |
| da qual, FBCF | VH Real | INE | -14,3 | -17,2 | -14,3 | -12,3 | -16,4 | -6,8 | : | : | : | : | : | : |
| Indicador de FBCF | VH/mm3 | " | -16,2 | -15,7 | -16,9 | -16,7 | -18,6 | -10,0 | : | -13,6 | -10,0 | -8,5 | -8,1 | : |
| Vendas de Cimento | VH | SECIL e CIMPOR | -26,7 | -29,7 | -31,5 | -29,1 | -39,2 | -20,9 | -14,7 | -18,7 | -22,8 | -15,2 | -18,4 | -10,1 |
| Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros | VH | ACAP | -23,6 | -57,4 | -55,5 | -52,5 | -16,9 | 8,5 | 16,7 | 9,4 | -1,8 | 24,1 | 8,8 | 14,8 |
| Vendas de Veículos Comerciais Pesados | VH | " | -29,1 | -50,2 | -10,0 | 14,0 | -10,2 | -5,2 | -0,4 | -34,0 | -9,0 | 9,4 | 18,7 | -19,4 |
| Volume Vendas Bens de Investimento* | SRE-VE | INE | -45,0 | -45,3 | -40,1 | -47,5 | -30,3 | -26,8 | -19,8 | -20,0 | -16,2 | -23,1 | -21,4 | -10,3 |
| Licenças de Construção de fogos | VH | " | -34,7 | -35,1 | -33,8 | -39,9 | -44,8 | -33,5 | : | -41,7 | -25,6 | -28,3 | -37,5 | : |
| Importações de Bens de Capital** | VH | " | -6,3 | -8,4 | -9,4 | 2,0 | -5,7 | -5,6 | : | -2,2 | -12,3 | 6,9 | -4,1 | : |
| Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.*** | VH | " | -21,1 | -20,4 | -26,4 | -21,7 | -20,9 | -7,4 | : | -5,4 | -5,4 | -10,6 | 11,0 | : |

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para julho e agosto, apontam para uma subida de 3,7% das importações e um crescimento das exportações em 4% (2,8% e 6,3% no 2.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

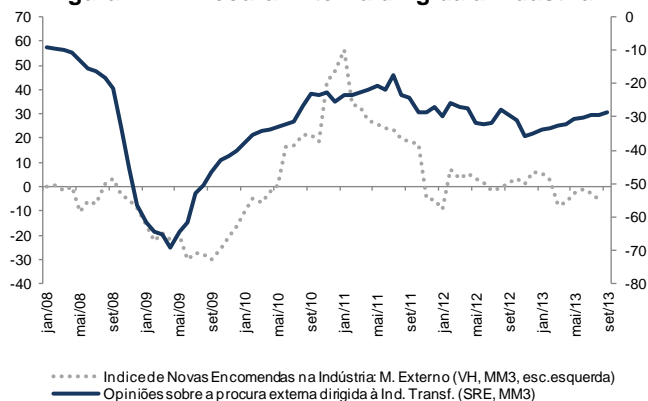
Também nos meses de julho e agosto, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 0,5%, um valor abaixo dos 13,2% registados no 2.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 5,7% (3,6% no 2.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 6,3%, enquanto que o mercado extracomunitário registou uma quebra de 1,7% em termos homólogos (2,2% e 4,2% no 2.º trimestre respetivamente). A taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 84,5% (81,4% em igual período de 2012).

Também nos últimos dois meses, as novas encomendas à indústria do mercado externo caíram 3,2% em termos médios homólogos (-2.1 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em junho).

No 3.º trimestre, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com o trimestre anterior.

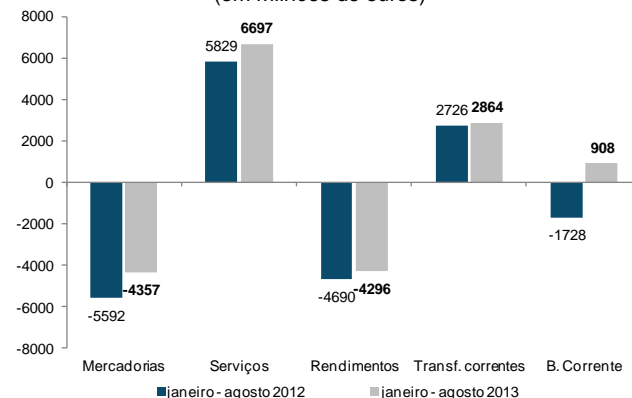
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até agosto de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 908 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2637 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos sem exceção. É de destacar o comportamento da balança de bens que melhorou 1236 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 3472 milhões de euros (uma melhoria de 2717 milhões de euros face ao ano acabado em agosto de 2012).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

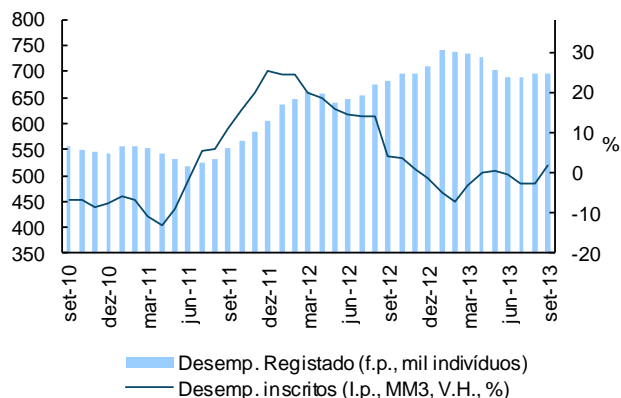
| Indicador | Unidade | Fonte | 2011 | 2012 | 2012 | | | 2013 | | 2013 | | | | |
|--|---------|-------|------|------|-------|------|------|------|-----|------|------|------|------|------|
| | | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | abr | mai | jun | jul | ago |
| Exportações (B&S) - CN Trimestrais | VH real | INE | 6,9 | 3,2 | 3,2 | 1,5 | 0,2 | 0,7 | 7,3 | : | : | : | : | : |
| Importações (B&S) - CN Trimestrais | VH real | " | -5,3 | -6,6 | -11,0 | -8,0 | -1,6 | -4,2 | 6,3 | : | : | : | : | : |
| Saldo de bens e serviços | % PIB | " | -4,4 | -0,6 | 0,2 | -0,3 | -0,6 | 1,1 | 1,5 | : | : | : | : | : |
| Necessid. de financiamento da economia | % PIB | " | -5,6 | 0,2 | 0,5 | -0,1 | 3,6 | 0,7 | 3,1 | : | : | : | : | : |
| Saídas de mercadorias | VH nom | " | 16,5 | 5,7 | 6,2 | 3,6 | 1,9 | 0,1 | 6,3 | 15,3 | 5,3 | -0,8 | 7,3 | 0,0 |
| Entradas de mercadorias | VH nom | " | 3,8 | -5,2 | -10,0 | -5,2 | -0,6 | -6,2 | 2,8 | 9,6 | -2,4 | 1,9 | 10,5 | -3,5 |

| Indicador | Unidade | Fonte | 2011 | 2012 | 2012 | | | 2013 | | 2012 | 2013 | Diferença |
|-------------------------------------|-----------------------|-------|---------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|------------------|------------------|-----------|
| | | | | | 2T | 3T | 4T | 1T | 2T | janeiro - agosto | janeiro - agosto | |
| Saldo Balança Corrente e de Capital | 10 ⁶ euros | BdP | -9 859 | 1313 | -489,3 | 2432,8 | 413,0 | 677,8 | 954,1 | 755,0 | 3472,4 | 2717,4 |
| Saldo Balança de Bens | " | " | -14 205 | -8 582 | -1871,4 | -2252,8 | -2059,4 | -1334,6 | -1612,9 | -5592,3 | -4356,6 | 1235,7 |
| Saldo Balança de Serviços | " | " | 7 697 | 8 693 | 2030,8 | 3340,2 | 1949,3 | 1594,5 | 2489,6 | 5828,5 | 6696,7 | 868,2 |
| Saldo Balança de Rendimentos | " | " | -8 464 | -6 422 | -2074,3 | -1498,6 | -1290,0 | -1121,1 | -2134,4 | -4689,9 | -4295,9 | 394,0 |
| Saldo Balança de Transf. Correntes | " | " | 2 990 | 3 755 | 732,2 | 1316,6 | 885,2 | 823,6 | 1147,5 | 2725,6 | 2864,4 | 138,7 |

Mercado de Trabalho

O desemprego registado pelo IEFP situou-se em 697,3 mil indivíduos no final de setembro de 2013, o que representa uma variação de 0,3% em cadeia mensal (1% em agosto). Por outro lado, os desempregados inscritos ao longo do 3.º trimestre desceram 1,9% em termos homólogos.

Figura 2.13. Desemprego
(milhares, %)

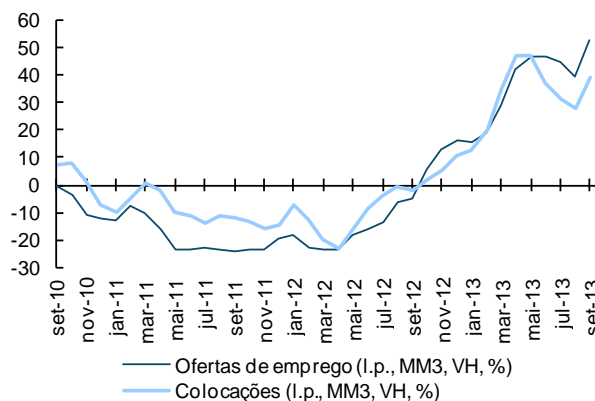


Fonte: IEFP.

As colocações ao longo do 3.º trimestre foram de 23 849, o que representa uma subida de 39,1% em termos homólogos. Além disso, as ofertas de emprego atingiram 40 623 no mesmo trimestre, o que corresponde a uma subida de 53,1%.

Os custos unitários nominais do trabalho por unidade produzida aumentaram 0,3% no ano terminado no 2.º trimestre de 2013 (-1,2% no trimestre anterior).

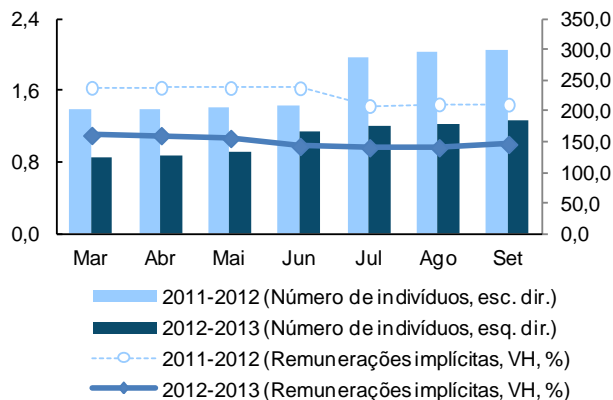
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulação coletiva (IRCT) foi de 185,1 mil trabalhadores, situando-se em 114,7 mil abaixo do verificado no período homólogo. A variação intertabelas anualizada das remunerações implícitas aos trabalhadores abrangidos por IRCT permaneceu em 1%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

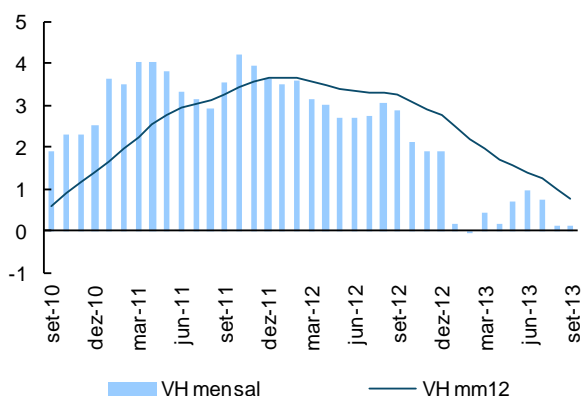
| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2012 | | | 2013 | | | 2013 | | | | |
|---|---------|----------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | T2 | T3 | T4 | T1 | T2 | T3 | mai | jun | jul | ago | set |
| Taxa de desemprego | % | INE | 15,7 | 15,0 | 15,8 | 16,9 | 17,7 | 16,4 | : | - | - | - | - | - |
| Emprego Total | VH | " | -4,2 | -4,2 | -4,1 | -4,3 | -4,9 | -3,9 | : | - | - | - | - | - |
| Desemprego Registado (f.p.) | VH | IEFP | 17,4 | 24,5 | 23,4 | 17,4 | 11,0 | 6,8 | 2,0 | 9,7 | 6,8 | 5,0 | 3,2 | 2,0 |
| Desempregados Inscritos (l.p.) | VH | " | 8,5 | 14,7 | 4,3 | -1,3 | -3,2 | -0,5 | 1,9 | -4,0 | -6,4 | 1,3 | -3,9 | 7,2 |
| Ofertas de Emprego (l.p.) | VH | " | -8,8 | -16,4 | -4,8 | 16,2 | 28,6 | 47,0 | 53,1 | 49,9 | 30,9 | 54,5 | 32,8 | 71,0 |
| Contratação Coletiva | VHA | MEE | 1,4 | 1,6 | 1,4 | 1,4 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| Índice do Custo do Trabalho* - Portugal | VH | INE | -8,7 | -9,6 | -9,6 | -8,1 | -1,9 | 0,3 | : | - | - | - | - | - |
| Índice do Custo do Trabalho* - AE | VH | Eurostat | 2,2 | 2,6 | 2,3 | 2,1 | 1,9 | 1,1 | : | - | - | - | - | - |

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação homóloga de 0,1% em setembro de 2013 (0,2% em agosto). Em cadeia mensal, verificou-se um crescimento de 0,6%. A taxa de inflação no ano terminado em setembro situou-se em 0,8%, medida pela variação da média móvel do IPC dos últimos 12 meses (1% em agosto).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

O IPC bens e o IPC serviços apresentaram em setembro variações homólogas de -0,1 e 0,4%, respetivamente. A componente IPC bens apresentou uma recuperação da variação homóloga face ao mês anterior (-0,4% em agosto), enquanto o IPC serviços apresentou uma desaceleração (0,8% em agosto).

O IPC subjacente (i.e. IPC total excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) cresceu 0,3% em setembro em termos homólogos (em agosto a variação tinha sido nula).

As classes do IPC com contributos mais relevantes para a variação homóloga total foram Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas (0,4 p.p.) e Saúde (0,3 p.p.) no sentido ascendente, bem como Transportes (-0,6 p.p.) e Vestuário e Calçado (-0,2 p.p.) no sentido descendente.

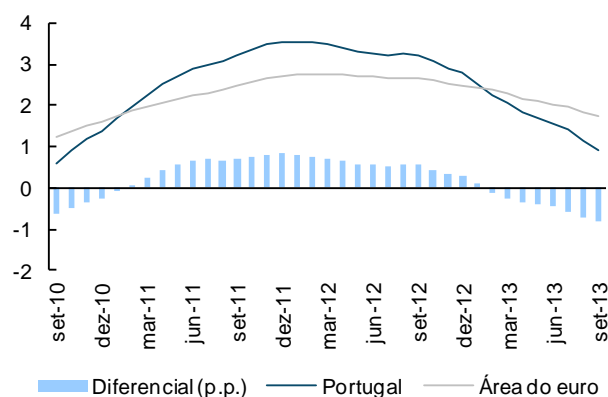
O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal aumentou 0,9% no ano terminado em setembro, medido pela variação da média móvel a 12 meses (1,2% em agosto). Na área do euro a variação situou-se em 1,7% em setembro (1,9% no mês anterior).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2013 | | | | | | | | |
|---|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | | | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set |
| Índice de Preços no Consumidor | VC | INE | 0,2 | -1,2 | -0,1 | 1,7 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | -0,2 | -0,7 | 0,6 |
| Índice de Preços no Consumidor | VH | INE | 2,8 | 0,2 | 0,0 | 0,5 | 0,2 | 0,7 | 1,0 | 0,8 | 0,2 | 0,1 |
| Índice de Preços no Consumidor | VM12 | " | 3,3 | 2,5 | 2,2 | 2,0 | 1,7 | 1,6 | 1,4 | 1,3 | 1,0 | 0,8 |
| IPC - Bens | VH | " | 2,5 | -0,4 | -0,6 | 0,0 | -0,2 | 0,7 | 1,0 | 0,6 | -0,4 | -0,1 |
| IPC - Serviços | " | " | 3,1 | 1,0 | 0,7 | 1,2 | 0,7 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 0,8 | 0,4 |
| IPC Subjacente* | " | " | 1,5 | -0,3 | -0,5 | 0,3 | 0,3 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,0 | 0,3 |
| Índice de Preços na Produção Industrial | VH | " | 3,2 | 1,5 | 2,1 | 1,3 | -0,3 | 0,2 | 0,7 | 1,2 | -0,4 | -1,6 |
| IHPC | " | " | 2,8 | 0,4 | 0,2 | 0,7 | 0,4 | 0,9 | 1,2 | 0,8 | 0,2 | 0,3 |
| Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH) | p.p. | Eurostat | 0,3 | 0,1 | -0,1 | -0,2 | -0,3 | -0,4 | -0,5 | -0,6 | -0,7 | -0,8 |

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

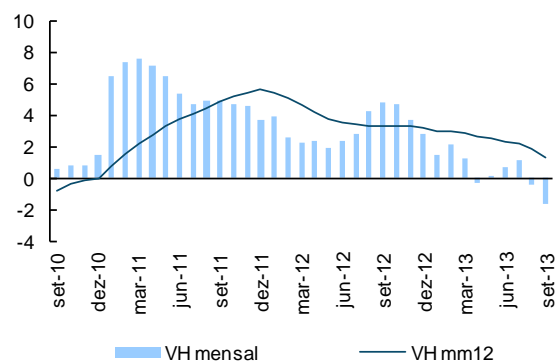
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC
(MM12, VH, %)



Fonte: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) desceu 1,6% em setembro de 2013 face ao mesmo período do ano anterior (-0,4% em agosto). A variação do índice, medido pela da média móvel a 12 meses situou-se em 1,3% (1,8% em agosto). O INE publicou nova série do IPPI com Base 2010=100.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



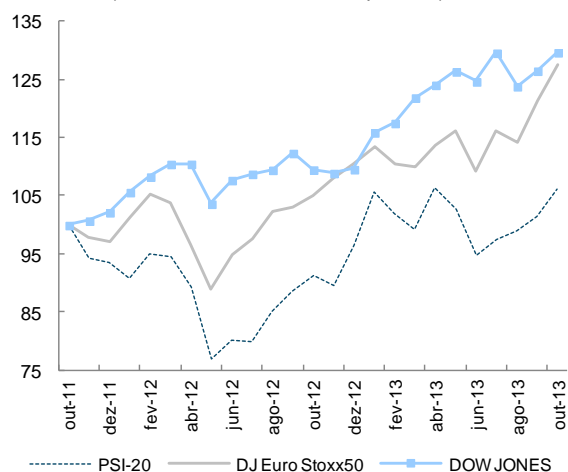
Fonte: INE

A secção "Indústria Transformadora" do IPPI apresentou variação homóloga negativa em setembro (-2,6%), a qual mais do que compensou as variações positivas das restantes secções, "Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio" (5,2%), Indústrias Extrativas (4,1%) e "Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição" (2,2%).

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No período mais recente, os índices bolsistas internacionais registaram um comportamento globalmente positivo, especialmente para a área do euro, traduzindo o acordo orçamental alcançado em torno da elevação do montante da dívida pública nos EUA e a expectativa de recuperação da economia da área do euro. Assim, em outubro de 2013 e, no dia 24, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* valorizaram-se, cerca de 5% e de 2,5%, face ao final do mês de setembro.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(outubro 2011=100, fim do período)

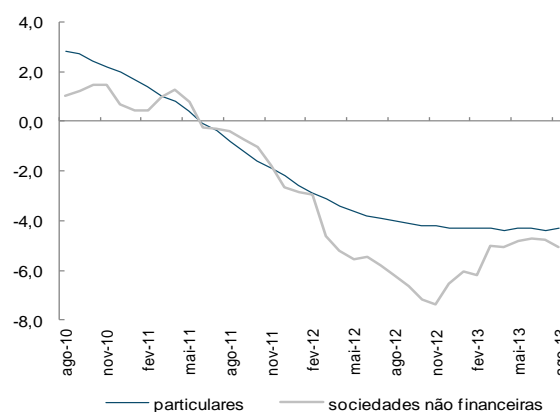


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para outubro, o valor é do dia 24.

O índice PSI-20 acompanhou a tendência ascendente evidenciada pelos mercados acionistas europeus. De facto, em outubro de 2013 e, no dia 24, o índice PSI-20 subiu quase 5% face ao final do mês de setembro (representando uma valorização de 10% face ao final do ano de 2012).

Em agosto de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro deteriorou-se para -4,6% em termos anuais (-4,5% nos meses de junho e julho). Mas, enquanto se registou uma melhoria no crédito destinado a particulares, verificou-se um agravamento para o crédito às empresas não financeiras, cuja taxa de variação foi mais negativa.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

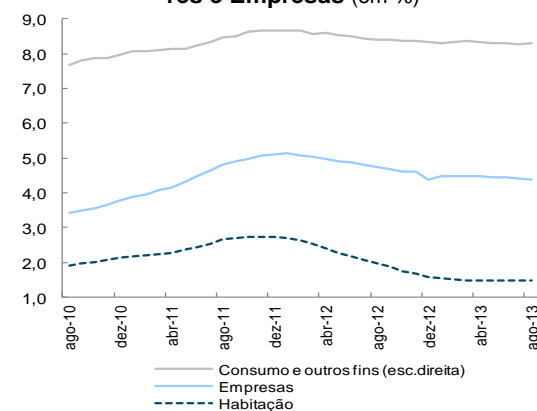


Fonte: Banco de Portugal.

O crédito destinado aos particulares melhorou, tendo registado uma variação anual ligeiramente menos negativa (-4,3%) do que em julho de 2013. Esta tendência estendeu-se a todos os segmentos (habitação, consumo e outros fins) com destaque para uma melhoria mais pronunciada na vertente do consumo.

As taxas de juro das operações do crédito estabilizaram para os particulares; enquanto para as empresas registou-se uma ligeira diminuição.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

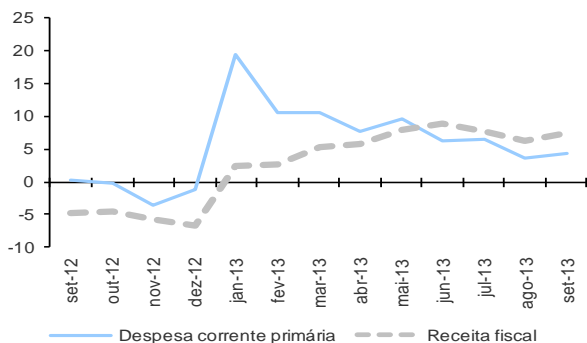
| Indicador | Unidade | Fonte | 2012 | 2013 | | | | | | | | | | | |
|--|---------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----|--|--|--|
| | | | | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | | | |
| Yield OT 10 anos PT* | % | IGCP | 6,9 | 6,0 | 6,2 | 6,3 | 5,6 | 5,5 | 7,3 | 6,4 | 6,5 | 6,7 | | | |
| Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha* | p.b. | " | 556 | 434 | 479 | 504 | 446 | 393 | 563 | 475 | 460 | 496 | | | |
| PSI 20* | VC | CMVM | 2,9 | 9,7 | -3,4 | -2,8 | 7,3 | -3,7 | -7,7 | 3,0 | 1,5 | 2,5 | | | |
| Empréstimos a particulares: - para habitação | va** | BP | -3,6 | -3,6 | -3,6 | -3,6 | -3,7 | -3,7 | -3,8 | -3,9 | -3,8 | : | | | |
| - para consumo | va** | " | -9,4 | -9,5 | -9,2 | -9,4 | -9,1 | -9,0 | -8,6 | -8,8 | -8,0 | : | | | |
| Empréstimos a empresas | va** | " | -6,6 | -6,1 | -6,2 | -5,0 | -5,0 | -4,8 | -4,7 | -4,8 | -5,1 | : | | | |
| Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação* | % | " | 1,59 | 1,53 | 1,51 | 1,49 | 1,49 | 1,47 | 1,46 | 1,47 | 1,47 | : | | | |
| Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas* | % | " | 4,39 | 4,48 | 4,48 | 4,48 | 4,47 | 4,45 | 4,45 | 4,42 | 4,39 | : | | | |

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até setembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 5443,1M€, o que representa um agravamento 305,9M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 896,1M€, aumentando 756,5M€ face ao ano anterior. Excluindo os efeitos de medidas pontuais, o défice do Estado diminuiu 956,3M€.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



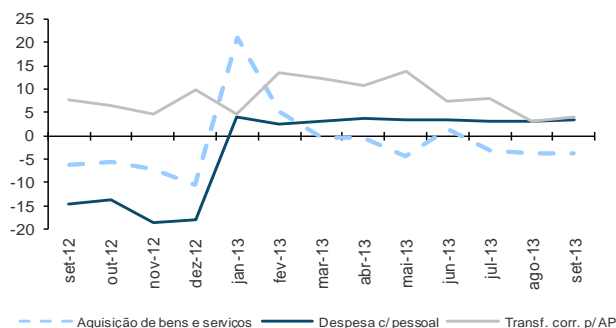
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal, em 7,5%, justificada pelo aumento do IRS (30,6%), em resultado da aplicação das novas tabelas de retenção na fonte, do aumento das taxas de retenção sobre os rendimentos prediais e de capitais e do reforço do controlo sobre as retenções, do IRC (8,5%), em consequência da evolução dos pagamentos por conta, e do imposto único de circulação (26,2%). Os restantes impostos, com exceção do imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas, apresentaram decréscimos ainda que em recuperação. A receita não fiscal registou uma diminuição de 35,5%, refletindo essencialmente o efeito das medidas pontuais. Excluindo esse impacto, a receita fiscal aumentou 19,4% devido ao aumento dos dividendos do Banco de Portugal e aos juros dos *Coco bonds*; e

- uma manutenção despesa total e um aumento da despesa primária em 1,5%. Esta evolução reflete comportamentos diferenciados entre a despesa corrente e de capital. O aumento da despesa corrente deve-se ao aumento da transferência para a Segurança Social, CGA e União Europeia, assim como das despesas com pessoal, em resultado do aumento das contribuições para a Segurança Social e CGA das entidades públicas, e das outras despesas correntes. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição dos encargos com juros da dívida pública e das transferências correntes para a administração central. O decréscimo da despesa de capital justifica-se pela diminuição das transferências para a Parque Escolar, E.P.E., atenuado pelo aumento da despesa com concessões rodoviárias e em investimento em bens militares.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em setembro atingiu 4285,5M€, correspondendo a 22,3% do valor orçamentado para o ano. Face ao mês anterior, o aumento foi de 371,7M€ em resultado dos empréstimos de médio e longo prazo concedidos às empresas públicas reclassificadas (350,1M€). Foram ainda concedidos empréstimos à administração local no âmbito do PAEL (12,4M€).

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

| | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2013 | | | |
|----------------------------|------------|-------|----------------------------|------|---------|-------|-------|-------|
| | jan a set | | jan a set | | jun | jul | ago | set |
| | 10^6 euros | | Exec. face OE corrig.* (%) | | VHA (%) | | | |
| Receita Total | 29806 | 29495 | 74,8 | 74,2 | -6,1 | -5,1 | -4,6 | -1,0 |
| Receita corrente | 26560 | 28891 | 74,3 | 74,7 | 9,2 | 9,3 | 7,8 | 8,8 |
| Impostos diretos | 9975 | 11985 | 73,2 | 75,9 | 25,4 | 21,4 | 19,0 | 20,1 |
| Impostos indiretos | 13915 | 13696 | 75,6 | 74,3 | -1,4 | -1,9 | -2,3 | -1,6 |
| Despesa Total | 34943 | 34938 | 71,7 | 71,6 | 1,8 | 2,0 | -0,3 | 0,0 |
| Despesa corrente | 33144 | 33876 | 72,2 | 72,0 | 4,6 | 4,6 | 2,2 | 2,2 |
| Despesa com pessoal | 6269 | 6485 | 74,3 | 71,1 | 3,4 | 3,0 | 3,0 | 3,4 |
| Aquisição bens e serviços | 1014 | 976 | 61,4 | 57,9 | 1,3 | -3,3 | -3,9 | -3,7 |
| Subsídios | 153 | 125 | 61,8 | 51,1 | 164,9 | -14,8 | -13,6 | -18,2 |
| Juros | 4998 | 4547 | 72,7 | 65,5 | -3,8 | -6,1 | -5,6 | -9,0 |
| Transferências corr. p/ AP | 18481 | 19240 | 71,7 | 75,3 | 7,2 | 8,1 | 3,0 | 4,1 |
| Saldo Global | -5137 | -5443 | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Primário | -140 | -896 | - | - | - | - | - | - |

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, incluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até setembro e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 425,5€, o que representa uma redução de 65,6M€ face ao período homólogo¹.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 5,9%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de correntes e de capital do Estado e de entidades privadas e, ainda, das transferências correntes da União Europeia, nomeadamente às destinadas à Parque Escolar, E.P.E. Em sentido contrário, salienta-se o acréscimo das contribuições para a CGA², devido ao aumento da taxa da entidade empregadora, ao alargamento da base de incidência, ao pagamento em duodécimos de um subsídio e à aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade; e
- uma diminuição da despesa em 5,7% explicada, essencialmente pela redução da aquisição de bens e serviços (justificada pela regularização de dívidas do SNS em 2012), do investimento (em consequência da redução dos investimentos rodoviários, ferroviários e escolares, compensado parcialmente pela reclassificação do IVA relativo às concessões rodoviárias), das outras despesas correntes, das transferências para outros subsectores das administrações públicas e dos juros em resultado do cancelamento de contratos *swap* e pela amortização do empréstimo da Rádio Televisão Portuguesa com o DEPFA Bank. Em sentido inverso, verifica-se o aumento dos encargos com pensões e abonos da CGA e das despesas de pessoal.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em setembro, a execução financeira consolidada³ provisória do SNS aponta para um excedente de 60,7M€, correspondendo a uma diminuição de 1245,4M€ face ao período homólogo. Excluindo a transferência do Orçamento do Estado em 2012 para a regularização extraordinária de dívidas, o saldo do SNS apresentou uma melhoria de 254,6M€. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 17,5%, justificado pela redução da transferência do OE, a qual está influenciada pela transferência destinada a regularização extraordinária de dívidas no montante de 1500M€, em 2012. Expurgando este efeito, a receita apresentaria um aumento de 4,2%; e
- uma redução da despesa em 0,3%, devido sobretudo à diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços, com particular ênfase na componente de responsabilidades com entidades públicas empresariais e da despesa com participações dos produtos farmacêuticos (ainda que, a partir de abril de 2013, o SNS tenha passado a suportar o encargo com medicamentos da ADSE, do subsistema de saúde da GNR, PSP e Forças Armadas), compensada parcialmente pelo aumento da despesa com parcerias público-privadas (justificada pelo início do pagamento de rendas do hospital de Vila Franca de Xira, pela execução da PPP do Hospital de Braga e pelo funcionamento em pleno do hospital de Loures), e de capital. Em sentido contrário, salienta-se o aumento das despesas com pessoal em consequência do pagamento do subsídio de férias e de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social.

Quadro 2.9. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

| | Serviço Nacional de Saúde | | | | | |
|--|---------------------------|-------|---------------------------|-----------|---------|--|
| | 2012 | | 2013 | | 2013 | |
| | jan a set | | | jan a set | | |
| | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig. (%) | | VHA (%) | |
| Receita Total | 7 227 | 5 965 | 71,3 | 71,6 | -17,5 | |
| Receita fiscal | 60 | 66 | - | 82,5 | 10,0 | |
| Transferências das Administrações Públicas | 6 986 | 5 695 | 71,8 | 72,3 | -18,5 | |
| Receita de capital | 21 | 4 | 49,9 | 24,2 | -81,2 | |
| Despesa Total | 5 921 | 5 904 | 71,5 | 70,9 | -0,3 | |
| Despesa com pessoal | 587 | 685 | 72,7 | 74,2 | 16,8 | |
| Aquisição de bens e serviços | 5 262 | 5 174 | 71,9 | 71,5 | -1,7 | |
| Despesa de capital | 41 | 11 | 54,1 | 22,6 | -72,5 | |
| Saldo Global | 1 306 | 61 | - | - | - | |

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

| | Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas) | | | | | | Empresas Públicas Reclassificadas | | | | | |
|--|--|--------|---------------------------|-----------|---------|-------|-----------------------------------|------|---------------------------|-----------|---------|--|
| | 2012 | | 2013 | | 2013 | | 2012 | | 2013 | | 2013 | |
| | jan a set | | | jan a set | | | jan a set | | | jan a set | | |
| | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig. (%) | | VHA (%) | | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig. (%) | | VHA (%) | |
| Receita Total | 19 860 | 18 689 | 70,4 | 67,6 | -5,9 | 2 209 | 1 667 | 64,4 | 52,4 | -24,5 | | |
| Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE | 2 476 | 3 226 | 73,8 | 65,9 | 30,3 | - | - | - | - | - | | |
| Transferências correntes das Adm. Públicas | 12 388 | 10 993 | 71,8 | 72,5 | -11,3 | 370 | 388 | 76,3 | 63,4 | 4,7 | | |
| Despesa Total | 19 369 | 18 263 | 70,8 | 64,7 | -5,7 | 2 713 | 2 260 | 63,7 | 55,7 | -16,7 | | |
| Despesa com pessoal | 2 239 | 2 369 | 73,0 | 69,3 | 5,8 | 499 | 461 | 73,0 | 63,5 | -7,5 | | |
| Aquisição de bens e serviços | 7 340 | 6 116 | 70,8 | 64,2 | -16,7 | 469 | 486 | 57,9 | 55,1 | 3,6 | | |
| Transferências correntes | 7 060 | 7 635 | 73,3 | 69,2 | 8,1 | 20 | 19 | 59,3 | 26,8 | -4,7 | | |
| Saldo Global | 491 | 426 | - | - | - | -505 | -593 | - | - | - | | |

Fonte: DGO.

¹ De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

² Na ótica da contabilidade pública, a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) pertence aos Fundos e Serviços Autónomos.

³ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

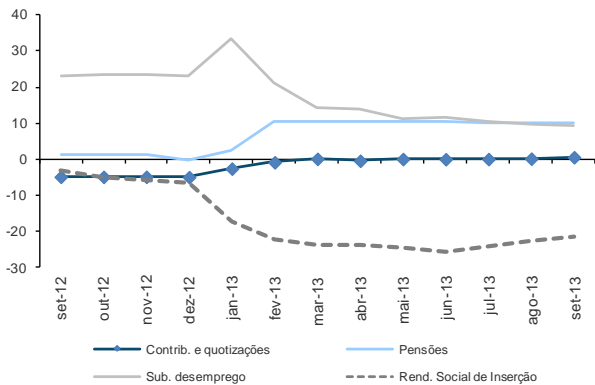
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até setembro, o excedente da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 427,5M€, o que representa uma melhoria de 183,3M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

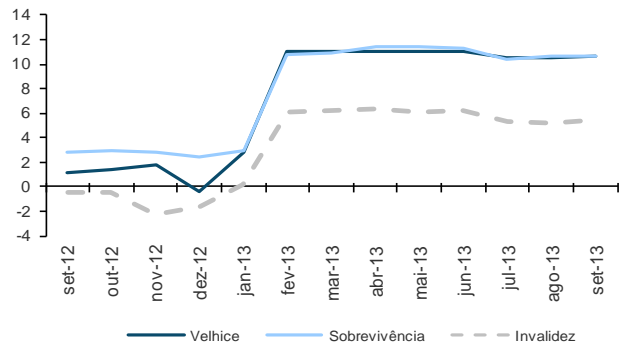
- um aumento da receita em 7,5%, em resultado do acréscimo da dotação ao abrigo da Lei de bases da Segurança Social (22,8%) e das transferências no âmbito do IVA Social e Programa de Emergência Social (32,5%); e
- um aumento da despesa em 6,6%, refletindo, sobretudo, a evolução da despesa com pensões (6%), influenciada pelo pagamento dos duodécimos relativos ao 13.º mês e o parcial do 14.º mês de acordo com o definido na lei. É ainda de referir, o crescimento, ainda que em desaceleração, da despesa com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (9,4%) e a evolução das despesas de formação profissional nomeadamente as comparticipadas pelo FSE (11,5%). Contrariamente, constata-se uma diminuição das despesas com outras prestações sociais (-16,6%) e do rendimento social de inserção (-21,4%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo 4,2% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 1,5% nas pensões de velhice, de 1,4% no subsídio de doença e de 0,4% nas pensões de sobrevivência. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 3,0%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



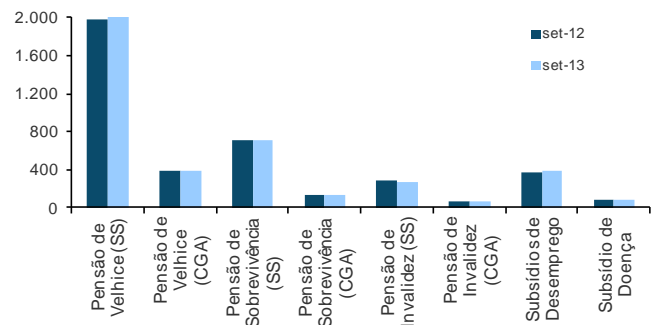
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até setembro, o excedente acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 72,3M€, menos 85,8M€ no período homólogo. A receita total aumentou 9,6%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (30,4%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, do alargamento da base de incidência contributiva e do pagamento em duodécimos do 13º mês. É de referir que a comparticipação do Orçamento do Estado diminuiu 4,6% e que as receitas de capital mantiveram uma diminuição de -50,3%, apesar da incorporação do fundo de pensões do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. na CGA em 2013. A despesa total aumentou 11,3%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento dos subsídios aos pensionistas, do aumento do número dos mesmos, assim como de parte do pagamento relativo à atualização das pensões dos deficientes das forças armadas, com efeitos retroativos a janeiro de 2010. O número de beneficiários de pensões de velhice aumentou 2,0% e de sobrevivência 1,0%, enquanto os de invalidez diminuiram 0,3%.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

| | Segurança Social | | | | Caixa Geral de Aposentações | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------|-------------------------|------|------|
| | 2012 | | 2013 | | 2012 | | 2013 | | | |
| | jan a set | | jan a set | | jan a set | | jan a set | | | |
| | 10 ⁹ euros | 10 ⁶ euros | VHA | Execução face ao OE (%) | 10 ⁶ euros | 10 ⁶ euros | VHA | Execução face ao OE (%) | | |
| Receita Total | 17679 | 19008 | 7,5 | 73,1 | 74,8 | 6091 | 6676 | 9,6 | 71,1 | 72,3 |
| Contribuições e quotizações | 9736 | 9797 | 0,6 | 74,4 | 74,7 | 2472 | 3223 | 30,4 | 73,8 | 65,9 |
| Transferências correntes da Adm. Central * | 5474 | 6601 | 20,6 | 68,0 | 76,1 | 3414 | 3289 | -3,7 | 76,4 | 79,9 |
| Despesa Total | 17434 | 18581 | 6,6 | 73,4 | 73,2 | 5932 | 6603 | 11,3 | 74,0 | 70,7 |
| Pensões | 10384 | 11438 | 10,1 | 72,0 | 74,7 | 5909 | 6570 | 11,2 | 74,0 | 70,8 |
| Pensões de velhice do reg. subst. bancário | 370 | 363 | -1,8 | 70,8 | 72,2 | - | - | - | - | - |
| Subsídio de desemp. e apoio ao emprego | 1904 | 2083 | 9,4 | 73,4 | 70,3 | - | - | - | - | - |
| Prestações e ação social | 1143 | 1163 | 1,8 | 76,3 | 72,6 | - | - | - | - | - |
| Saldo Global | 244 | 428 | - | - | - | 158 | 73 | - | - | - |

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fontes: DGO e GPEARl.

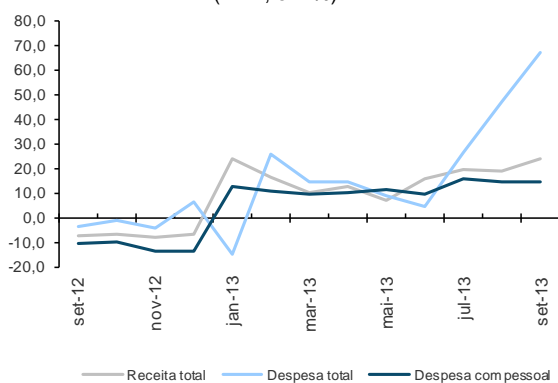
Administração Regional

Até setembro, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 722,5M€, o que corresponde a um agravamento de 651,3,9M€ face ao período homólogo. Este comportamento resultou da deterioração dos saldos de ambas as regiões, sendo que a Região Autónoma da Madeira (RAM) registou um agravamento do défice em 628,3M€ (242,6M€ excluindo a regularização de dívidas de anos anteriores), enquanto a Região Autónoma dos Açores (RAA) passou de um excedente de 20,1M€, em 2012, para um défice de 2,9M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 24,2%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo da receita fiscal, em ambas as Regiões Autónomas, das transferências correntes do OE, principalmente para a RAA, das transferências de capital e correntes do resto do mundo e, ainda, das outras receitas de capital da RAM. Em sentido contrário, é de referir o decréscimo das transferências de capital do Estado para a RAA; e
- um acréscimo da despesa total em 67,2%, em resultado de um aumento de 104,1%, na RAM, e de 22,2%, na RAA, em consequência do aumento das despesas de capital, com maior ênfase na RAM, das despesas com pessoal, das outras transferências correntes na RAA e dos juros e outros encargos. Em sentido oposto, é de referir o decréscimo das despesas com a aquisição de bens e serviços em ambas as regiões e das outras despesas correntes na RAM.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

| | Administração Regional | | | | | Administração Local | | | | | |
|---------------------------|------------------------|-------|------|-------|-------|---------------------|-----------------------|------|------|------|--|
| | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 | 2013 | 2013 | |
| | jan a ago | | | | | jan a ago | | | | | |
| | 10 ⁶ euros | | | | | VHA (%) | 10 ⁶ euros | | | | |
| Receita total | 1 258 | 1 496 | 62,5 | 63,3 | 18,8 | 4 474 | 4 601 | 60,1 | 64,7 | 2,8 | |
| Impostos | 644 | 823 | 59,9 | 66,2 | 27,8 | 1 349 | 1 514 | 60,7 | 63,5 | 12,2 | |
| Transferências correntes | 298 | 390 | 77,0 | 102,0 | 31,0 | 1 381 | 1 603 | 66,7 | 64,9 | 16,1 | |
| Despesa total | 1 340 | 1 971 | 58,8 | 55,0 | 47,0 | 4 172 | 4 603 | 62,3 | 62,7 | 10,3 | |
| Pessoal | 437 | 501 | 66,0 | 66,5 | 14,4 | 1 381 | 1 545 | 66,1 | 73,0 | 11,9 | |
| Aquisição de bens e servi | 256 | 245 | 61,2 | 62,1 | -4,6 | 1 136 | 1 317 | 61,3 | 67,1 | 15,9 | |
| Transferências correntes | 370 | 413 | 69,7 | 75,3 | 11,5 | 277 | 332 | 59,3 | 73,3 | 19,7 | |
| Investimento | 62 | 580 | 19,0 | 51,3 | 842,0 | 950 | 1 002 | 61,1 | 47,5 | 5,5 | |
| Saldo global | - 82 | - 475 | - | - | - | 302 | - 3 | - | - | - | |

Fonte: DGO.

Administração Local

Em setembro, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da Administração Local passou de um excedente de 393,8M€, em 2012, para um défice de 116,2M€, em 2013. Este resultado é influenciado pela regularização de dívidas a fornecedores no âmbito do PAEL, sem as quais este subsector teria um excedente de 210,4€, correspondendo a uma diminuição de 183,5M€ face ao período homólogo. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita total em 1,3%, em resultado essencialmente do aumento das transferências correntes no âmbito da Lei de Finanças Locais e do comportamento da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Veículos. Este comportamento foi parcialmente compensado pela diminuição das transferências de capital ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do resto do mundo; e
- um aumento da despesa total em 12,3%, que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa com a aquisição de bens e serviços, que inclui, a par da aquisição de bens de capital, a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores,, com pessoal e de capital e das transferências correntes. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição da despesa com juros e outros encargos e dos subsídios.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em agosto de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 214,9 mil M€, mais 1154M€ que no final de julho. Esta evolução deve-se ao aumento do *stock* da dívida da administração central em 1166M€ e da administração regional e local em 252M€, sendo que a consolidação entre subsectores aumentou 263M€. De referir que a variação da dívida não é explicada na íntegra pelo défice mensal das administrações públicas, dado que o aumento dos depósitos na administração central foi de 1567M€.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

| | 2012 dez | 2013 jul | 2013 ago |
|------------------------------------|----------|----------|----------|
| Administrações Públicas | 204 844 | 213 726 | 214 880 |
| <i>Por subsector:</i> | | | |
| Administração Central | 204 193 | 213 587 | 214 753 |
| Administração Regional e Local | 9 645 | 9 968 | 10 220 |
| Segurança Social | 4 | 1 | 1 |
| Consolidação entre subsectores | 9 000 | 9 830 | 10 093 |
| <i>por memória:</i> | | | |
| Depósitos da Administração Central | 16 586 | 19 466 | 21 033 |

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, diminuiu, em setembro, 258,7M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao decréscimo da dívida da administração regional, em 225,8M€ e da administração local, em 60,6M€.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

| | 2012 dez | 2013 ago | 2013 set |
|-------------------------|----------|----------|----------|
| Administrações Públicas | 5 402 | 4 833 | 4 547 |
| <i>Por subsector:</i> | | | |
| Administração Central | 328 | 537 | 538 |
| Administração Regional | 2 496 | 1 973 | 1 748 |
| Administração Local | 2 579 | 2 322 | 2 262 |
| Segurança Social | 0 | 0 | 0 |

Fonte: DGO.

Em setembro, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, diminuíram 130,9M€ face ao mês anterior. Este comportamento deveu-se principalmente à diminuição verificada na administração regional (104,5M€) e local (55,5M€). Em sentido contrário, os Hospitais E.P.E. aumentaram os pagamentos em atraso em 32,5M€.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

| | 2012 dez | 2013 ago | 2013 set |
|---------------------------------------|----------|----------|----------|
| Administrações Públicas | 2 306 | 1 714 | 1 551 |
| <i>Por subsector:</i> | | | |
| Administração Central | 58 | 53 | 52 |
| SNS | 23 | 30 | 29 |
| Empresas Públicas Reclassificadas | 29 | 18 | 17 |
| Administração Regional | 938 | 765 | 661 |
| Administração Local | 1 258 | 848 | 793 |
| Outras Entidades | 747 | 1 066 | 1 099 |
| Empresas públicas não reclassificadas | 33 | 82 | 82 |
| Hospitais EPE | 714 | 984 | 1 016 |
| Adm. Públicas e outras entidades | 3 054 | 2 781 | 2 650 |

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final de setembro, a dívida direta do Estado situava-se em 203,8 mil M€, diminuindo 3631M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, à amortização da OT 5,45% 22Set2013 (no valor nominal de 5672M€), e à amortização parcial da OT 4,375% 16Jun2014 (no valor nominal de 60M€), à emissão líquida negativa de outros instrumentos de dívida não transacionável (47,8M€) e de CEDIM (25,5M€). Este comportamento foi parcialmente compensado pelo aumento do *stock* de BT (em 1350,8M€), de CEDIC (em 799,4M€), de CA (em 99,4,0M€) e de ECP (em 23,9M€). As flutuações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 197,1€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

| | 31-ago-13 | | set-13 | | | 30-set-13 |
|--------------------------------|-----------|----------|----------|--------|---------|-----------|
| | Saldo | Emissões | Amortiz. | Outros | Saldo | |
| Transacionável | 122 382 | 2 597 | 6 855 | -20 | 118 104 | |
| Bilhetes do Tesouro | 20 682 | 1 351 | 0 | 0 | 22 033 | |
| Obrigações do Tesouro | 98 594 | 0 | 5 633 | 1 | 92 962 | |
| Não Transacionável | 18 030 | 4 824 | 4 001 | 0 | 18 853 | |
| Cert. de Aforro e do Tesouro | 11 305 | 157 | 60 | 0 | 11 403 | |
| CEDIC e CEDIM | 6 161 | 4 667 | 3 893 | 0 | 6 935 | |
| Prog. de Ajustamento Económico | 67 032 | 0 | 0 | -177 | 66 856 | |
| Total | 207 444 | 7 421 | 10 856 | -196 | 203 813 | |

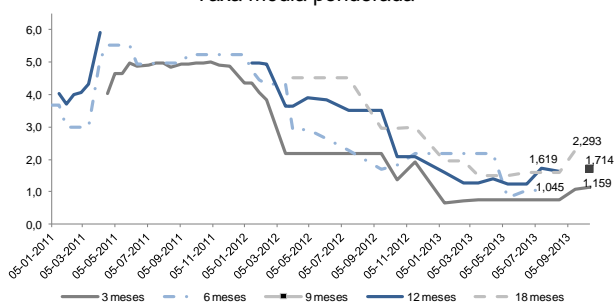
Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

A 16 de outubro de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 450M€, a 3 meses, e 1050M€, a 9 meses. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 1,159% (1,081% na anterior de igual maturidade) e a 9 meses foi de 1,714%.

As taxas de colocação dos BT, apesar de terem aumentado (7,8 pontos base na emissão a 3 meses e 9,5 pontos base na emissão a 9 meses quando se compara com a emissão a 1 ano de agosto), indiciam uma estabilização.

Figura 2.28. Emissões de BT
Taxa média ponderada



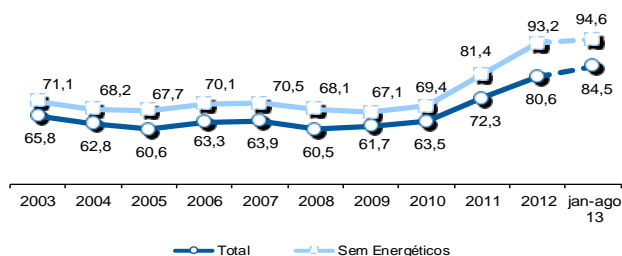
Fonte: IGCP. Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros oito meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 3,4% enquanto as importações decresceram 0,4% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 17,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1,1% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva inferior de 0,2% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nos primeiros oito meses de 2013, as exportações representaram 84,5% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 3,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 94,6% das importações (+0,8 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de agosto

| Valores em milhões de Euros | | | |
|-----------------------------|---------|---------|-------|
| janeiro a agosto | 2012 | 2013 | TVH |
| Intra+Extra UE | | | |
| Exportações (fob) | 30 472 | 31 502 | 3,4 |
| Importações (cif) | 37 444 | 37 276 | -0,4 |
| Saldo (fob-cif) | - 6 973 | - 5 774 | -17,2 |
| Cobertura (fob/cif) | 81,4 | 84,5 | - |
| Intra UE | | | |
| Exportações (fob) | 21 726 | 22 184 | 2,1 |
| Importações (cif) | 26 649 | 26 475 | -0,7 |
| Saldo (fob-cif) | - 4 924 | - 4 291 | -12,9 |
| Cobertura (fob/cif) | 81,5 | 83,8 | - |
| Extra UE | | | |
| Exportações (fob) | 8 746 | 9 319 | 6,5 |
| Importações (cif) | 10 795 | 10 802 | 0,1 |
| Saldo (fob-cif) | - 2 049 | - 1 483 | -27,6 |
| Cobertura (fob/cif) | 81,0 | 86,3 | - |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 12,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 2,1% e as importações a decrescer 0,7%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 27,6% (Quadro 3.2).

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

| Intra + Extra-EU (milhões de Euros) | janeiro a agosto | | | VH | |
|-------------------------------------|------------------|---------|-------|-----------------|------------------|
| | 2012 | 2013 | VH | Últimos 3 meses | Últimos 12 meses |
| Exportações (fob) | 30 472 | 31 502 | 3,4 | 2,3 | 2,2 |
| Importações (cif) | 37 444 | 37 276 | -0,4 | 3,1 | -1,4 |
| Saldo (fob-cif) | - 6 973 | - 5 774 | -17,2 | 7,3 | -15,5 |
| Cobertura (fob/cif) | 81,4 | 84,5 | - | - | - |
| Sem energéticos: | | | | | |
| Exportações (fob) | 27 785 | 28 097 | 1,1 | 0,6 | 0,9 |
| Importações (cif) | 29 635 | 29 698 | 0,2 | 0,8 | -1,8 |
| Saldo (fob-cif) | - 1 850 | - 1 601 | -13,4 | 3,9 | -29,9 |
| Cobertura (fob/cif) | 93,6 | 94,6 | - | - | - |
| Extra-EU (milhões de Euros) | | | | | |
| Exportações (fob) | 8 746 | 9 319 | 6,5 | 2,8 | 6,7 |
| Importações (cif) | 10 795 | 10 802 | 0,1 | 0,0 | -0,1 |
| Saldo (fob-cif) | - 2 049 | - 1 483 | -27,6 | -15,9 | -28,6 |
| Cobertura (fob/cif) | 81,0 | 86,3 | - | - | - |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

| Intra+Extra UE (milhões de Euros) | IMPORTAÇÕES (Cif) | | | EXPORTAÇÕES (Fob) | | |
|-----------------------------------|-------------------|--------|------|-------------------|--------|------|
| | 2012 | 2013 | TVH | 2012 | 2013 | TVH |
| jan | 4 695 | 4 463 | -4,9 | 3 606 | 3 863 | 7,1 |
| fev | 4 648 | 4 422 | -4,9 | 3 786 | 3 677 | -2,9 |
| mar | 5 074 | 4 635 | -8,6 | 4 138 | 4 002 | -3,3 |
| abr | 4 409 | 4 833 | 9,6 | 3 542 | 4 085 | 15,3 |
| mai | 5 010 | 4 888 | -2,4 | 4 032 | 4 246 | 5,3 |
| jun | 4 501 | 4 587 | 1,9 | 3 968 | 3 935 | -0,8 |
| jul | 4 703 | 5 198 | 10,5 | 4 070 | 4 366 | 7,3 |
| ago | 4 403 | 4 250 | -3,5 | 3 329 | 3 328 | 0,0 |
| set | 4 674 | | | 3 581 | | |
| out | 5 127 | | | 4 049 | | |
| nov | 4 646 | | | 3 918 | | |
| dez | 4 275 | | | 3 241 | | |
| 1º Trim | 14 417 | 13 520 | -6,2 | 11 531 | 11 542 | 0,1 |
| 2º Trim | 13 921 | 14 308 | 2,8 | 11 542 | 12 266 | 6,3 |
| 3º Trim | 13 781 | | | 10 980 | | |
| 4º Trim | 14 048 | | | 11 207 | | |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º10/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de agosto de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros oito meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 3,4%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 1,1%.

Entre janeiro e agosto de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,4 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,7 p.p.) e dos “Químicos” (+0,6 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,7%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

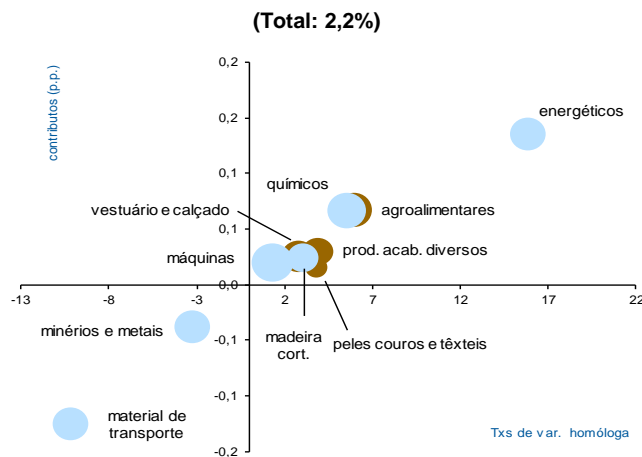
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em agosto de 2013.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+2,2%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,4 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Agroalimentares” e dos “Químicos” (ambos com +0,7 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos “Produtos Acabados Diversos” e “Vestuário e Calçado” para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com 0,3 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2013



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

| Grupos de Produtos | Milhões de Euros jan-ago | | Estrutura (%) | | | | Tax. variação e contributos | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------------------|------------|------------------------------|
| | | | Anual | | jan-ago | | últimos 12 meses ^[1] | | jan-ago | |
| | 2012 | 2013 | 2007 | 2012 | 2012 | 2013 | VH ^[2] | contrib. p.p. ^[3] | VH | contrib. p.p. ^[3] |
| Total das Exportações | 30 472 | 31 502 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,2 | 2,2 | 3,4 | 3,4 |
| 000 Agro-Alimentares | 3 293 | 3 516 | 9,6 | 11,5 | 10,8 | 11,2 | 5,9 | 0,7 | 6,8 | 0,7 |
| 100 Energéticos | 2 686 | 3 405 | 4,5 | 8,3 | 8,8 | 10,8 | 15,9 | 1,4 | 26,8 | 2,4 |
| 200 Químicos | 3 793 | 3 973 | 10,6 | 12,4 | 12,4 | 12,6 | 5,5 | 0,7 | 4,7 | 0,6 |
| 300 Madeira, Cortiça e Papel | 2 459 | 2 551 | 7,8 | 8,1 | 8,1 | 8,1 | 3,0 | 0,2 | 3,7 | 0,3 |
| 400 Peles, Couros e Têxteis | 1 228 | 1 299 | 4,8 | 4,1 | 4,0 | 4,1 | 3,8 | 0,2 | 5,8 | 0,2 |
| 500 Vestuário e Calçado | 2 859 | 2 934 | 10,5 | 9,2 | 9,4 | 9,3 | 2,8 | 0,3 | 2,6 | 0,2 |
| 600 Minérios e Metais | 3 577 | 3 381 | 10,9 | 11,7 | 11,7 | 10,7 | -3,2 | -0,4 | -5,5 | -0,6 |
| 700 Máquinas | 4 622 | 4 619 | 19,7 | 15,3 | 15,2 | 14,7 | 1,3 | 0,2 | -0,1 | 0,0 |
| 800 Material de Transporte | 3 611 | 3 351 | 12,7 | 11,6 | 11,9 | 10,6 | -10,2 | -1,2 | -7,2 | -0,9 |
| 900 Produtos Acabados Diversos | 2 343 | 2 473 | 9,0 | 7,7 | 7,7 | 7,9 | 3,9 | 0,3 | 5,5 | 0,4 |

Por memória:

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|
| Total sem energéticos | 27 785 | 28 097 | 95,5 | 91,7 | 91,2 | 89,2 | 0,9 | 0,9 | 1,1 | 1,0 |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2013.

[2] $(\text{set } 12\text{-ago } 13) / (\text{set } 11\text{-ago } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

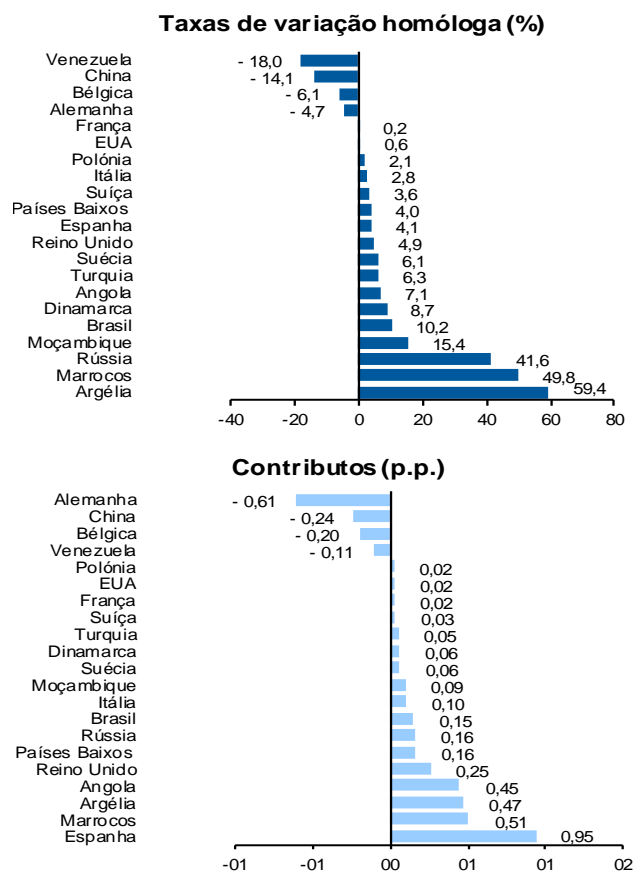
Nos primeiros oito meses de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 2,1%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram o mesmo acréscimo enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 1,4%. No mesmo período as exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 6,5% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações totais (+1,9 p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+2,0 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (+0,2 p.p. e +0,1 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em agosto de 2013, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 0,5%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 0,6 %. As exportações para Espanha (+0,9 p.p.) e o Reino Unido (+0,3 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+59,4%), Marrocos (+49,8%) e Moçambique (+15,4%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Venezuela (-18,0%) e a China (-14,1%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

| Destino | Intra + Extra-UE (Fob) | | Valores em milhões de Euros | | | | | | | |
|--------------------|------------------------|---------------|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------------------|------------|------------------------------|
| | jan-ago | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | |
| | 2012 | 2013 | anual | | jan-ago | | 12 meses ^[1] | | jan-ago | |
| | | | 2007 | 2012 | 2012 | 2013 | VH ^[2] | contrib. p.p. ^[3] | VH | contrib. p.p. ^[3] |
| TOTAL | 30 472 | 31 502 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 2,2 | 2,2 | 3,4 | 3,4 |
| Intra UE-28 | 21 726 | 22 184 | 77,1 | 71,1 | 71,3 | 70,4 | 0,5 | 0,3 | 2,1 | 1,5 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| UE-15 | 20 731 | 21 175 | 74,7 | 67,9 | 68,0 | 67,2 | 0,6 | 0,4 | 2,1 | 1,5 |
| Espanha | 6 829 | 7 432 | 28,7 | 22,5 | 22,4 | 23,6 | 4,1 | 0,9 | 8,8 | 2,0 |
| Alemanha | 3 815 | 3 724 | 12,9 | 12,4 | 12,5 | 11,8 | -4,7 | -0,6 | -2,4 | -0,3 |
| França | 3 635 | 3 669 | 12,6 | 11,8 | 11,9 | 11,6 | 0,2 | 0,0 | 0,9 | 0,1 |
| R.Unido | 1576 | 1652 | 6,0 | 5,3 | 5,2 | 5,2 | 4,9 | 0,3 | 4,8 | 0,2 |
| P.Baixos | 1296 | 1295 | 3,5 | 4,1 | 4,3 | 4,1 | 4,0 | 0,2 | -0,1 | 0,0 |
| Itália | 1084 | 1050 | 4,1 | 3,7 | 3,6 | 3,3 | 2,8 | 0,1 | -3,1 | -0,1 |
| Bélgica | 976 | 956 | 2,6 | 3,1 | 3,2 | 3,0 | -6,1 | -0,2 | -2,0 | -0,1 |
| Suécia | 302 | 308 | 1,3 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 6,1 | 0,1 | 1,7 | 0,0 |
| Dinamarca | 202 | 209 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 8,7 | 0,1 | 3,3 | 0,0 |
| Alargamento | 995 | 1 008 | 2,4 | 3,2 | 3,3 | 3,2 | -1,5 | 0,0 | 1,4 | 0,0 |
| Polónia | 273 | 297 | 0,7 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 2,1 | 0,0 | 9,0 | 0,1 |
| Extra UE-28 | 8 746 | 9 319 | 22,9 | 28,9 | 28,7 | 29,6 | 6,7 | 1,9 | 6,5 | 1,9 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| Angola | 1879 | 1951 | 4,4 | 6,6 | 6,2 | 6,2 | 7,1 | 0,4 | 3,9 | 0,2 |
| EUA | 1280 | 1267 | 4,7 | 4,1 | 4,2 | 4,0 | 0,6 | 0,0 | -1,0 | 0,0 |
| China | 573 | 443 | 0,5 | 1,7 | 1,9 | 1,4 | -14,1 | -0,2 | -22,6 | -0,4 |
| Brasil | 434 | 481 | 0,7 | 1,5 | 1,4 | 1,5 | 10,2 | 0,1 | 10,7 | 0,2 |
| Marrocos | 330 | 560 | 0,5 | 1,0 | 1,1 | 1,8 | 49,8 | 0,5 | 69,6 | 0,8 |
| Argélia | 256 | 394 | 0,2 | 0,9 | 0,8 | 1,3 | 59,4 | 0,5 | 54,2 | 0,5 |
| Suíça | 274 | 285 | 0,7 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 3,6 | 0,0 | 4,3 | 0,0 |
| Turquia | 247 | 258 | 0,6 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 6,3 | 0,0 | 4,6 | 0,0 |
| Venezuela | 205 | 114 | 0,0 | 0,7 | 0,7 | 0,4 | -18,0 | -0,1 | -44,6 | -0,3 |
| Moçambique | 189 | 214 | 0,2 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 15,4 | 0,1 | 13,1 | 0,1 |
| Por memória: | | | | | | | | | | |
| Gibraltar | 184 | 221 | 0,0 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 24,0 | 0,1 | 20,4 | 0,1 |
| PALOP | 2 296 | 2 382 | 5,4 | 8,0 | 7,5 | 7,6 | 6,1 | 0,5 | 3,7 | 0,3 |
| EFTA | 352 | 370 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 5,0 | 0,1 | 5,3 | 0,1 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2013.

[2] (set 12-ago 13)/(set 11-ago 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período do homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a agosto de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 0,4% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-0,6 p.p.), “Máquinas” (-0,5 p.p.) para a redução das importações nos primeiros oito meses de 2013.

O comportamento das importações de produtos “Agroalimentares”, com um contributo positivo de 0,9 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,0%).

Nos primeiros oito meses de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 0,7%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 0,6%. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 2,9%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 0,1%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (5,6% do total). Seguem-se a China (2,4%) e a Rússia (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

| Grupos de Produtos | 10 ⁶ Euros (Cif) | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|------------------------------|
| | jan-ago | | Anual | | jan-ago | | 12 meses ^[1] | | jan-ago | |
| | 2012 | 2013 | 2007 | 2012 | 2012 | 2013 | VH ^[2] | contrib. p.p. ^[3] | VH | contrib. p.p. ^[3] |
| TOTAL DAS IMPORTAÇÕES | 37 444 | 37 276 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -1,4 | -1,4 | -0,4 | -0,4 |
| Grupos de Produtos | | | | | | | | | | |
| 000-Agro-Alimentares | 5 741 | 6 064 | 12,6 | 15,6 | 15,3 | 16,3 | 4,1 | 0,6 | 5,6 | 0,9 |
| 100-Energéticos | 7 809 | 7 578 | 13,4 | 20,7 | 20,9 | 20,3 | 0,3 | 0,1 | -3,0 | -0,6 |
| 200-Químicos | 6 226 | 6 150 | 13,4 | 16,5 | 16,6 | 16,5 | -1,0 | -0,2 | -1,2 | -0,2 |
| 300-Peles, Mad, Cortiça e Papel | 1581 | 1695 | 4,7 | 4,3 | 4,2 | 4,5 | 1,8 | 0,1 | 7,2 | 0,3 |
| 400-Têxteis, Vestuário e Calçado | 2 402 | 2 452 | 6,7 | 6,4 | 6,4 | 6,6 | -1,4 | -0,1 | 2,1 | 0,1 |
| 500-Minérios e Metais | 3 124 | 3 089 | 10,3 | 8,2 | 8,3 | 8,3 | -3,1 | -0,3 | -1,1 | -0,1 |
| 600-Máquinas [4] | 5 461 | 5 256 | 20,2 | 14,8 | 14,6 | 14,1 | -5,1 | -0,8 | -3,8 | -0,5 |
| 700-Material de Transporte [5] | 3 217 | 3 145 | 13,0 | 8,4 | 8,6 | 8,4 | -7,4 | -0,7 | -2,2 | -0,2 |
| 800-Prod. Acabados Diversos | 1883 | 1847 | 5,7 | 5,1 | 5,0 | 5,0 | -3,6 | -0,2 | -1,9 | -0,1 |
| Total sem energéticos | 29 635 | 29 698 | 86,6 | 79,3 | 79,1 | 79,7 | -1,8 | -1,4 | 0,2 | 0,2 |
| Mercados de origem | | | | | | | | | | |
| Intra UE-28 | 26 649 | 26 475 | 76,6 | 71,8 | 71,2 | 71,0 | -1,8 | -1,3 | -0,7 | -0,5 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| UE-15 | 25 653 | 25 507 | 74,8 | 69,1 | 68,5 | 68,4 | -2,0 | -1,4 | -0,6 | -0,4 |
| Espanha | 11813 | 11810 | 31,1 | 32,0 | 31,5 | 31,7 | -1,3 | -0,4 | 0,0 | 0,0 |
| Alemanha | 4 269 | 4 188 | 14,0 | 11,4 | 11,4 | 11,2 | -4,1 | -0,5 | -1,9 | -0,2 |
| França | 2 443 | 2 500 | 8,7 | 6,6 | 6,5 | 6,7 | 0,4 | 0,0 | 2,3 | 0,2 |
| Itália | 1931 | 1878 | 5,5 | 5,2 | 5,2 | 5,0 | -3,3 | -0,2 | -2,7 | -0,1 |
| Países Baixos | 1792 | 1871 | 4,7 | 4,8 | 4,8 | 5,0 | 3,4 | 0,2 | 4,4 | 0,2 |
| Reino Unido | 126 | 1074 | 3,7 | 3,0 | 3,0 | 2,9 | -6,5 | -0,2 | -4,7 | -0,1 |
| Bélgica | 932 | 906 | 2,9 | 2,5 | 2,5 | 2,4 | -2,3 | -0,1 | -2,8 | -0,1 |
| Suécia | 386 | 371 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | -6,1 | -0,1 | -3,8 | 0,0 |
| Irlanda | 364 | 345 | 0,8 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | -7,6 | -0,1 | -5,3 | -0,1 |
| Alargamento | 996 | 967 | 1,8 | 2,7 | 2,7 | 2,6 | 1,9 | 0,0 | -2,9 | -0,1 |
| Extra UE-28 | 10 795 | 10 802 | 23,4 | 28,2 | 28,8 | 29,0 | -0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,0 |
| dos quais: | | | | | | | | | | |
| Angola | 182 | 2 071 | 0,6 | 3,2 | 3,2 | 5,6 | 49,4 | 16 | 75,2 | 2,4 |
| China | 939 | 908 | 1,8 | 2,4 | 2,5 | 2,4 | -6,2 | -0,2 | -3,3 | -0,1 |
| Brasil | 1031 | 597 | 2,3 | 2,4 | 2,8 | 1,6 | -32,9 | -0,8 | -42,1 | -1,2 |
| EUA | 635 | 554 | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 1,5 | -10,5 | -0,2 | -12,8 | -0,2 |
| Nigéria | 539 | 513 | 1,7 | 1,6 | 1,4 | 1,4 | -6,0 | -0,1 | -4,8 | -0,1 |
| Arábia Saudita | 643 | 477 | 0,7 | 1,6 | 1,7 | 1,3 | -25,7 | -0,4 | -25,9 | -0,4 |
| Argélia | 453 | 290 | 1,0 | 1,4 | 1,2 | 0,8 | 6,0 | 0,1 | -35,9 | -0,4 |
| Cazaquistão | 551 | 404 | 0,5 | 1,4 | 1,5 | 1,1 | -31,6 | -0,5 | -26,7 | -0,4 |
| Azerbaijão | 345 | 280 | 0,1 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | -18,5 | -0,2 | -18,8 | -0,2 |
| Guiné Equatorial | 469 | 85 | 0,7 | 0,8 | 1,3 | 0,2 | -82,1 | -0,8 | -81,9 | -1,0 |
| Rússia | 387 | 641 | 0,9 | 0,8 | 1,0 | 1,7 | 37,2 | 0,3 | 65,7 | 0,7 |
| Líbia | 166 | 104 | 1,3 | 0,7 | 0,4 | 0,3 | 102,4 | 0,3 | -37,4 | -0,2 |
| Camarões | 222 | 493 | 0,0 | 0,7 | 0,6 | 1,3 | 120,7 | 0,6 | 122,1 | 0,7 |
| OPEP ^[6] | 3 263 | 3 776 | 6,3 | 9,4 | 8,7 | 10,1 | 20,9 | 18 | 15,7 | 1,4 |
| EFTA | 345 | 296 | 1,9 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | -21,6 | -0,2 | -14,3 | -0,1 |
| PALOP | 198 | 2 107 | 0,7 | 3,2 | 3,2 | 5,7 | 48,4 | 1,6 | 75,8 | 2,4 |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2013.

[2] (set 12-ago 13)/(set 11-ago 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Não inclui tractores.

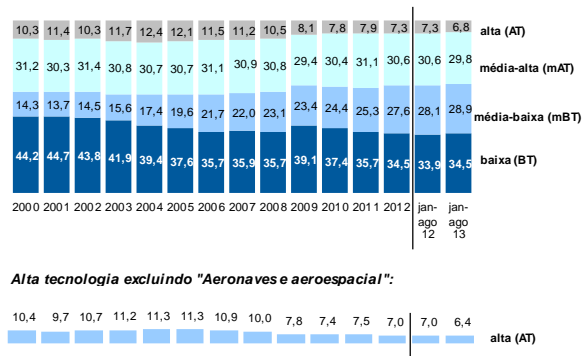
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros oito meses de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 3,3%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (58,7%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+6,1%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

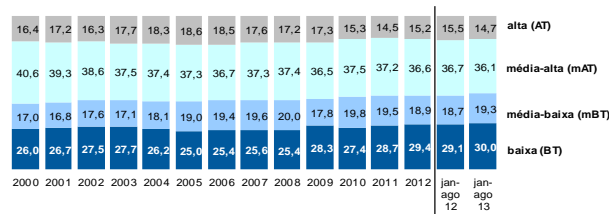
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa e média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (ambos com +1,7p.p.).

As exportações dos produtos de alta intensidade tecnológica contribuíram negativamente (-0,3 p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 0,3%. Destaca-se o contributo das importações de produtos de alta (-0,8 p.p.) e média alta tecnologia (-0,7 p.p.) para a redução das importações.

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

| Intensidade Tecnológica | 2012 | janeiro a agosto | | Taxas variação (%) | | | % total prod. indust. transf. | | | | Contributos ^[1] (p.p.) | | |
|---|---------------|------------------|---------------|--------------------|-------------|-----------------|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------------------------|--------------|--|
| | | 2012 | 2013 | média 2007-12 | 2012-11 | jan-ago 2013-12 | 2011 | 2012 | jan-ago | | 2012 | jan-ago 2013 | |
| | | | | | | | | | 2012 | 2013 | | | |
| EXPORTAÇÕES | | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 42 771 | 28 824 | 29 767 | 3,3 | 6,1 | 3,3 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 6,1 | 3,3 | |
| Alta tecnologia | 3 121 | 2 108 | 2 016 | -5,2 | -1,8 | -4,3 | 7,9 | 7,3 | 7,3 | 6,8 | -0,1 | -0,3 | |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2] | 2 977 | 2 006 | 1 898 | -5,4 | -0,9 | -5,4 | 7,5 | 7,0 | 7,0 | 6,4 | -0,1 | -0,4 | |
| Média-alta tecnologia | 13 080 | 8 834 | 8 880 | 3,1 | 4,2 | 0,5 | 31,1 | 30,6 | 30,6 | 29,8 | 1,3 | 0,2 | |
| Média-baixa tecnologia | 11 805 | 8 099 | 8 590 | 8,1 | 15,6 | 6,1 | 25,3 | 27,6 | 28,1 | 28,9 | 4,0 | 1,7 | |
| Baixa tecnologia | 14 765 | 9 783 | 10 280 | 2,6 | 2,7 | 5,1 | 35,7 | 34,5 | 33,9 | 34,5 | 1,0 | 1,7 | |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Total das Exportações | 45 259 | 30 472 | 31 502 | 3,4 | 5,7 | 3,4 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 5,7 | 3,4 | |
| Residual ^[3] | 2 488 | 1 648 | 1 735 | 4,3 | -1,3 | 5,3 | 5,9 | 5,5 | 5,4 | 5,5 | -0,1 | 0,3 | |
| IMPORTAÇÕES | | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 42 738 | 28 354 | 28 281 | -3,2 | -9,6 | -0,3 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -9,6 | -0,3 | |
| Alta tecnologia | 6 496 | 4 391 | 4 155 | -5,9 | -5,5 | -5,4 | 14,5 | 15,2 | 15,5 | 14,7 | -0,8 | -0,8 | |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2] | 6 158 | 4 092 | 3 862 | -5,5 | -6,7 | -5,6 | 14,0 | 14,5 | 14,6 | 13,8 | -0,9 | -0,8 | |
| Média-alta tecnologia | 15 623 | 10 404 | 10 198 | -3,6 | -11,3 | -2,0 | 37,2 | 36,6 | 36,7 | 36,1 | -4,2 | -0,7 | |
| Média-baixa tecnologia | 8 060 | 5 296 | 5 446 | -3,9 | -12,7 | 2,8 | 19,5 | 18,9 | 18,7 | 19,3 | -2,5 | 0,5 | |
| Baixa tecnologia | 12 559 | 8 262 | 8 483 | -0,5 | -7,6 | 2,7 | 28,7 | 29,4 | 29,1 | 30,0 | -2,2 | 0,8 | |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | | |
| Total das Importações | 56 166 | 37 444 | 37 276 | -1,3 | -5,2 | -0,4 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -5,2 | -0,4 | |
| Residual ^[3] | 13 428 | 9 090 | 8 995 | 6,8 | 12,6 | -1,0 | 20,1 | 23,9 | 24,3 | 24,1 | 2,5 | -0,3 | |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

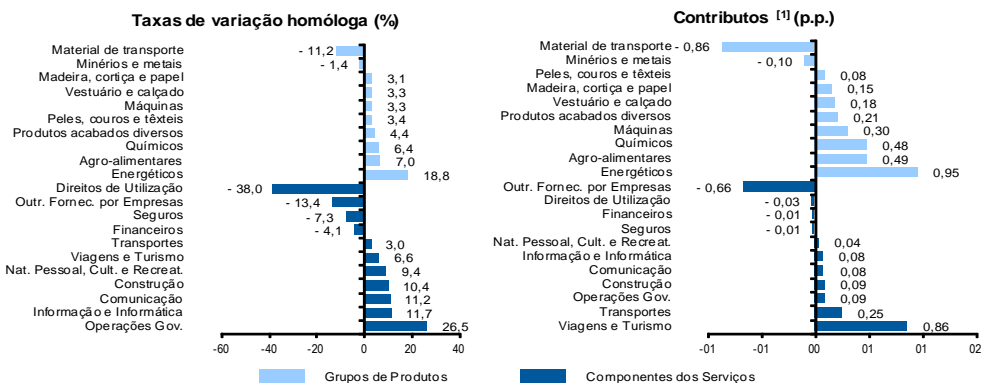
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de julho de 2013, nos primeiros sete meses de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,3%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (2,5 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros sete meses de 2013, a componente dos Serviços representou 28,6% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,9 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,2% no total e o seu comportamento contrariou o decréscimo das “Importações” totais (-0,6%) em 0,1 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em julho de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+0,95 p.p.) e dos “Agroalimentares” (+0,49 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,86 p.p.) e Transportes (+0,25 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em julho de 2013



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (2,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

| | Valores em milhões de Euros | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|--------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|
| | jan-jul | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | | | |
| | 2012 | 2013 | Anual | | jan-jul | | média anual | 12 meses [1] | | jan-jul | | |
| | | | | 2007 | 2012 | 2012 | 2013 | 07-12 | VH [2] | contrib. p.p. [3] | VH | contrib. p.p. [3] |
| CRÉDITO (Exportações) | | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 38 008 | 39 657 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 3,1 | 2,7 | 2,7 | 4,3 | 4,3 | |
| Bens | 27 368 | 28 303 | 69,4 | 70,4 | 72,0 | 71,4 | 3,4 | 2,7 | 1,9 | 3,4 | 2,5 | |
| Serviços | 10 640 | 11 354 | 30,6 | 29,6 | 28,0 | 28,6 | 2,4 | 2,6 | 0,8 | 6,7 | 1,9 | |
| Transportes | 3 166 | 3 304 | 7,7 | 8,3 | 8,3 | 8,3 | 4,7 | 3,0 | 0,2 | 4,3 | 0,4 | |
| Viagens e Turismo | 4 501 | 4 853 | 13,3 | 13,3 | 11,8 | 12,2 | 3,1 | 6,6 | 0,9 | 7,8 | 0,9 | |
| Comunicação | 294 | 317 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | -1,4 | 11,2 | 0,1 | 8,0 | 0,1 | |
| Construção | 296 | 338 | 1,1 | 0,9 | 0,8 | 0,9 | -1,4 | 10,4 | 0,1 | 13,9 | 0,1 | |
| Seguros | 60 | 57 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,3 | -7,3 | 0,0 | -5,0 | 0,0 | |
| Financeiros | 131 | 118 | 0,4 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | -0,4 | -4,1 | 0,0 | -10,4 | 0,0 | |
| Informação e Informática | 272 | 308 | 0,4 | 0,7 | 0,7 | 0,8 | 15,0 | 11,7 | 0,1 | 13,2 | 0,1 | |
| Direitos de Utilização | 25 | 17 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | -10,2 | -38,0 | 0,0 | -32,0 | 0,0 | |
| Outr. Fornec. por Empresas | 1597 | 1711 | 5,6 | 4,1 | 4,2 | 4,3 | -3,3 | -13,4 | -0,7 | 7,2 | 0,3 | |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 159 | 164 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 7,9 | 9,4 | 0,0 | 3,3 | 0,0 | |
| Operações Governamentais | 139 | 167 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 8,6 | 26,5 | 0,1 | 20,2 | 0,1 | |
| DÉBITO (Importações Fob) | | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 38 192 | 37 965 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -1,1 | -2,4 | -2,4 | -0,6 | -0,6 | |
| Bens | 32 058 | 31 797 | 84,7 | 83,9 | 83,9 | 83,8 | -1,3 | -2,1 | -1,7 | -0,8 | -0,7 | |
| Serviços | 6 134 | 6 168 | 15,3 | 16,1 | 16,1 | 16,2 | 0,0 | -4,4 | -0,7 | 0,6 | 0,1 | |
| Transportes | 1900 | 1946 | 4,9 | 5,0 | 5,0 | 5,1 | -0,3 | -1,3 | -0,1 | 2,4 | 0,1 | |
| Viagens e Turismo | 1744 | 1809 | 4,2 | 4,6 | 4,5 | 4,8 | 0,5 | 3,2 | 0,1 | 5,6 | 0,2 | |
| Comunicação | 259 | 267 | 0,7 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | -3,6 | 0,2 | 0,0 | 3,2 | 0,0 | |
| Construção | 58 | 70 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | -3,7 | 12,0 | 0,0 | 21,8 | 0,0 | |
| Seguros | 146 | 142 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 5,4 | 4,5 | 0,0 | -3,1 | 0,0 | |
| Financeiros | 278 | 175 | 0,3 | 0,7 | 0,7 | 0,5 | 16,0 | -31,3 | -0,2 | -36,9 | -0,3 | |
| Informação e Informática | 229 | 246 | 0,4 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 4,7 | -8,0 | -0,1 | 7,1 | 0,0 | |
| Direitos de Utilização | 212 | 197 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 1,4 | -4,9 | 0,0 | -7,0 | 0,0 | |
| Outr. Fornec. por Empresas | 989 | 1005 | 3,0 | 2,6 | 2,6 | 2,6 | -3,6 | -16,4 | 0,5 | 1,6 | 0,0 | |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 296 | 260 | 0,5 | 0,8 | 0,8 | 0,7 | 6,0 | -5,6 | 0,0 | -12,1 | -0,1 | |
| Operações Governamentais | 54 | 51 | 0,3 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | -13,1 | 6,9 | 0,0 | -5,7 | 0,0 | |

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até julho de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destaques

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2013

De acordo com a segunda notificação de 2013 do Procedimento dos Défices Excessivos, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística a 30 de setembro, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas, relativos a 2012, situaram-se nos 6,4% e 124,1% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

| Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE) | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Saldo Global | | | | |
| 1. Notificação de Setembro de 2013 | -10,2 | -9,8 | -4,3 | -6,4 |
| 2. Notificação de Março de 2013 | -10,2 | -9,8 | -4,4 | -6,4 |
| Diferença (1-2) | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 |
| Saldo Primário | | | | |
| 1. Notificação de Setembro de 2013 | -7,3 | -7,0 | -0,3 | -2,1 |
| 2. Notificação de Março de 2013 | -7,3 | -7,0 | -0,4 | -2,0 |
| Diferença (1-2) | 0,0 | 0,0 | 0,1 | -0,1 |
| Juros | | | | |
| 1. Notificação de Setembro de 2013 | 2,8 | 2,8 | 4,0 | 4,3 |
| 2. Notificação de Março de 2013 | 2,8 | 2,8 | 4,1 | 4,4 |
| Diferença (1-2) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -0,1 |
| Dívida Pública | | | | |
| 1. Notificação de Setembro de 2013 | 83,7 | 94,0 | 108,2 | 124,1 |
| 2. Notificação de Março de 2013 | 83,7 | 94,0 | 108,3 | 123,6 |
| Diferença (1-2) | 0,0 | 0,0 | -0,1 | 0,5 |

Fonte: INE, Notificação do Procedimento de Défices Excessivos de 28 de março de 2013 e de 30 de setembro de 2013.

Em 2012, o défice das Administrações Públicas, relevante para efeitos do Programa de Ajustamento Económico (PAE), situou-se em 4,7% do PIB, respeitando o limite acordado (5% do PIB). Contudo, excluindo a operação extraordinária de venda da concessão da ANA e considerando o aumento do capital social da CGD (como despesa de capital), as reclassificações relativas à entidade pública Sagestamo e as imparidades nos ativos dos Veículos de Finalidade Especial do BPN, o défice atinge os 6,4% do PIB.

O saldo orçamental excluindo as medidas pontuais, nomeadamente, a sobretaxa extraordinária em sede de IRS, a transferência do fundo de pensões do BPN, o leilão de licenças 4G, a recapitalização da CGD, o re-routing de conversão de suprimentos concedidos pela Parpublica em aumento de capital na Sagestamo S.A. e as imparidades associadas à transferência de ativos do BPN para as empresa Parvalorem S.A. e Parups S.A., situou-se nos -5,8% do PIB, em 2012 (Quadro 2).

| Quadro 2: Saldo global excluindo medidas pontuais | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Saldo global excl. medidas pontuais | -10,2 | -9,2 | -7,3 | -5,8 |

Fonte: Ministério das Finanças.

Para 2013, os limites do défice orçamental estabelecidos foram revistos de 4,5% para 5,5% do PIB no sétimo exame regular do PAE. A revisão decorre, essencialmente, da revisão em baixa das perspetivas macroeconómicas, como a queda do investimento nos primeiros trimestres do ano, da procura interna e a evolução menos favorável do mercado de trabalho, com impactos diretos nas receitas fiscal e contributiva, estimando-se uma receita inferior à inicialmente prevista, e aumento das despesas com prestações sociais, em particular com o subsídio de desemprego.

No que respeita ao rácio da dívida, em 2012, as reclassificações estatísticas, tiveram impacto de 0,6 p.p. do PIB, situando-se em 123,6% do PIB.

Em 2013, estima-se que a dívida pública atinja os 127,8% do PIB, sendo a sua evolução explicada pelo efeito juros e pelo reforço da estabilidade financeira do Banif, no montante de 700 milhões de euros, assim como pelos empréstimos no âmbito do PAEL, no valor de 63,7 milhões de euros.

Em 2012, a generalidade dos países europeus manteve a trajetória de consolidação orçamental, traduzindo-se numa redução do défice público, quer para a área do euro, quer para o conjunto da União Europeia (Quadro 3).

Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

(% do PIB)

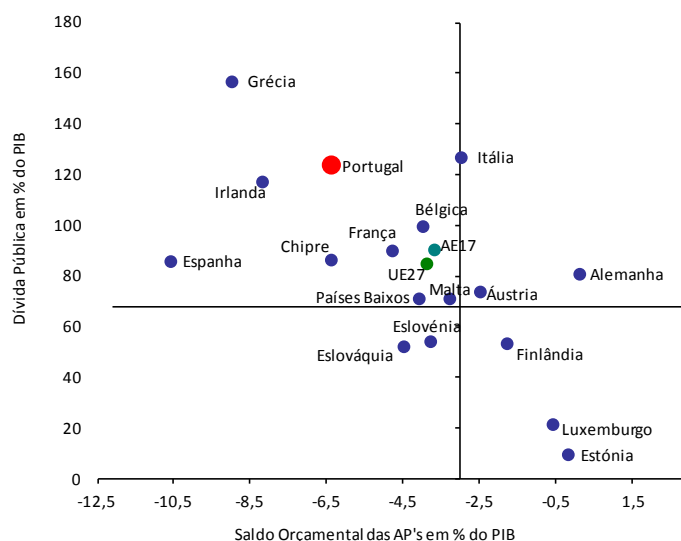
| | Saldo Orçamental | | | | Dívida Pública | | | |
|----------------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|-------------|--------------|--------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| União Europeia | -6,9 | -6,5 | -4,4 | -3,9 | 74,3 | 79,8 | 82,3 | 85,1 |
| Área do euro | -6,4 | -6,2 | -4,2 | -3,7 | 80,0 | 85,4 | 87,3 | 90,6 |
| Bélgica | -5,6 | -3,7 | -3,7 | -4,0 | 95,7 | 95,7 | 98,0 | 99,8 |
| Alemanha | -3,1 | -4,2 | -0,8 | 0,1 | 74,5 | 82,5 | 80,0 | 81,0 |
| Irlanda | -13,7 | -30,6 | -13,1 | -8,2 | 64,4 | 91,2 | 104,1 | 117,4 |
| Grécia | -15,7 | -10,7 | -9,5 | -9,0 | 129,7 | 148,3 | 170,3 | 156,9 |
| Espanha | -11,1 | -9,6 | -9,6 | -10,6 | 54,0 | 61,7 | 70,5 | 86,0 |
| França | -7,5 | -7,1 | -5,3 | -4,8 | 79,2 | 82,4 | 85,8 | 90,2 |
| Itália | -5,5 | -4,5 | -3,8 | -3,0 | 116,4 | 119,3 | 120,7 | 127,0 |
| Chipre | -6,1 | -5,3 | -6,3 | -6,4 | 58,5 | 61,3 | 71,5 | 86,6 |
| Luxemburgo | -0,7 | -0,8 | 0,1 | -0,6 | 15,5 | 19,5 | 18,7 | 21,7 |
| Malta | -3,7 | -3,5 | -2,8 | -3,3 | 66,5 | 66,8 | 69,5 | 71,3 |
| Países Baixos | -5,6 | -5,1 | -4,3 | -4,1 | 60,8 | 63,4 | 65,7 | 71,3 |
| Áustria | -4,1 | -4,5 | -2,5 | -2,5 | 69,2 | 72,3 | 72,8 | 74,0 |
| Portugal | -10,2 | -9,8 | -4,3 | -6,4 | 83,7 | 94,0 | 108,2 | 124,1 |
| Eslovénia | -6,3 | -5,9 | -6,3 | -3,8 | 35,2 | 38,7 | 47,1 | 54,4 |
| Finlândia | -2,5 | -2,5 | -0,7 | -1,8 | 43,5 | 48,7 | 49,2 | 53,6 |
| Eslováquia | -8,0 | -7,7 | -5,1 | -4,5 | 35,6 | 41,0 | 43,4 | 52,4 |
| Estónia | -2,0 | 0,2 | 1,1 | -0,2 | 7,1 | 6,7 | 6,1 | 9,8 |
| Bulgária | -4,3 | -3,1 | -2,0 | -0,8 | 14,6 | 16,2 | 16,3 | 18,5 |
| Croácia | -5,3 | -6,4 | -7,8 | -5,0 | 36,6 | 44,9 | 51,6 | 55,5 |
| República Checa | -5,8 | -4,7 | -3,2 | -4,4 | 34,6 | 38,4 | 41,4 | 46,2 |
| Dinamarca | -2,7 | -2,5 | -1,8 | -4,1 | 40,7 | 42,7 | 46,4 | 45,4 |
| Letónia | -9,8 | -8,1 | -3,6 | -1,3 | 36,9 | 44,4 | 41,9 | 40,7 |
| Lituânia | -9,4 | -7,2 | -5,5 | -3,2 | 29,3 | 37,8 | 38,3 | 40,5 |
| Hungria | -4,6 | -4,3 | 4,3 | -1,9 | 79,8 | 82,2 | 82,1 | 79,8 |
| Polónia | -7,5 | -7,9 | -5,0 | -3,9 | 50,9 | 54,9 | 56,2 | 55,6 |
| Roménia | -9,0 | -6,8 | -5,6 | -3,0 | 23,6 | 30,5 | 34,7 | 37,9 |
| Suécia | -0,7 | 0,3 | 0,2 | -0,2 | 42,6 | 39,4 | 38,6 | 38,2 |
| Reino Unido ^(a) | -11,4 | -10,1 | -7,7 | -6,1 | 67,1 | 78,4 | 84,3 | 88,7 |

Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 23 de outubro de 2013.

Nota: ^(a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de abril do ano X a 31 de março do ano X+1).

No contexto europeu, em 2012, o défice orçamental português situou-se acima da média da área do euro em 2,7 p.p. do PIB, sendo que onze dos dezassete países apresentam défices superiores a 3% do PIB, bem como a própria média da área do euro (Quadro 3 e Gráfico 1).

Gráfico 1: Saldo Orçamental e Dívida Pública em 2012



Fonte: Eurostat, *Euro-indicators*, 23 de outubro de 2013.

É de salientar ainda que, em 2012, quatro dos onze países da área do euro com um procedimento aberto por défice excessivo, Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal, encontram-se sob programas de assistência financeira (Quadro 4).

Quadro 4: Países com procedimento por défice excessivo em 2012

| País | Decisão do Conselho sobre a existência de défice excessivo | Prazo limite para a correção |
|-----------------|--|------------------------------|
| Chipre | 13 de Julho de 2010 | 2016 |
| Áustria | 2 de Dezembro de 2009 | 2013 |
| Bélgica | 2 de Dezembro de 2009 | 2013 |
| Holanda | 2 de Dezembro de 2009 | 2014 |
| Portugal | 2 de Dezembro de 2009 | 2015 |
| Eslovénia | 2 de Dezembro de 2009 | 2015 |
| Eslováquia | 2 de Dezembro de 2009 | 2013 |
| França | 27 de Abril de 2009 | 2015 |
| Irlanda | 27 de Abril de 2009 | 2015 |
| Grécia | 27 de Abril de 2009 | 2016 |
| Espanha | 27 de Abril de 2009 | 2016 |
| Dinamarca | 13 de Julho de 2010 | 2013 |
| República Checa | 2 de Dezembro de 2009 | 2013 |
| Polónia | 7 de Julho de 2009 | 2014 |
| Malta | 21 de Junho de 2013 | 2014 |
| Reino-Unido | 8 de Julho de 2008 | 2014/15* |

*Ano Financeiro

Nota: No caso de Portugal, encontra-se em processo de aprovação o adiamento do prazo limite para a correção do défice excessivo para 2015.

Apesar da redução dos défices orçamentais, a dívida pública mantém a tendência de crescimento, situando-se em 82,5% na União Europeia e em 87,2% do PIB, na área do euro. Atualmente, catorze Estados-membros registam rácios da dívida superiores ao valor de referência de 60% do PIB (Quadro 3).

Ajustamento de passagem do défice à variação da dívida

Em 2012, Portugal registou um ajustamento défice-dívida significativo, o qual reflete a aquisição líquida de ativos financeiros, nomeadamente as operações de reforço de capital do sistema bancário, com recurso a

capitais públicos, e o aumento de depósitos. Adicionalmente, os outros ajustamentos são influenciados pela redução das dívidas a fornecedores, principalmente no sector da saúde.

Quadro 5: Ajustamento défice – dívida em Portugal

| | (% PIB) | | | |
|---|---------|------|------|------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Ajustamentos <i>Stock-Flow</i> | 0,4 | 2,6 | 9,0 | 5,2 |
| Aquisição líquida de activos financeiros | 0,6 | 2,8 | 8,3 | 2,9 |
| Moeda e depósitos | -0,3 | 0,4 | 6,0 | 0,7 |
| Títulos excluindo acções | 0,2 | -0,3 | 0,1 | 3,7 |
| Empréstimos | -0,1 | 0,7 | 0,3 | 0,7 |
| Acções e outras participações | 0,6 | 0,9 | -0,2 | -0,7 |
| Outros activos financeiros | 0,3 | 1,0 | 2,2 | -1,6 |
| Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.) | -0,3 | -0,1 | 0,6 | 2,4 |

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, October 2013.

Proposta do Orçamento do Estado para 2014

No passado dia 15 de outubro, o Governo entregou na Assembleia da República, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2014.

Este documento visa prosseguir os compromissos que o Governo português assumiu no âmbito do Programa de Ajustamento Económico (PAE) e, designadamente, no cumprimento dos limites para o défice orçamental. No sétimo exame regular do PAE, tendo em conta a deterioração da atividade económica e o reconhecimento de que as medidas de consolidação orçamental, entretanto implementadas, se encontravam dentro dos valores especificados pelo Conselho, as metas para o défice de 2013 e 2014 foram objeto de revisão passando de 4,0% para 2,5% do PIB em 2014 e tendo-se fixado para 2015 o valor indicativo em 2,5% do PIB. Contudo, apesar da revisão em alta do limite do défice, o processo de consolidação orçamental continua a ser um fator determinante para que se atinja uma situação orçamental sustentável, com efeitos macroeconómicos positivos. Salienta-se a importância de uma evolução favorável das condições de financiamento, a fim de ser possível a emissão de dívida soberana com maturidades cada vez mais longas e a taxas tendencialmente mais baixas. O próprio processo de consolidação orçamental é também um instrumento fundamental para a sustentabilidade da dívida pública.

Assim, e partindo de um défice nominal de 5,9% do PIB, em 2013, e tendo em conta que:

- As medidas pontuais com impacto no saldo de 2013 têm um peso no PIB de 1p.p.⁶;
- Os fatores de pressão orçamental, como o acréscimo dos encargos com as Parcerias Público-Privadas (PPP) face a 2013, o aumento, em termos líquidos, do número de pensionistas e reformados e a necessidade de constituir uma dotação provisional para fazer face a despesas não previstas, representam 1 p.p. do PIB;
- A melhoria das perspetivas da atividade económicas para 2013 e 2014 tem um impacto favorável na redução anual do défice orçamental em 0,5 p.p. do PIB;
- Para se atingir um défice de 4% em 2014, terão que ser tomadas medidas de consolidação orçamental de 2,3% do PIB (Quadro 1).

Neste enquadramento, o Governo decidiu atuar em três frentes de atuação integradas:

- (i) Medidas transversais à Administração Pública,
- (ii) Medidas sobre o sistema de pensões, e
- (iii) Medidas sectoriais, como forma de concretizar uma redução sustentada dos níveis de despesa pública.

A alteração da política de rendimentos de todos os trabalhadores das Administrações Públicas e do Sector Empresarial do Estado, consubstanciada na redução progressiva entre 2,5% e 12% das remunerações mensais superiores a 600 euros, bem como dos titulares de cargos políticos e outros altos cargos públicos, a convergência da fórmula de cálculo das pensões da CGA com as da Segurança Social compensada com a não acumulação dos efeitos da convergência das pensões da CGA com a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), o ajuste da idade de acesso à pensão de velhice com base no fator de sustentabilidade, as reformas estruturantes no sistema educativo e reforma hospitalar e otimização de custos na área da saúde, do lado da despesa, constituem as medidas de carácter permanente da redução de despesa, e o aumento da tributação autónoma sobre automóveis detidos pelas empresas, do lado da receita, são as medidas com maior impacto no défice.

⁶ As medidas pontuais consideradas em 2013 são: (i) o regime excecional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à Segurança Social (aumento da receita em 0,4% do PIB); (ii) o crédito fiscal extraordinário ao investimento (diminuição da receita em 0,1% do PIB); e (iii) a injeção de capital no BANIF reclassificada em transferência de capital (aumento da despesa em 0,4% do PIB).

Quadro 1 – Medidas de consolidação orçamental em 2014

| | M€ | % do PIB |
|--|--------------|------------|
| Diminuição de Despesa | 3.184 | 1,9 |
| Despesas com o pessoal | 1.320 | 0,8 |
| Prestações sociais | 891 | 0,5 |
| Prestações sociais em espécie | 21 | 0,0 |
| Consumo intermédio | 460 | 0,3 |
| Subsídios | 153 | 0,1 |
| Investimento | 290 | 0,2 |
| Outra despesa corrente | 48 | 0,0 |
| Aumento de Receita | 534 | 0,3 |
| Impostos sobre a produção e a importação | 170 | 0,1 |
| Impostos sobre o rendimento e o património | 240 | 0,1 |
| Contribuições sociais | 168 | 0,1 |
| Outras receitas | 415 | 0,2 |
| Perda de receita fiscal das medidas em despesas com pessoal e prestações sociais | -314 | -0,2 |
| Perda de receita contributiva do empregado das medidas em despesas com pessoal | -145 | -0,1 |
| Total de medidas permanentes | 3.718 | 2,2 |
| Total de medidas pontuais | 183 | 0,1 |
| Total | 3.901 | 2,3 |

Fonte: Ministério das Finanças.

Para 2014, prevê-se uma redução do défice orçamental excluído de medidas temporárias de 5,8%, para 4,2% do PIB. No que respeita aos saldos estruturais, após uma correção de 0,5 p.p. em 2013, prevê-se, em 2014, que o saldo global apresente uma subida de 1 p.p. do PIB face a 2013, situando-se nos -2,7% do PIB e o saldo primário aumente o seu excedente em 1,1p.p do PIB atingindo 1,7% do PIB (Quadro 2).

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas – Principais indicadores
(% do PIB)

| | 2012 | 2013 ^e | 2014 ^p |
|--------------------------------|------|-------------------|-------------------|
| Saldo global | -6,4 | -5,9 | -4,0 |
| Saldo primário | -2,1 | -1,6 | 0,3 |
| Juros | 4,3 | 4,3 | 4,4 |
| Medidas pontuais | -0,6 | -0,1 | 0,1 |
| Componente cíclica | -1,6 | -2,1 | -1,4 |
| Saldo estrutural | -4,2 | -3,7 | -2,7 |
| Var. saldo estrutural | 2,3 | 0,5 | 1,0 |
| Saldo primário estrutural | 0,1 | 0,6 | 1,7 |
| Var. saldo primário estrutural | 2,6 | 0,5 | 1,1 |
| Receita estrutural | 40,9 | 43,0 | 42,6 |
| Despesa estrutural | 45,0 | 46,8 | 45,3 |
| Despesa primária estrutural | 40,7 | 42,4 | 40,9 |

Nota: e – estimativa; p – previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

No que respeita à dívida pública, o seu rácio no PIB, em 2014, deverá inverter a tendência de crescimento e apresentar uma diminuição, após atingir um máximo estimado para 2013, situando-se em 126,7% no final deste ano. Para este comportamento deverão contribuir os ajustamentos défice-dívida, o crescimento do PIB nominal e o saldo primário positivo, em sentido contrário, o efeito do diferencial dos juros face ao PIB nominal (Quadro 3).

A diminuição da dívida pública em 2014 por via dos ajustamentos défice-dívida reflete a redução de depósitos das Administrações Públicas e a aquisição adicional de títulos de dívida pública por parte do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Quadro 3: Evolução da Dívida Pública
(% do PIB e p.p.)

| | 2012 | 2013 ^e | 2014 ^p |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| <i>Stock</i> da dívida (final do ano) | 124,1 | 127,8 | 126,7 |
| variação da dívida (p.p. do PIB) | 15,8 | 3,8 | -1,2 |
| Efeito saldo primário | 2,1 | 1,6 | -0,3 |
| Efeito dinâmico (<i>snow-ball effect</i>) | 8,3 | 4,2 | 2,2 |
| Efeito juros | 4,3 | 4,3 | 4,4 |
| Efeito do crescimento nominal do PIB | 3,9 | -0,2 | -2,1 |
| Outros | 5,4 | -2,0 | -3,1 |

Nota: e – estimativa; p – previsão.

Fontes: INE, BP e Ministério das Finanças.

O atual cenário macroeconómico reflete a informação disponível aquando os oitavo e nono exames regulares e as medidas constantes da Proposta do Orçamento de Estado para 2014.

Quadro 4: Indicadores

| | 2012 | 2013 ^(e) | 2014 ^(p) |
|--|-------------|---------------------|---------------------|
| PIB e Componentes da Despesa (Taxa de crescimento homólogo real, %) | | | |
| PIB | -3,2 | -1,8 | 0,8 |
| Consumo Privado | -5,4 | -2,5 | 0,1 |
| Consumo Público | -4,7 | -4,0 | -2,8 |
| Investimento (FBCF) | -14,3 | -8,5 | 1,2 |
| Exportações de Bens e Serviços | 3,2 | 5,8 | 5,0 |
| Importações de Bens e Serviços | -6,6 | 0,8 | 2,5 |
| Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais) | | | |
| Procura Interna | -6,9 | -3,6 | -0,3 |
| Procura Externa Líquida | 3,8 | 1,9 | 1,1 |
| Evolução dos Preços | | | |
| Deflator do PIB | -0,3 | 1,9 | 0,9 |
| IPC | 2,8 | 0,6 | 1,0 |
| Evolução do Mercado de Trabalho | | | |
| Emprego | -4,2 | -3,9 | -0,4 |
| Taxa de Desemprego (%) | 15,7 | 17,4 | 17,7 |
| Produtividade aparente do trabalho | 1,0 | 2,2 | 1,2 |
| Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB) | | | |
| Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior | 0,2 | 2,3 | 3,5 |
| - Saldo da Balança Corrente | -1,9 | 0,5 | 1,9 |
| da qual Saldo da Balança de Bens | -4,7 | -2,6 | -1,7 |

Notas: p – previsão, e – estimativa.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

Neste contexto, projeta-se para 2013 uma contração do PIB de 1,8% em média anual, uma revisão em alta em 0,5 p.p. face à estimativa apresentada no âmbito do Orçamento do Estado Retificativo para 2013.

Para o ano corrente é ainda de mencionar a revisão em baixa da taxa de desemprego, que deverá situar-se em 17,4%.

Para 2014, prevê-se agora um crescimento do PIB de 0,8%, em consequência de uma contribuição menos negativa da procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. O investimento deverá apresentar uma evolução positiva de 1,2%, resultante de uma melhoria do investimento empresarial, em conjunto com condições de financiamento mais favoráveis da economia portuguesa. Também o consumo privado deverá apresentar uma recuperação de 0,1% em 2014, após o ajustamento ocorrido nos últimos três anos.

Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a recuperação da atividade económica. Ao nível das contas externas, a manutenção de um elevado crescimento das exportações, em linha com a procura externa, sustenta a expectativa de que o ajustamento continue, fixando-se em 3,5% do PIB o saldo conjunto da Balança Corrente e de Capital, reforçando a Balança Corrente o excedente alcançado em 2013.

A taxa de desemprego deverá situar-se nos 17,7%, acompanhada pela manutenção de uma produtividade aparente do trabalho positiva, ainda que em desaceleração. Este facto é explicado pelo efeito conjunto de uma queda do emprego inferior à registada em 2013 e um crescimento do produto.

A inflação deverá atingir 1% em 2014, num contexto de ausência de tensões inflacionistas nos mercados internacionais de *commodities*, sendo que esta ligeira subida da inflação face a 2013 traduzirá alguma pressão sobre os preços derivada da melhoria da procura interna, e algum ganho de rentabilidade dos empresários, após anos consecutivos de contração das margens de lucro.

Artigos

Em Análise

A Atividade Turística em Portugal

Eugénia Pereira da Costa e Rita Palmeira¹

1. Introdução

Neste trabalho pretende-se evidenciar a importância da atividade turística em Portugal, considerando a sua evolução nos anos mais recentes, enquadrando-a no contexto turístico internacional e apresentando o seu contributo para a economia nacional. Identificam-se ainda algumas medidas implementadas para reforçar a competitividade do sector do Turismo no atual contexto de crise económica.

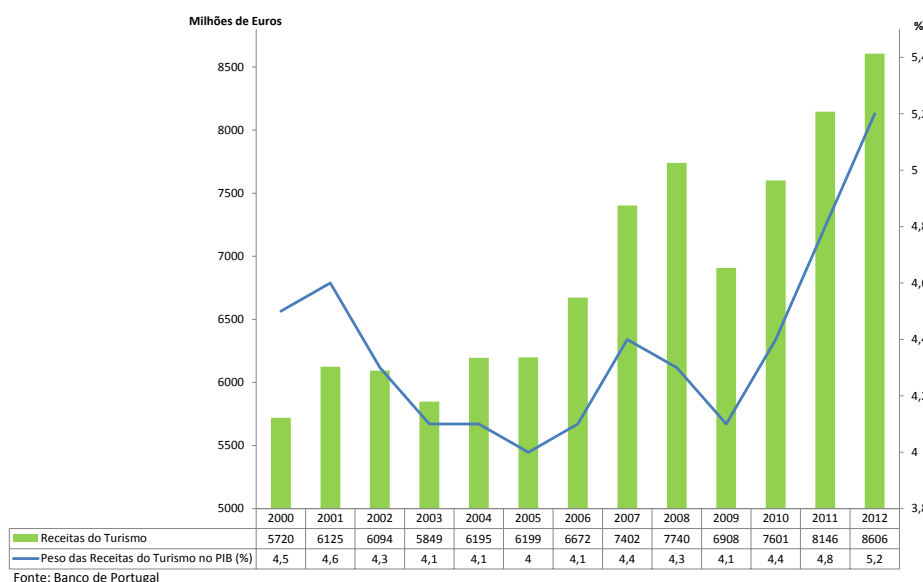
Na análise efetuada está em grande parte subjacente a ótica do turismo recetor². O período temporal analisado diz respeito, na maioria dos dados, a 2010-2012, tendo sido sempre considerada a informação disponível mais recente. Para permitir uma comparação temporal mais alargada, considerou-se o início da década ou o mais aproximado, consoante o indicador e a disponibilidade de dados comparáveis.

Por fim apresentam-se algumas conclusões sobre a evolução recente da atividade turística nacional e sua competitividade no contexto do turismo mundial.

2. A importância da atividade turística na economia nacional

Com base na Balança de Pagamentos do Banco de Portugal, verifica-se que as receitas do Turismo, que representam uma parcela do Consumo Turístico Interior, têm vindo a aumentar ao longo da última década, passando de 5,7 mil milhões de euros em 2000, para 8,6 mil milhões de euros em 2012. Considerando a última década, 2012 foi o ano em que receitas do turismo tiveram uma maior representação no PIB, com um peso de cerca de 5,2% (Figura 1).

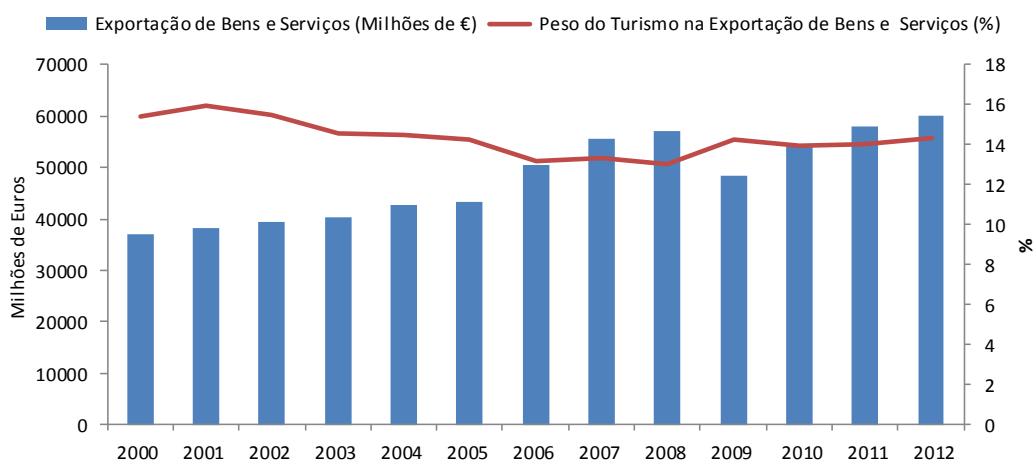
Figura 1 - Peso das receitas do Turismo no PIB, 2000-2012



¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (Direção de Serviços de Análise Económica). As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade das autoras.

² Inclui as atividades dos visitantes residentes no estrangeiro que viajam num outro país, fora do seu ambiente habitual.

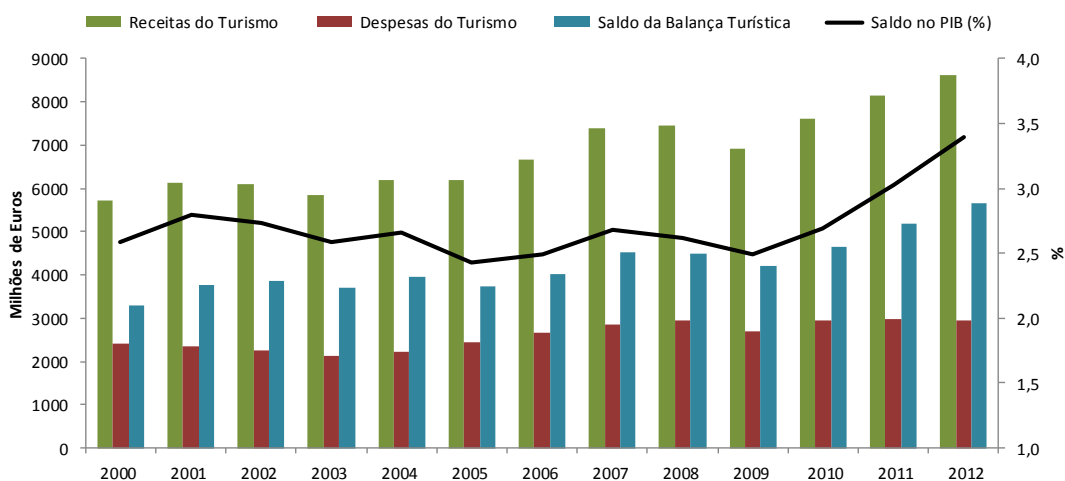
Figura 2 – Peso do Turismo na Exportação de Bens e Serviços, 2000-2012



Fonte: Banco de Portugal

O peso das receitas do Turismo na exportação de bens e serviços apresentou uma tendência decrescente entre 2001 e 2008, passando de 16% para 13%³. No entanto, tal deveu-se a um aumento do valor das exportações de bens e serviços e não a uma redução das receitas do Turismo. Em 2012, as exportações atingiram o valor mais alto da última década, 60 mil milhões de euros, tendo o Turismo representado cerca de 14,3% do seu total (Figura 2).

Figura 3 – Saldo da Balança Turística, 2000-2012



Fonte: Banco de Portugal e INE

Entre 2000 e 2012, tanto as receitas como as despesas do Turismo apresentaram uma evolução positiva (Figura 3). No entanto, o crescimento das receitas foi superior ao das despesas, o que contribuiu para o aumento do saldo da Balança Turística ao longo dos últimos anos. Em 2012, tanto o saldo da balança como as receitas do Turismo atingiram os valores mais elevados de sempre, cerca de 5,6 mil milhões de euros e 8,6 mil milhões de euros, respetivamente. Relativamente ao peso do saldo da Balança Turística no PIB, este oscilou entre os 2,4% e os 3,4%, ao longo da última década. De acordo com os dados disponíveis mais recentes, em 2012 o saldo da Balança Turística representou aproximadamente 3,4% do PIB, o valor mais elevado desde o ano 2000.

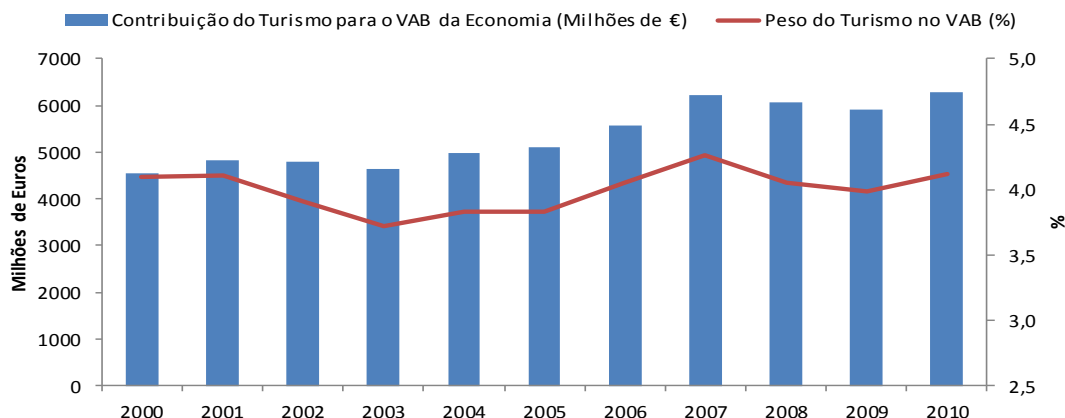
De acordo com os dados da Conta Satélite do Turismo do INE, a contribuição do sector do Turismo⁴ para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia aumentou progressivamente entre 2003 e 2007, passan-

³ Quadro B, Anexos

⁴ Inclui: Produtos Característicos (Alojamento; Restauração e bebidas; Transporte de passageiros; Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos; Serviços culturais; Recreação e lazer; Outros serviços de turismo),

do de 4,6 mil milhões de euros para 6,2 mil milhões de euros (Figura 4). No entanto, em 2008 e 2009 sofreu decréscimos de 2,1% e de 2,8%, respetivamente, algo que não acontecia desde 2003. De modo geral, ao longo da última década o peso do Turismo no VAB esteve sempre próximo dos 4%, sofrendo apenas ligeiras oscilações⁵.

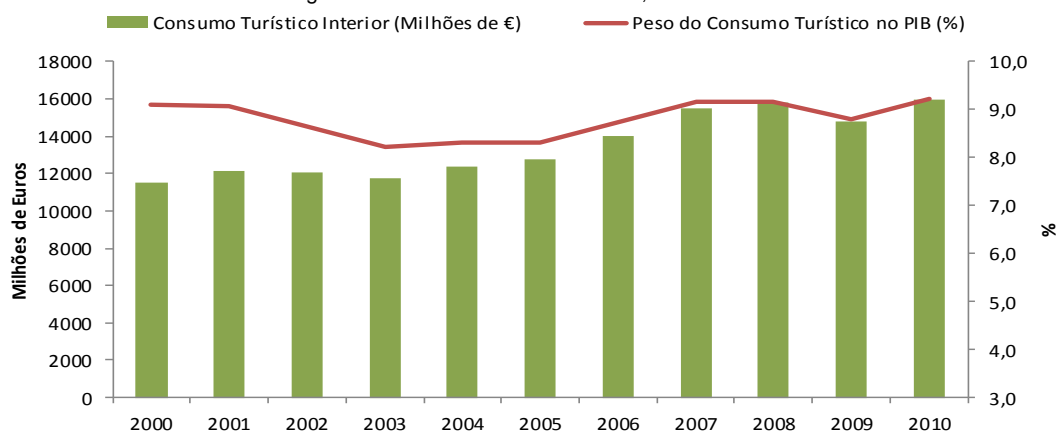
Figura 4 – Contribuição do Turismo para o VAB da Economia, 2000-2010



Fonte: INE, Contas Económicas Regionais; Relatório Conta Satélite do Turismo 2000-2010

Em 2010, a contribuição do Turismo voltou a registar valores semelhantes aos anteriores a 2008, assim como uma taxa de variação positiva de 6,4%, face ao ano anterior. Este crescimento foi também bastante superior ao registado pelo VAB da Economia (3%).

Figura 5 – Consumo Turístico Interior, 2000-2010



Fonte: INE, Contas Económicas Regionais; Relatório Conta Satélite do Turismo 2000-2010

A despesa em Consumo Turístico Interior⁶ apresentou um crescimento progressivo entre 2003 e 2008, aumentando de 11,7 mil milhões de euros para 15,8 mil milhões de euros (Figura 5). No entanto, diminuiu cerca de 6,2% em 2009, ano em que registou a taxa de variação mais negativa de sempre, desde 2000. Também o peso do Consumo Turístico Interior no PIB diminuiu para 8,8% em 2009, em linha com uma variação negativa do PIB de 2,3%, no mesmo ano. No entanto, em 2010, a despesa em Consumo Turístico Interior voltou a crescer 7,9%, assim como o seu peso no PIB (9,2%).

Produtos Conexos (produtos que, apesar de não serem típicos do turismo num contexto internacional, podem sê-lo num determinado país) e Produtos Não Específicos (bens e serviços não diretamente relacionados com o turismo, mas que são alvo do consumo turístico)

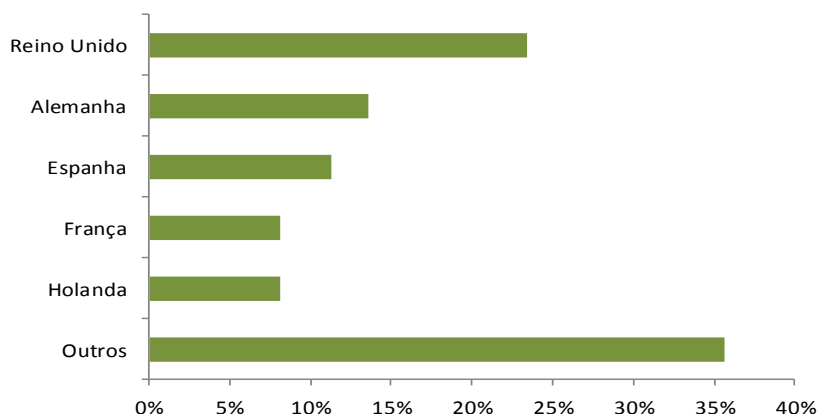
⁵ Quadro A, Anexos

⁶ O Consumo Turístico Interior engloba as despesas de consumo em turismo efetuadas pelos residentes e não residentes, em Portugal, no âmbito de uma deslocação para fora do seu ambiente habitual, por motivos de negócios e/ou outros.

3. A evolução recente da atividade turística em Portugal, por países e regiões

Considerando as **dormidas** nos estabelecimentos hoteleiros de não residentes em Portugal, em 2011, verifica-se que estão concentradas em cerca de 10 países (81,5% do total do Estrangeiro), sendo 8 países da UE, o Brasil e os EUA⁷. Neste ano, o número de dormidas de turistas estrangeiros em Portugal situou-se nos 26 milhões, o que significa um crescimento de cerca de 10,1% em relação a 2010 e de 10,4% face a 2002. Em 2011, o Reino Unido ocupou a 1ª posição com 6,3 milhões de dormidas, representando cerca de 24,1% do total do Estrangeiro, seguido da Espanha (3,4 milhões e 13,2%) e da Alemanha (3,4 milhões e 13%).

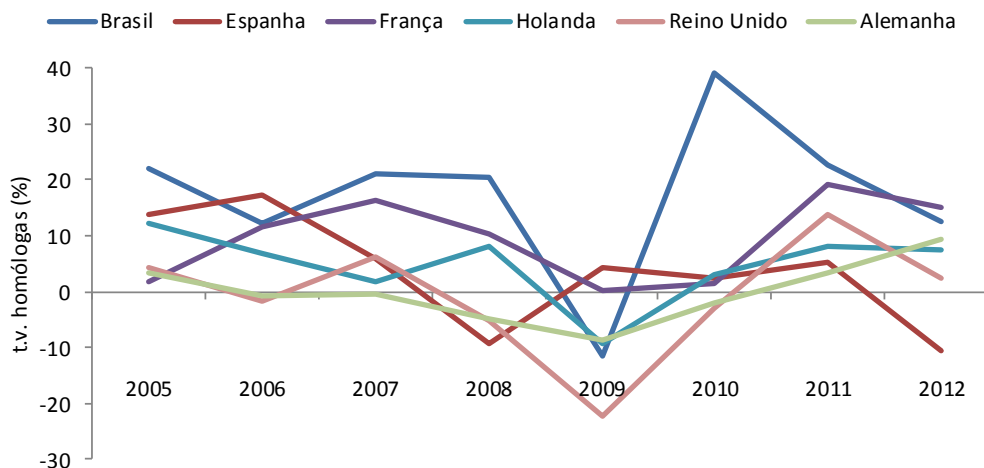
Figura 6 - Dormidas de não residentes, por país de residência habitual, em 2012



Fonte: GEE, com base no Turismo de Portugal, Os Resultados do Turismo 2012

De acordo com os dados mais recentes para 2012, o grupo de cinco países com maior número de dormidas permanece igual, apenas com ligeiras alterações no ranking (Figura 6). Por exemplo, em 2012 a Alemanha ultrapassou a Espanha em número de dormidas, situando-se agora na segunda posição. De facto, de entre o grupo de países analisados, a Alemanha foi o único a registar uma taxa de variação positiva no número de dormidas, de 2011 para 2012 (Figura 7).

Figura 7 – Dormidas de não residentes, por países de residência habitual, 2005-2012



Fonte: GEE, com base no INE (Estatísticas do Turismo 2002, 2010 e 2011) e Turismo de Portugal (Quadros Estatísticos)

Entre 2010 e 2011 (Quadro 1), registou-se um aumento tanto das dormidas globais nos estabelecimentos hoteleiros (5,9%), como dos **proveitos totais**⁸ (5,4%). O crescimento no número de dormidas deveu-se, sobretudo, ao aumento de dormidas de residentes no estrangeiro (10,1%), já que as dormidas de nacionais decresceram cerca de 2,5%. Entre 2011 e 2012, também se registou um aumento do número total de

⁷ Figura A, Anexos

⁸ Inclui os proveitos de aposento, os proveitos de restauração e outros proveitos decorrentes da própria atividade, como por exemplo, aluguer de salas, lavandaria, telefone, etc.

dormidas (0,8%), mas houve um decréscimo no total de proveitos (-2,4%). De acordo com a informação disponibilizada pelo INE, ainda não é possível apurar se esta diminuição dos proveitos em 2012 resultou de um decréscimo da despesa efetuada por nacionais ou por residentes no estrangeiro. Fazendo a comparação com a última década, verificou-se um aumento tanto do número de dormidas (16,24%), entre 2002 e 2012, como do número total de proveitos (26,9%).

Quadro 1 - Dormidas, taxa de ocupação e proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, por regiões

| Regiões (NUTS II) | Dormidas (milhares) | | | | | | Taxa líquida de ocupação-cama (%) | | | Proveitos totais (milhões de euros) | | | | | |
|-------------------|---------------------|-------|-------|-------|--------------------|-----------------------------|-----------------------------------|------|-------------------------|-------------------------------------|--------|--------|--------|--------------------|-----------------------------|
| | 2002 | 2010 | 2011 | 2012 | Estrutura 2012 (%) | Taxa variação 2012/2011 (%) | 2010 | 2011 | Variação 2010-2011 (pp) | 2002 | 2010 | 2011 | 2012 | Estrutura 2012 (%) | Taxa variação 2012/2011 (%) |
| Portugal | 34209 | 37254 | 39441 | 39765 | 100,0 | 0,8 | 38,7 | 40,0 | 1,3 | 1466,1 | 1807,5 | 1906,0 | 1860,0 | 100,0 | -2,4 |
| Continente | 27962 | 31293 | 32842 | 33299 | 83,7 | 1,4 | 37,7 | 38,5 | 0,8 | 1192,8 | 1531,9 | 1606,4 | 1567,2 | 84,3 | -2,4 |
| Norte | 3262 | 4433 | 4547 | 4544 | 11,4 | -0,1 | 32,4 | 32,1 | -0,3 | 161,7 | 218,3 | 223,8 | 212,4 | 11,4 | -5,1 |
| Centro | 1953 | 3878 | 4044 | 3787 | 9,5 | -6,4 | 28,6 | 28,7 | 0,1 | 83,0 | 187,7 | 187,2 | 168,5 | 9,1 | -10,0 |
| Lisboa | 7548 | 8603 | 9027 | 9472 | 23,8 | 4,9 | 44,3 | 45,7 | 1,4 | 437,4 | 525,3 | 562,0 | 540,9 | 29,1 | -3,8 |
| Alentejo | 904 | 1168 | 1244 | 1148 | 2,9 | -7,7 | 28,3 | 27,5 | -0,8 | 42,0 | 59,5 | 64,1 | 56,9 | 3,1 | -11,2 |
| Algarve | 14294 | 13211 | 13980 | 14347 | 36,1 | 2,6 | 41,1 | 42,7 | 1,6 | 468,7 | 541,1 | 569,2 | 588,5 | 31,6 | 3,4 |
| Reg. A. Açores | 778 | 1035 | 1034 | 956 | 2,4 | -7,6 | 34,1 | 33,4 | -0,7 | 36,1 | 48,9 | 46,9 | 42,0 | 2,3 | -10,4 |
| Reg. A. Madeira | 5469 | 4925 | 5565 | 5510 | 13,9 | -1,0 | 48,2 | 53,9 | 5,7 | 237,1 | 226,7 | 252,8 | 250,8 | 13,5 | -0,8 |

Fonte: GEE, com base no INE, Estatísticas do Turismo 2011; Turismo de Portugal, O Turismo em Números

Analisando a **estrutura regional** em 2012 (Quadro 1), o Algarve permanece a região que atraiu mais visitantes (36,1% das dormidas), tendo também sido a única a crescer em termos de proveitos totais. Estes representaram cerca de 31,6% do total, após um crescimento de 3,4% face ao ano anterior. Lisboa atingiu nível idêntico nos proveitos, cerca de 29,1% do total. Em termos do número de dormidas, estas tiveram um peso de 23,8%, assim como a taxa de crescimento mais alta do país (cerca de 4,9%). Apesar da diminuição no número de dormidas (-1%), a Região Autónoma da Madeira continuou a ser a 3ª região mais procurada (cerca de 13,9% do total das dormidas), registando 13,5% do total de proveitos.

Em relação à taxa líquida de ocupação-cama, os dados disponíveis mais recentes referem-se ao ano de 2011. A Região Autónoma da Madeira foi a que registou a taxa mais elevada (53,9%), tal como aconteceu no ano anterior.

As regiões do Norte e Centro, cujo peso é relativamente inferior no total das dormidas (11,4% e 9,5%), registaram diminuições tanto no número de dormidas (-0,1% e -6,4%), como no total de proveitos (-5,1% e -10%).

Quadro 2 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por regiões e principais países de residência, 2011

| Região | Portugal | | Norte | | Centro | | Lisboa | | Alentejo | | Algarve | | Reg. A. Açores | | Reg. A. Madeira | |
|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------------|----------|-----------------|----------|
| | Milhares | Peso (%) | Milhares | Peso (%) | Milhares | Peso (%) | Milhares | Peso (%) | Milhares | Peso (%) | Milhares | Peso (%) | Milhares | Peso (%) | Milhares | Peso (%) |
| Reino Unido | 6 258,6 | 29,8 | 126,7 | 7,6 | 72,0 | 5,8 | 436,8 | 9,4 | 25,2 | 9,4 | 4 238,5 | 46,4 | 29,8 | 10,1 | 1 329,6 | 35,7 |
| Espanha | 3 445,0 | 16,4 | 574,8 | 34,4 | 480,1 | 38,7 | 1 192,7 | 25,6 | 87,5 | 32,6 | 875,5 | 9,6 | 47,0 | 16,0 | 187,4 | 5,0 |
| Alemanha | 3 392,1 | 16,2 | 149,7 | 9,0 | 96,5 | 7,8 | 527,0 | 11,3 | 27,1 | 10,1 | 1 301,0 | 14,2 | 89,1 | 30,3 | 1 201,7 | 32,3 |
| Países Baixos | 1 992,9 | 9,5 | 80,0 | 4,8 | 44,0 | 3,5 | 228,7 | 4,9 | 23,1 | 8,6 | 1 335,7 | 14,6 | 55,5 | 18,9 | 225,9 | 6,1 |
| França | 1 931,1 | 9,2 | 268,0 | 16,0 | 191,9 | 15,5 | 583,7 | 12,5 | 33,4 | 12,4 | 346,6 | 3,8 | 17,2 | 5,8 | 490,3 | 13,2 |
| Brasil | 1 015,4 | 4,8 | 201,9 | 12,1 | 93,6 | 7,6 | 640,6 | 13,7 | 23,6 | 8,8 | 32,5 | 0,4 | 2,9 | 1,0 | 20,3 | 0,5 |
| Itália | 918,3 | 4,4 | 142,6 | 8,5 | 148,3 | 12,0 | 441,6 | 9,5 | 16,0 | 6,0 | 89,0 | 1,0 | 15,1 | 5,1 | 65,7 | 1,8 |
| Irlanda | 866,0 | 4,1 | 14,4 | 0,9 | 29,3 | 2,4 | 96,9 | 2,1 | 3,7 | 1,4 | 672,6 | 7,4 | 1,5 | 0,5 | 47,6 | 1,3 |
| EUA | 612,0 | 2,9 | 56,8 | 3,4 | 55,2 | 4,5 | 363,9 | 7,8 | 15,8 | 5,9 | 68,5 | 0,7 | 30,1 | 10,2 | 21,7 | 0,6 |
| Bélgica | 567,9 | 2,7 | 57,2 | 3,4 | 28,7 | 2,3 | 154,6 | 3,3 | 13,1 | 4,9 | 179,1 | 2,0 | 5,9 | 2,0 | 129,3 | 3,5 |
| Sub-total | 20 999,3 | 100,0 | 1 672,1 | 100,0 | 1 239,6 | 100,0 | 4 666,5 | 100,0 | 268,5 | 100,0 | 9 139,0 | 100,0 | 294,1 | 100,0 | 3 719,5 | 100,0 |
| Portugal | 13 436,6 | 34,1 | 2 462,9 | 54,2 | 2 492,6 | 61,6 | 2 587,8 | 28,7 | 913,8 | 73,5 | 3 772,3 | 27,0 | 478,7 | 46,3 | 728,5 | 13,1 |
| Estrangeiro | 26 003,7 | 65,9 | 2 084,1 | 45,8 | 1 550,9 | 38,4 | 6 439,6 | 71,3 | 329,9 | 26,5 | 10 207,6 | 73,0 | 554,8 | 53,7 | 4 936,8 | 86,9 |
| UE | 21 772,4 | 55,2 | 1 547,8 | 34,0 | 1 219,8 | 30,2 | 4 231,4 | 46,9 | 251,8 | 20,2 | 9 607,3 | 68,7 | 463,6 | 44,9 | 4 450,7 | 80,0 |
| Total Geral | 39 440,3 | 100,0 | 4 547,0 | 100,0 | 4 043,5 | 100,0 | 9 027,4 | 100,0 | 1 243,7 | 100,0 | 13 979,9 | 100,0 | 1 033,5 | 100,0 | 5 565,3 | 100,0 |

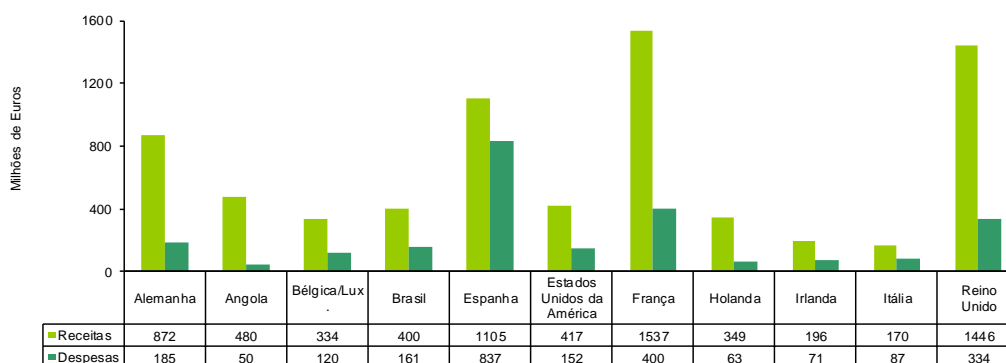
Fonte: Cálculos GEE, com base em INE, Estatísticas do Turismo 2011

Em matéria de destino turístico regional (Quadro 2), a Região Autónoma da Madeira, o Algarve, Lisboa e a Região Autónoma dos Açores atraíram em 2011, mais turistas estrangeiros que nacionais, ao invés das restantes três regiões. O Algarve e a Região Autónoma da Madeira atraíram destacadamente os residentes no Reino Unido, enquanto nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo predominaram os visitantes espanhóis. A Região Autónoma dos Açores atraiu maioritariamente turistas alemães e holandeses.

No que diz respeito à **estada média** de hóspedes em Portugal, constata-se que entre 2002 e 2011, a estada média de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros diminuiu de 4,2 para 3,5 noites⁹. A maior queda verificou-se nos residentes na Irlanda (-2,2 noites), cuja estada média passou de 7,1 para 4,9 noites. Em 2011, os países com estadas médias mais altas foram os Países Baixos, o Reino Unido e a Irlanda, e as mais baixa as da Espanha, Itália, EUA e Brasil. Nesse ano, a estada média dos residentes nacionais foi de 2 noites, enquanto a dos residentes no estrangeiro foi de 3,5 noites. Em relação ao ano anterior, houve uma quebra de 0,1 noites na estada média dos residentes nacionais, mas a dos residentes no estrangeiro manteve-se inalterada.

A taxa líquida de **ocupação-cama** em Portugal, entre 2010 e 2011, aumentou 1,3 pp, com as maiores subidas a verificarem-se na Região Autónoma da Madeira, Lisboa e Algarve. O Norte, o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores foram as únicas regiões a apresentarem uma diminuição da taxa líquida de ocupação-cama, durante o mesmo período. Em termos de rendimento por quarto disponível (RevPar) a média para Portugal, em 2010, foi de 28,3€, com Lisboa a destacar-se ao atingir os 40,80€. Das restantes regiões, apenas o Algarve ficou acima da média nacional (29,7€). Ao mesmo tempo, a capacidade de alojamento total aumentou em cerca de 5,5 mil camas entre 2008 e 2010 (passou de 274 mil para 279,5 mil o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos de alojamento turístico coletivo podem alojar).

Figura 8 - Receitas e Despesas do Turismo, por principais países de origem e destino, 2012



Fonte: Banco de Portugal (informação disponível em 2 de Junho de 2013)

Em termos de **receitas e despesas** totais das viagens e turismo, em 2012, segundo dados do Banco de Portugal, verifica-se que os 11 principais países de origem e destino representaram aproximadamente 84% em cada um nos respetivos totais. Os saldos positivos mais significativos referem-se ao Reino Unido, à França e à Alemanha e é de assinalar que o montante das receitas relativo à Espanha é o que mais se aproxima do das despesas. De notar a coincidência de alguns dos principais países emissores (Reino Unido, Alemanha, França, Itália e EUA) com os países do top 10 mundial em despesas efetuadas no turismo (Figura 8).

Em termos de tráfego de passageiros, o transporte aéreo continua a assinalar um crescimento, ao longo dos últimos anos. Em 2012, registou-se um aumento de 1,5% no número de passageiros desembarcados nos aeroportos portugueses, face ao ano anterior. Se apenas forem considerados os voos internacionais, o aumento foi de 2,7% (Caixa 1).

⁹ Quadro C, Anexos

Caixa 1 – Tráfego Aéreo em Portugal

| Passageiros Desembarcados (Milhares) | | | | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------------------------------|
| Aeroportos | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Taxa variação 2012/2011 (%) |
| Lisboa | 6 598 | 7 020 | 7 384 | 7 624 | 3,3 |
| Porto | 2 230 | 2 611 | 2 963 | 2 987 | 0,8 |
| Faro | 2 493 | 2 637 | 2 775 | 2 806 | 1,1 |
| Açores ⁽¹⁾ | 435 | 446 | 449 | 434 | - 3,2 |
| Madeira ⁽²⁾ | 1 222 | 1 152 | 1 193 | 1 136 | - 4,7 |
| TOTAL | 12 977 | 13 866 | 14 764 | 14 988 | 1,5 |

Fonte: ANA Aeroportos de Portugal

Notas: (1) - Aeroporto de Ponta Delgada; (2) - Inclui os aeroportos do Funchal e do Porto Santo.

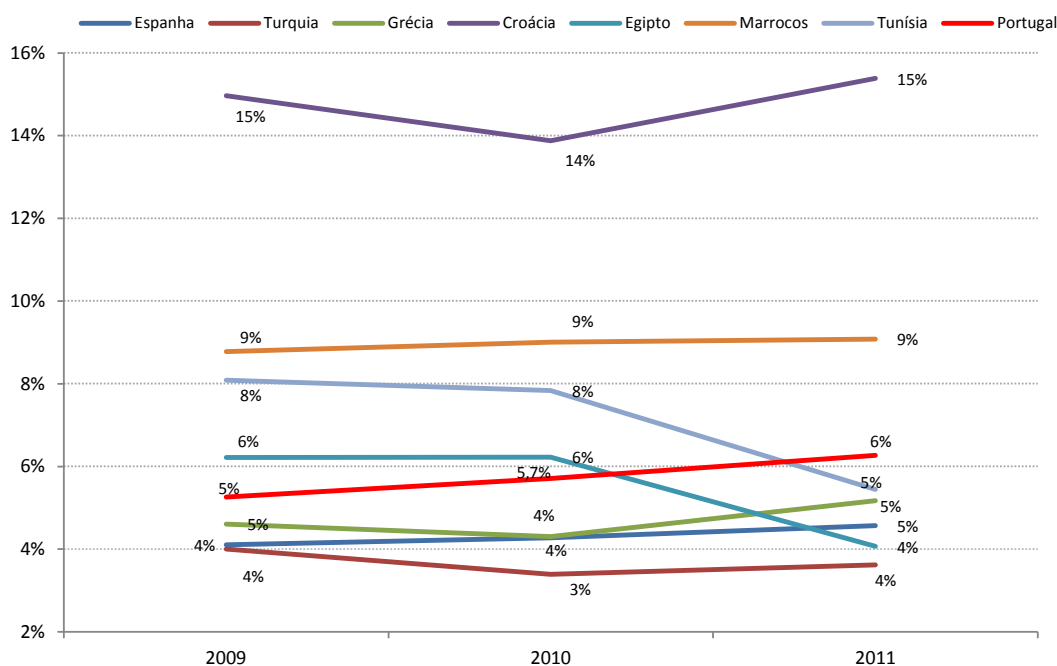
Ao longo dos últimos anos, tem-se registado um aumento generalizado do número de passageiros desembarcados nos aeroportos portugueses, que atingiram quase a barreira dos 15 milhões em 2012. No último ano, em todos os aeroportos se verificou um aumento no número de passageiros desembarcados, com exceção para os aeroportos das Regiões Autónomas. O aeroporto de Lisboa foi o que registou o maior crescimento, com uma taxa de variação de 3,3% face ao ano anterior.

Em termos de mercados do tráfego aéreo, destaca-se o crescimento do Brasil, Espanha, França e Itália. Ao mesmo tempo, verificou-se uma quebra do Reino Unido, que detém a primeira posição em termos de volume de tráfego nos aeroportos portugueses.

4. A competitividade do turismo português

Em termos turísticos, os principais destinos concorrentes de Portugal são os países da bacia mediterrânica, como Espanha, Turquia, Grécia, Croácia, Egípto, Marrocos e Tunísia. Deste grupo de países, de acordo com o Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), a Turquia e Marrocos são os destinos que mais têm crescido, em termos de entradas de turistas (9,7% e 7,3%, respetivamente, no período 2006-2011).

Figura 9 – Peso das Receitas do Turismo no PIB, por principais mercados concorrentes



Fonte: Cálculos GEE, com base no Banco Mundial, World Development Indicators.

Em termos do peso relativo das receitas do Turismo no PIB destes países da bacia mediterrânica (Figura 9), é a Croácia que regista os valores mais altos, bastante afastada do restante grupo (13,88% em 2010 e 15,38% em 2011¹⁰). De seguida segue-se Marrocos, país em que as receitas representaram cerca de 9% do PIB, tanto em 2010 como em 2011. A Tunísia e o Egito foram os únicos a registar quebras no peso das receitas no PIB, de 2010 para 2011. Relativamente a Portugal, o peso relativo das receitas tem vindo a aumentar, passando de 5,26% do PIB em 2009 para 6,27% do PIB em 2011.

Em termos mundiais, e não considerando apenas os seus principais concorrentes na bacia mediterrânea, Portugal ocupa a 35ª posição, relativamente ao número de chegadas de turistas (Caixa 2).

Caixa 2 – O Turismo Português no Contexto Mundial

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) das Nações Unidas, e com base em valores provisórios, as chegadas a nível mundial de turistas internacionais no ano de 2012 atingiram os 1035 milhões, representando um acréscimo de cerca de 4% face a 2011. Foi a primeira vez na história que o número de turistas internacionais atingiu o recorde de 1 bilhão de chegadas. Para 2013, perspectiva-se um crescimento na ordem dos 3% a 4%.

Em matéria de receitas globais do turismo mundial, as estimativas para 2012 apontam para valores da ordem dos 1075 mil milhões de dólares, correspondendo a um crescimento real de 3,2% face ao ano anterior. **Portugal** está em 35º lugar nas chegadas em 2011 (quota de 0,7%), registando um decréscimo acentuado de 40,5% face ao ano 2000. Ao nível das receitas, ocupa o 28º lugar em 2012, com uma quota de 1%, bastante semelhante à registada no ano 2000.

| Rank em 2011 | Países | Chegadas de turistas não residentes | | | | | | | Rank em 2012 | Países | Receitas do turismo internacional | | | | | | | |
|--------------|-----------------|-------------------------------------|-------------|------------|----------------------|-------------|-----------------------|------------|--------------|-----------------|-----------------------------------|------------|-------------|-------------|-------------|----------------------|----------------------|------------|
| | | Milhões | | | Taxa de Variação (%) | | Quotas de mercado (%) | | | | Mil milhões de dólares | | | | | Taxa de Variação (%) | Quota de mercado (%) | |
| | | 2000 | 2010 | 2011p | 2011/00 | 2011/10 | 2000 | 2011 | | | 2000 | 2005 | 2010 | 2011 | 2012p | 2012/11 | 2000 | 2012 |
| 1 | França | 77,2 | 77,6 | 81,4 | 5,4 | 4,9 | 11,5 | 8,2 | 1 | EUA | 82,9 | 82,2 | 103,5 | 116,1 | 128,6 | 10,8 | 17,5 | 12,0 |
| 2 | EUA | 51,2 | 59,8 | 62,7 | 22,5 | 4,8 | 7,6 | 6,3 | 2 | Espanha | 30,0 | 48,0 | 52,5 | 59,9 | 55,9 | -6,7 | 6,3 | 5,2 |
| 3 | China | 31,2 | 55,7 | 57,6 | 84,6 | 3,4 | 4,6 | 5,8 | 3 | França | 33,0 | 44,0 | 46,9 | 54,5 | 53,7 | -1,5 | 6,9 | 5,0 |
| 4 | Espanha | 46,4 | 52,7 | 56,7 | 22,2 | 7,6 | 6,9 | 5,7 | 4 | China | 16,2 | 29,3 | 45,8 | 48,5 | 50,0 | 3,1 | 3,4 | 4,7 |
| 5 | Itália | 41,2 | 43,6 | 46,1 | 11,9 | 5,7 | 6,1 | 4,7 | 5 | Itália | 27,5 | 35,4 | 38,8 | 43,0 | 41,2 | -4,2 | 5,8 | 3,8 |
| 6 | Turquia | 9,6 | 27,0 | 29,3 | 205,2 | 8,5 | 1,4 | 3,0 | 6 | Macau | 3,2 | 7,9 | 27,8 | 38,5 | n.d. | n.d. | 0,7 | n.d. |
| 7 | Reino Unido | 23,2 | 28,3 | 29,3 | 26,3 | 3,5 | 3,4 | 3,0 | 7 | Alemanha | 18,7 | 29,2 | 34,7 | 38,9 | 38,1 | -2,1 | 3,9 | 3,5 |
| 8 | Alemanha | 19,0 | 26,9 | 28,4 | 49,5 | 5,6 | 2,8 | 2,9 | 8 | Reino Unido | 21,9 | 30,7 | 32,4 | 35,1 | 36,4 | 3,7 | 4,6 | 3,4 |
| 9 | Malásia | 10,2 | 24,6 | 24,7 | 142,2 | 0,4 | 1,5 | 2,5 | 9 | Hong Kong | 5,9 | 10,3 | 22,2 | 27,7 | 31,7 | 14,4 | 1,2 | 2,9 |
| 10 | México | 20,6 | 23,3 | 23,4 | 13,6 | 0,4 | 3,1 | 2,4 | 10 | Austrália | 9,3 | 16,8 | 29,1 | 31,5 | 31,5 | 0,0 | 2,0 | 2,9 |
| 35 | Portugal | 12,1 | n.d. | 7,2 | -40,5 | n.d. | 1,8 | 0,7 | 28 | Portugal | 5,2 | 7,7 | 10,1 | 11,3 | 11,1 | -1,8 | 1,1 | 1,0 |
| | Mundo | 674,0 | 942,0 | 990,0 | 46,9 | 5,1 | 100,0 | 100,0 | | Mundo | 475,0 | 680,0 | 930,0 | 1042,0 | 1075,0 | 3,2 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cálculos GEE, com base nos Quadros Estatísticos do Turismo de Portugal e UNWTO World Tourism Barometer, volume 11, Abril de 2013.

Notas: p= valores provisórios; n.d.= valores não disponíveis

Quanto às despesas em turismo a nível mundial, as estimativas para 2012 apontam para cerca de 1073 mil milhões de dólares. É de assinalar a posição da China no primeiro lugar do ranking, após um aumento de 40,5% no valor das despesas, em 2012. **Portugal** ocupou a 43ª posição em 2011, mantendo uma quota de mercado de 0,4%, idêntica à de 2000 e registando um crescimento da ordem dos 3% face a 2010.

| Rank em 2012 | Países | Despesas do turismo internacional | | | | | | | |
|--------------|-----------------|-----------------------------------|-------------|------------|------------|-------------|----------------------|----------------------|-------------|
| | | Mil milhões de dólares | | | | | Taxa de Variação (%) | Quota de Mercado (%) | |
| | | 2000 | 2005 | 2010 | 2011 | 2012p | 2012/11 | 2000 | 2012 |
| 1 | China | 13,1 | 21,8 | 54,9 | 72,6 | 102,0 | 40,5 | 2,8 | 9,5 |
| 2 | Alemanha | 53,0 | 74,4 | 78,1 | 85,9 | 83,8 | -2,4 | 11,2 | 7,8 |
| 3 | EUA | 64,7 | 69,9 | 75,5 | 78,7 | 83,7 | 6,4 | 13,6 | 7,8 |
| 4 | Reino Unido | 38,4 | 59,6 | 50,0 | 51,0 | 52,3 | 2,5 | 8,1 | 4,9 |
| 5 | Federação Russa | 8,8 | 17,3 | 26,6 | 32,5 | 42,8 | 31,7 | 1,9 | 4,0 |
| 6 | França | 17,8 | 31,8 | 39,0 | 44,1 | 38,1 | -13,6 | 3,7 | 3,5 |
| 7 | Canadá | 12,4 | 18,0 | 29,6 | 33,3 | 35,2 | 5,7 | 2,6 | 3,3 |
| 8 | Japão | 31,9 | 27,3 | 27,9 | 27,2 | 28,1 | 3,3 | 6,7 | 2,6 |
| 9 | Austrália | n.d. | 11,3 | 22,2 | 26,7 | 27,6 | 3,4 | n.d. | 2,6 |
| 10 | Itália | 15,7 | 22,4 | 27,1 | 28,7 | 26,2 | -8,7 | 3,3 | 2,4 |
| 43* | Portugal | 2,2 | n.d. | 2,9 | 3,0 | n.d. | n.d. | 0,5 | n.d. |
| | Mundo | 475,0 | n.d. | 927,0 | 1030,0 | 1073,7 | 4,2 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cálculos GEE, com base nos Quadros Estatísticos do Turismo de Portugal e UNWTO World Tourism Barometer, volume 11, Abril de 2013.

Notas: Despesas em turismo efectuadas fora do país de residência por visitantes (excursionistas e turistas) de um dado país de origem. *Rank em 2011

¹⁰ A escolha de 2011 como último ano para apresentação de dados deveu-se ao facto de, relativamente a 2012, alguns países do grupo analisado não terem ainda apresentado as suas estimativas para o volume de receitas do Turismo ou valor do PIB.

Em termos de fatores competitivos, Portugal destaca-se a nível mundial pelos recursos culturais, sustentabilidade ambiental, infraestruturas e segurança, de acordo com o Índice de Competitividade de Viagens e Turismo 2013¹¹ (Caixa 3).

Caixa 3 – Fatores de competitividade

De acordo com os resultados do Índice de Competitividade Viagens e Turismo (ICVT) 2013, Portugal encontra-se na 20ª posição no ranking global de competitividade, tendo descido duas posições face a 2011. No contexto do continente Europeu, Portugal encontra-se na 12ª posição, à frente de grandes países recetores de turismo, como a Itália e a Grécia. Neste âmbito, Portugal demonstra melhores desempenhos competitivos em matéria de dotação de recursos humanos (19ª posição), comparativamente com as questões do quadro regulamentar (20ª posição) e do ambiente empresarial e infraestruturas (27ª posição).

São de salientar outras categorias do ranking em que Portugal mais se destaca a nível mundial, como os recursos culturais (13ª posição), a sustentabilidade ambiental (15ª posição), as infraestruturas do turismo (16ª posição) e o clima de segurança (19ª posição). Algumas destas vantagens competitivas estão em linha não só com o que os Europeus procuram¹², nomeadamente a herança cultural (26%), como com o que os faz regressar a um destino de férias, como a qualidade do alojamento (31%).

A Europa, apesar de estar sob uma instabilidade económica e financeira, continua a ser o principal mercado emissor de turismo para Portugal gerando cerca de 85% das dormidas internacionais. Para definir estratégias mais competitivas para o mercado turístico nacional é importante conhecer as opções dos europeus relativamente à prática de turismo (Caixa 4).

Caixa 4 – Alguns efeitos da crise económica nas atitudes dos Europeus

O Flash Eurobarometer 370, sobre Atitudes of Europeans Towards Tourism, publicado em Março de 2013, permite tirar algumas conclusões sobre o estado do turismo na União Europeia.

De acordo com esta fonte, 71% dos inquiridos viajou pelo menos uma vez, ao longo de 2012. A menor percentagem de inquiridos a viajar registou-se em Turquia (42%), logo seguida de Portugal (52%). Para além disso, 47% dos entrevistados afirmou ter passado o período de férias no seu próprio país, nesse mesmo ano. Esta situação foi especialmente comum em países como a Grécia (87%), a Turquia (80%), a Itália (80%) e a Bulgária (79%).

Razões financeiras foram o principal motivo apresentado para não terem sido gozadas férias em 2012 (cerca de 46% dos inquiridos). Esta explicação foi a mais comum em países como a Bulgária (73%), a Grécia (72%) e Portugal (61%).

O sol e a praia (40%) e a visita a amigos ou familiares (36%) foram as principais razões para marcação de férias em 2012, com uma duração igual ou superior a quatro noites consecutivas. A maioria dos inquiridos seguiu recomendações de amigos (56%) ou recolheu informação na internet (46%). Em termos de destinos, Espanha foi o país mais procurado (10%), seguida de França e Itália (8%).

Cerca de 75% dos inquiridos da UE15 afirmaram estar a planear férias para 2013, mas um terço reconheceu que já alterou os planos de férias, dada a situação económica. Entre os países cujos inquiridos expressaram uma maior vontade em viajar, está a Noruega (92%), a Áustria (91%) e a Alemanha (90%). Na Turquia, 44% dos entrevistados afirmou não estar a planear viajar em 2013, um valor só superado pela Malta (48%).

¹¹ O *Travel & Tourism Competitiveness Index* 2013 tem por objectivo medir os factores e as políticas que tornam atractivo desenvolver o sector das Viagens e Turismo em 140 países. Consta da publicação *Travel & Tourism Competitiveness Report* 2011, do *World Economic Forum*, divulgada em Março de 2013.

¹² Survey on the attitudes of Europeans towards tourism, Flash Eurobarometer 370

5. Medidas de apoio à competitividade do turismo nacional

5.1 Plano Estratégico Nacional do Turismo

O Turismo é considerado um setor estratégico para o desenvolvimento da economia nacional e para a criação de emprego. Neste sentido, no quadro das políticas públicas a atividade turística é objeto de um plano de orientações estratégicas específico, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), que se apresenta como um documento estruturante, sinalizador das orientações das políticas públicas para o setor, que pretende facilitar os processos de decisão de investimento e de negócio das empresas.

| Programas estratégicos para o Turismo nacional 2013-2015 | |
|--|---|
| Programas | Projetos |
| Promoção e Venda | Ancorar a comunicação nas pessoas e no propósito do Destino Portugal |
| | Alinhar a estratégia de comunicação do turismo nacional com as novas tendências |
| | Lançar um novo modelo de intervenção nos mercados alvo |
| | Implementar um programa de marketing dirigido aos agentes que organizam e distribuem o produto no mercado |
| | Diversificar a carteira de mercados turísticos para Portugal |
| Conteúdos e Experiências | Desenvolver conteúdos e estratégias de comunicação |
| | Incentivar a criação de experiências inovadoras e o empreendedorismo |
| Produtos Estratégicos | Sol e mar |
| | Circuitos turísticos religiosos e culturais |
| | Estadias de curta duração em cidade |
| | Turismo de negócios |
| | Golfe |
| | Turismo de natureza |
| | Turismo náutico |
| | Turismo residencial |
| | Turismo de saúde |
| | Gastronomia e vinhos |
| Destinos Turísticos | initiative.pt 2.0 |
| | Cruise Portugal |
| | Implementar um projeto para a captação de estágios desportivos |
| | Turismo militar |
| | Turismo científico |
| | Reforçar a competitividade do destino Algarve |
| | Desenvolver destinos turísticos sustentáveis |
| | Promover a implementação de sistemas de qualidade no setor do turismo |
| | Tornar Portugal num destino acessível para todos |
| | Promover a simplificação de processos e a redução de custos de contexto |
| Capacitação Financeira e Modernização | Consolidar a estrutura financeira das empresas |
| | Qualificar as empresas por via da modernização |
| | Valorizar a oferta turística |
| Qualificação e Emprego | Organizar a educação e a formação para o setor do turismo |
| | Desenvolver as profissões estratégicas para o turismo |
| | Proporcionar uma base de formação comum e transversal para os profissionais do turismo |
| | Qualificar outros profissionais para o turismo e a interação com o turista |
| | Promover o emprego jovem no setor do turismo |
| Plataformas e Canais de Distribuição | Disseminar o conhecimento sobre as novas tendências e a inovação no setor |
| | Criar referencial para representação das empresas na Internet |
| Inteligência de Mercado e I&DT | Preparar as empresas para as redes digitais |
| | Aprofundar o conhecimento de mercado |
| | Dinamizar projetos de I&DT com incidência no Turismo: |

Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Turismo, Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2013, de 16 de Abril.

O PENT 2013-2015, aprovado em abril de 2013, decorre da revisão do anterior documento estratégico, aprovado em 2007, atendendo à necessidade de o adaptar às mudanças estratégicas aprovadas pelo Programa do XIX Governo, bem como de o ajustar ao período de instabilidade nos mercados financeiros e crescimento económico bastante moderado da economia europeia, principal emissora de turistas para Portugal.

Assim, as linhas de desenvolvimento estratégico do PENT 2013-2015 assentam em 8 programas e 40 projetos de implementação. Dá destaque à marca “Destino Portugal”, como agregadora de múltiplas ofertas concorrendo para o reforço da identidade nacional e da coesão do território. A proposta “destino Portugal assenta nos valores: clima e luz, história, cultura e tradição, hospitalidade e diversidade concentrada, segurança e paisagem e património natural. E estabelece novos objetivos mais consentâneos com a atual realidade económica e financeira internacional, com a evolução do PIB, do emprego, e do rendimento disponível que condicionam fortemente os fluxos turísticos. Neste processo de ajustamento do PENT as metas quantitativas da estratégia nacional são revistas, nomeadamente:

- Em relação às dormidas, o objetivo é crescer a uma média anual de 3,1% no período 2011-2015, sendo a procura externa o principal motor do crescimento (3,7% no período 2011-2015).
- Para as receitas, base da rentabilidade e sustentabilidade das empresas, e num cenário de financiamento limitado, o objetivo é crescer 6,3% ao ano no mesmo período. Ou seja, aumentar o consumo médio do turista em Portugal, só possível com a qualificação e inovação da oferta das experiências vividas.
- O saldo da balança turística, em linha com a aposta macroeconómica de aumento das «exportações» e setores com elevado nível de incorporação nacional, evoluirá a uma taxa de crescimento médio anual de 9,5% até 2015.

| Indicadores | Tx Variação 11-15 (%) | |
|--------------------------|-----------------------|----------|
| | Tendência | Objetivo |
| Dormidas | | |
| Estrangeiros | 2,5 | 3,7 |
| Total | 1,27 | 3,1 |
| Balança turística | | |
| Receitas | 5,3 | 6,3 |
| despesas | -1,1 | -0,2 |
| Saldo | 8,5 | 9,5 |

Fonte: Plano Estratégico Nacional para o Turismo

5.2 Mecanismos de apoio financeiro às empresas

Em articulação com as orientações de política pública para o setor são adotados mecanismos de apoio às empresas tendo em vista viabilizar a sua atividade e desenvolvimento.

No processo de ajustamento do PENT estabelecem-se as prioridades no apoio financeiro às empresas que assentam nos seguintes objetivos:

- Consolidar a estrutura financeira das empresas, disponibilizando instrumentos que permitam às empresas fazer face às necessidades de tesouraria, às exigências de serviços de dívida desadequados aos meios que atualmente libertam e à necessidade de reforçar os seus capitais permanentes.
- Qualificar as empresas por via da modernização, assegurando mecanismos que permitam às empresas reforçar o seu posicionamento no mercado (áreas da internacionalização e da economia digital) e na contenção de custos (eficiência energética).
- Valorizar a oferta turística, proporcionando o apoio à requalificação dos empreendimentos turísticos, assim como ao desenvolvimento de propostas de investimento nas áreas da animação turística e da restauração de interesse para o turismo.

- Capacitar as empresas, através de mecanismos que permitam reforçar as competências das empresas em matéria de organização e gestão, assim como dotá-las de recursos humanos mais qualificados.

A seguir referem-se alguns instrumentos de apoio financeiro dirigidos às empresas do setor do turismo na forma de incentivos ou na forma de crédito.

| | |
|-------------------|--|
| Incentivos | Sistema de Incentivos à Inovação |
| | Sistema de Incentivos à Qualificação PME |
| | Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento |
| Crédito | Mecanismo de carência de capital |
| | Linha de Apoio à Tesouraria |
| | PME Crescimento |
| | Linha de Apoio à Qualificação da Oferta |
| | Iniciativa Jessica |

Fonte: Turismo de Portugal, I.P.

6. Conclusões Gerais

- ◆ Com base na Balança de Pagamentos do Banco de Portugal, verifica-se que as receitas do Turismo aumentaram consistentemente ao longo da última década, passando de 5,7 mil milhões de euros em 2000, para 8,6 mil milhões de euros em 2012. Em 2012 as receitas do turismo aumentaram cerca de 5,6%, passando a representar 5,2% do PIB (mais 0,4 p.p. face a 2011).
- ◆ Relativamente à Balança Turística, 2009 foi o único ano em que o seu saldo registou uma taxa de variação negativa. Nesse ano, as receitas do Turismo sofreram um decréscimo de cerca de 7%, mas aumentaram quase 25% entre 2010 e 2012.
- ◆ A atividade turística ressentiu-se nos anos de 2008 e 2009, com vários indicadores a apresentarem taxas de variação negativas. No entanto, a partir de 2010 nota-se uma recuperação generalizada. Por exemplo, a Contribuição do Turismo para o VAB da Economia sofreu um decréscimo de quase 5% entre 2007 e 2009, mas cresceu 6,4% em 2010. Também o Consumo Turístico Interior decresceu 6,2% em 2009, mas aumentou 7,9% no ano seguinte.
- ◆ A grande maioria dos turistas que pernoitam em Portugal são oriundos da Europa, com especial destaque para o Reino Unido, Alemanha, Espanha e França. Deste grupo de países, apenas as dormidas dos turistas alemães tiveram um crescimento, de 2011 para 2012. Em termos de receitas do Turismo, os contributos mais significativos são oriundos da França, Reino Unido e Espanha, em 2012.
- ◆ A nível nacional, registou-se um aumento do número total de dormidas em 2012 (0,8%), apesar de ter havido um decréscimo no total de proveitos (-2,4%). Analisando a estrutura regional em 2012, o Algarve permanece a região que atraiu mais visitantes (36,1% das dormidas), tendo também sido a única a crescer em termos de proveitos totais (3,4%). As regiões do Norte e Centro, cujo peso é relativamente inferior no total das dormidas, registaram diminuições tanto no número de dormidas (-0,1% e -6,4%), como no total de proveitos (-5,1% e -10%).
- ◆ Em termos de medidas estratégicas para o Turismo, foi aprovado em abril de 2013 o PENT 2013-2015, que decorre da revisão do anterior documento estratégico, dada a necessidade de o adaptar às mudanças estratégicas aprovadas pelo Programa do XIX Governo, bem como de o ajustar ao período de instabilidade nos mercados financeiros e crescimento económico bastante moderado da economia europeia, principal emissora de turistas para Portugal. As linhas de desenvolvimento estratégico do PENT 2013-2015 assentam em 8 programas e 40 projetos de implementação.
- ◆ No contexto do turismo mundial, em 2012 Portugal desceu para o 35º lugar nas chegadas de turistas internacionais, num conjunto de 140 países. Em termos de receitas, Portugal desceu

para o 28º lugar, ficando com uma quota de mercado de 1%. Para 2013, perspetiva-se um crescimento na ordem dos 3% a 4%, nas chegadas de turistas a nível mundial.

7. Referências

ANA Aeroportos (2012), *Relatórios de Tráfego 2011*

Banco de Portugal (2013), *Estatísticas da Balança de Pagamentos, Balança Corrente, Serviços, Viagens e Turismo*

Banco Mundial, *World Development Indicators*

Costa, E.P. e Gouveia, M. (2010), *A evolução recente da atividade turística em Portugal*

Estatísticas do Governo Regional da Madeira (2013), *Estatísticas dos Transportes da Região Autónoma da Madeira 2012*

European Commission (2013), *Attitudes of Europeans towards Tourism, Flash Eurobarometer 370*

INE (2012), *Conta Satélite do Turismo*

INE (2012), *Contas Económicas Regionais*

INE (2012), *Estatísticas do Turismo*

Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2013, de 16 de Abril, *Plano Estratégico Nacional para o Turismo*

Turismo de Portugal (2012), *O Turismo em 2011*

Turismo de Portugal (2011), *O Turismo na Economia: Evolução do contributo do Turismo para a economia portuguesa, 2000-2010*

Turismo de Portugal (2012), *Os Resultados do Turismo 2012*

Turismo de Portugal (2012), *Quadros Estatísticos*

World Economic Forum (2013), *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2013: Reducing Barriers to Economic Growth and Job Creation*

World Tourism Organization (2012), *World Tourism Barometer*, volume 10, maio de 2012

World Tourism Organization (2013), *World Tourism Barometer*, volume 11, abril de 2013

8. Anexos

Quadro A - Peso do Turismo na Economia e no Emprego, 2000-2010

| Indicadores | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| Contribuição do Turismo para o VAB da Economia (10 ⁶ Euros) | 4562,3 | 4829,0 | 4789,3 | 4645,8 | 4978,3 | 5095,0 | 5583,5 | 6208,7 | 6075,8 | 5902,7 | 6279,8 |
| Peso do Turismo no VAB (%) | 4,1 | 4,1 | 3,9 | 3,7 | 3,8 | 3,8 | 4,1 | 4,3 | 4,1 | 4,0 | 4,1 |
| Taxa de variação do VAB do Turismo (%) | | 5,8 | -0,8 | -3,0 | 7,2 | 2,3 | 9,6 | 11,2 | -2,1 | -2,8 | 6,4 |
| Consumo Turístico Interior (10 ⁶ Euros) | 11 551 | 12 163 | 12 098 | 11 749 | 12 394 | 12 792 | 14 008 | 15 467 | 15 776 | 14 797 | 15 960 |
| Peso do Consumo Turístico no PIB (%) | 9,1 | 9,1 | 8,6 | 8,2 | 8,3 | 8,3 | 8,7 | 9,2 | 9,2 | 8,8 | 9,2 |
| Taxa de variação do Consumo Turístico(%) | | 5,3 | -0,5 | -2,9 | 5,5 | 3,2 | 9,5 | 10,4 | 2,0 | -6,2 | 7,9 |
| Emprego nas Actividades Características do Turismo* | 355 412 | 376 987 | 389 550 | 401 254 | 412 530 | 422 189 | 433 396 | 444 717 | 438 510 | n.d. | n.d. |
| Peso do Emprego nas Act. Caract. Turismo no Emprego na Economia (%) | 7,1 | 7,4 | 7,6 | 7,8 | 8,1 | 8,3 | 8,5 | 8,7 | 8,6 | n.d. | n.d. |
| Taxa de variação do Emprego do Turismo (%) | | 6,1 | 3,3 | 3,0 | 2,8 | 2,3 | 2,7 | 2,6 | -1,4 | n.d. | n.d. |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | |
| VAB da Economia (10 ⁶ Euros) | 111252,4 | 117610 | 122446,5 | 124845,8 | 129918,8 | 132881,8 | 137827,7 | 145697,9 | 149792,9 | 148086,0 | 152602,5 |
| Taxa de variação do VAB da Economia (%) | | 5,7 | 4,1 | 2,0 | 4,1 | 2,3 | 3,7 | 5,7 | 2,8 | -1,1 | 3,0 |
| PIB pm (10 ⁶ Euros) | 127 007 | 134 137 | 140 137 | 143 015 | 148 827 | 153 728 | 160 273 | 168 737 | 172 022 | 168 074 | 172 837 |
| Taxa de variação do PIB da Economia (%) | | 5,6 | 4,5 | 2,1 | 4,1 | 3,3 | 4,3 | 5,3 | 1,9 | -2,3 | 2,8 |
| Emprego na Economia* | 5 030 081 | 5 121 423 | 5 151 343 | 5 120 794 | 5 116 756 | 5 100 023 | 5 126 052 | 5 123 052 | 5 123 794 | 5 147 137 | n.d. |
| Taxa de variação do Emprego da Economia (%) | | 1,8 | 0,6 | -0,6 | -0,1 | -0,3 | 0,5 | -0,1 | 0,0 | 0,5 | n.d. |

Notas: * Número de postos de trabalho; n.d.= Não disponível; p=valores provisórios
Fonte: INE, Contas Económicas Regionais, Conta Satélite do Turismo

Quadro B – Peso do Turismo na Exportação de Bens e Serviços e Balança Turística, 2000-2012

| Indicadores | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Receitas do Turismo (10 ⁶ Euros) | 5720 | 6125 | 6094 | 5849 | 6195 | 6199 | 6672 | 7402 | 7440 | 6908 | 7601 | 8146 | 8606 |
| Despesas do Turismo (10 ⁶ Euros) | 2422 | 2363 | 2247 | 2131 | 2225 | 2454 | 2658 | 2869 | 2939 | 2712 | 2953 | 2974 | 2946 |
| Exportação de Bens e Serviços (10 ⁶ Euros) | 37039 | 38364 | 39383 | 40204 | 42741 | 43375 | 50495 | 55486 | 57066 | 48339 | 54470 | 58002 | 59987 |
| Peso do Turismo na Exportação de Bens e Serviços (%) | 15,4 | 16,0 | 15,5 | 14,5 | 14,5 | 14,3 | 13,2 | 13,3 | 13,0 | 14,3 | 14,0 | 14,0 | 14,3 |
| Saldo da Balança Turística (10 ⁶ Euros) | 3298 | 3762 | 3847 | 3718 | 3971 | 3744 | 4014 | 4533 | 4501 | 4196 | 4648 | 5172 | 5660 |
| Saldo no PIB (%) | 2,6 | 2,8 | 2,7 | 2,6 | 2,7 | 2,4 | 2,5 | 2,7 | 2,6 | 2,5 | 2,7 | 3,0* | n.d. |

Fonte: Banco de Portugal e INE

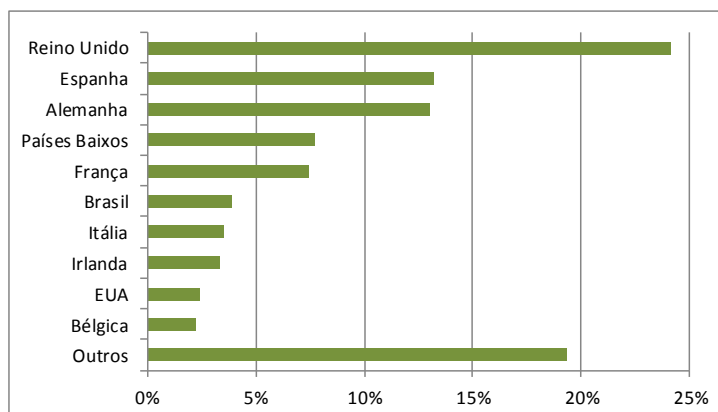
Nota: *estimativa

Quadro C - Dormidas e Estada Média por países de residência habitual, 2005-2012

| Países de Residência | Dormidas por países de residência habitual | | | | | | | | Estada média por países de residência habitual | | | | | |
|----------------------|--|------|------|-------|-------|------|------|-------|--|------|------|--------------------|--------------------|------|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2002 | 2010 | 2011 | Variação 2011/2002 | Variação 2011/2010 | |
| Alemanha | 3,4 | -0,9 | -0,3 | -5,0 | -8,6 | -1,9 | 3,5 | 9,4 | Países Baixos | 5,6 | 5,2 | 5,1 | -0,5 | -0,1 |
| Bélgica | 5,7 | 9,2 | 8,2 | -2,8 | -5,6 | -7,7 | 11,3 | - | Reino Unido | 6,0 | 4,9 | 5,0 | -1,0 | 0,1 |
| Brasil | 22,2 | 12,3 | 21,0 | 20,4 | -11,5 | 39,1 | 22,6 | 12,7 | Irlanda | 7,1 | 4,9 | 4,9 | -2,2 | 0,0 |
| Espanha | 13,9 | 17,2 | 5,8 | -9,2 | 4,4 | 2,3 | 5,1 | -10,5 | Alemanha | 5,2 | 4,5 | 4,6 | -0,6 | 0,1 |
| EUA | 0,5 | 7,8 | 4,6 | -13,0 | -6,7 | 8,8 | 6,1 | 9,0 | Bélgica | 4,3 | 3,5 | 3,6 | -0,7 | 0,1 |
| França | 1,7 | 11,6 | 16,2 | 10,3 | 0,3 | 1,5 | 19,2 | 15,2 | França | 2,6 | 2,8 | 2,9 | 0,3 | 0,1 |
| Holanda | 12,3 | 6,9 | 1,7 | 8,1 | -9,4 | 3,0 | 8,1 | 7,6 | Espanha | 2,3 | 2,4 | 2,5 | 0,2 | 0,1 |
| Irlanda | -5,1 | 7,5 | 8,3 | -2,3 | -14,8 | -5,2 | 4,7 | 14,3 | Itália | 2,4 | 2,4 | 2,4 | 0,0 | 0,0 |
| Itália | -2,0 | 31,8 | 6,0 | -8,1 | -13,5 | 8,2 | 5,6 | -5,0 | Brasil | 2,4 | 2,2 | 2,2 | -0,2 | 0,0 |
| Reino Unido | 4,2 | -1,6 | 6,2 | -5,2 | -22,4 | -3,1 | 13,9 | 2,3 | EUA | 2,3 | 2,2 | 2,2 | -0,1 | 0,0 |
| Estrangeiro | 3,8 | 5,6 | 6,2 | -2,1 | -11,4 | 1,7 | 10,1 | 4,9 | Estrangeiro | 4,2 | 3,5 | 3,5 | -0,7 | 0,0 |
| Portugal | 4,6 | 6,0 | 5,0 | 0,4 | 1,7 | 4,1 | -2,5 | -7,2 | Portugal | 2,2 | 2,1 | 2,0 | -0,2 | -0,1 |
| Total Geral | 4,0 | 5,8 | 5,8 | -1,3 | -7,1 | 2,6 | 5,5 | 0,8 | Total Geral | 3,2 | 2,8 | 2,8 | -0,4 | 0,0 |

Fonte: GEE, com base no INE, Estatísticas do Turismo 2002, 2010 e 2011

Figura A - Dormidas de não residentes, por país de residência habitual, em 2011



Fonte: GEE, com base no INE, Estatísticas do Turismo 2011

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

| Iniciativa | Sumário |
|--|--|
| <p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>15 de outubro de 2013</p> | <p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 15 de outubro de 2013 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso das PME ao financiamento: O Conselho debateu uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento (BEI) de apoio à melhoria do acesso das PME a financiamento, tendo considerado três opções para a definição de instrumentos de partilha de risco a serem cofinanciados pelos fundos europeus e por fundos do BEI: (1) um instrumento conjunto de garantia (possivelmente combinado com um instrumento conjunto de titularização) para as carteiras de novos empréstimos a PME's; (2) um instrumento conjunto de titularização que englobe carteiras existentes de empréstimos a PME's, assim como carteiras de novos empréstimos; e (3) opção similar à anterior, mas com partilha de recursos e de riscos entre estados-membros. Estas opções estão ainda em fase de estudo; ▪ Semestre Europeu – aspetos a melhorar: O Conselho trocou impressões sobre os aspetos que poderão ser melhorados para uma gestão mais eficiente dos procedimentos associados ao Semestre Europeu, com enfoque para a necessidade de melhorar a supervisão ao longo do ano da implementação das recomendações aprovadas para cada estado-membro. Foi reconhecido que o horizonte temporal no qual o Semestre Europeu decorre é muito limitado, o que condiciona todos os trabalhos que lhe estão subjacentes; ▪ Convenção Quadro das Nações Unidas para as alterações climáticas: As conclusões aprovadas pelo Conselho reiteram o compromisso da UE em contribuir para a adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, em colaboração com outros intervenientes, através da promoção de políticas eficazes e do financiamento. Reconhecendo o financiamento público como insubstituível, a UE pretende alavancar o financiamento privado como um catalisador importante para garantir o investimento necessário para que o aquecimento do planeta não exceda 2 graus Celsius, reforçando a importância de troca de experiências e melhores práticas neste domínio. As conclusões destacam ainda que a atribuição de um preço ao carbono é um instrumento eficiente e eficaz para fornecer incentivos a investimentos que apoiem a mitigação dos impactos das alterações climáticas. <p>É de destacar, ainda, a aprovação pelo Conselho ECOFIN do Regulamento que estabelece o Mecanismo Único de Supervisão (Single Supervisory Mechanism - SSM). Ao abrigo deste Regulamento são atribuídas ao BCE competências de supervisão relativamente aos bancos da zona euro e bancos de outros estados-membros que decidam participar no SSM. A publicação deste Regulamento no dia 29 de outubro permitirá ao BCE assumir as competências referidas a partir de 3 de novembro de 2014.</p> |
| <p>Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas</p> <p>Conselho de Ministros de 30 de Outubro</p> | <p>Aprovou a proposta de lei relativa à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, procurando promover a aproximação do regime laboral dos trabalhadores em funções públicas aos trabalhadores do sector privado, sem prejuízo de salvaguardar as especificidades exigidas pela função e pela natureza pública do empregador Estado.</p> <p>Esta proposta visa também codificar num único instrumento legal o conjunto vasto de diplomas reguladores da relação de trabalho pública, procurando, assim, simplificar o regime e ultrapassar conflitos de interpretação que têm surgido ao longo dos anos com a multiplicidade de diplomas sobre a matéria,</p> |

| Iniciativa | Sumário |
|--|---|
| | criando-se agora, pela primeira vez, uma Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. |
| Práticas individuais restritivas do comércio | Aprovou o regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio, revogando o regime anterior, no sentido de clarificar a sua aplicação e de tornar suficientemente dissuasor o seu incumprimento, através do agravamento do quadro sancionatório. |
| Conselho de Ministros de 30 de Outubro | <p>O diploma densifica o conceito de práticas negociais abusivas, identificando expressamente algumas dessas práticas proibidas a qualquer operador económico, bem como as proibidas no sector agroalimentar, caso o fornecedor seja uma micro ou pequena empresa, organização de produtores ou cooperativa.</p> <p>O diploma agora aprovado visa ainda incentivar os operadores económicos a desenvolverem instrumentos de autorregulação, prevendo a respetiva institucionalização.</p> |
| Regularização de dívidas fiscais e à segurança social | Aprovou em versão final o regime excecional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à segurança social, permitindo a dispensa do pagamento dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas administrativas, bem como a redução significativa das coimas, nos casos de dívidas cujo prazo legal de cobrança terminou até 31 de agosto e sejam pagas até 20 de dezembro de 2013. |
| Conselho de Ministros de 24 de outubro | <p>O objetivo é conferir aos contribuintes uma derradeira oportunidade de regularizar a sua situação tributária e contributiva, essencial para permitir o acesso ao novo quadro comunitário 2014-20.</p> <p>Este regime visa permitir o reequilíbrio financeiro dos devedores, evitando situações de insolvência de empresas e permitindo a manutenção de postos de trabalho, bem como, no que às pessoas singulares respeita, permitir-lhes o acesso a um regime excecional de regularização das suas dívidas de natureza fiscal e à segurança social.</p> |
| Alteração das condições de reforma | Aprovou uma proposta de lei que altera a lei de bases gerais do sistema de segurança social, introduzindo a possibilidade da idade normal de acesso à pensão de velhice ser ajustada de acordo com a evolução dos índices da esperança média de vida. |
| Conselho de Ministros de 17 de outubro | Nesse sentido pode ser alterado o ano de referência da esperança média de vida sempre que a situação demográfica e a sustentabilidade das pensões justificadamente o exija, aplicando-se o novo fator de sustentabilidade no cálculo das pensões futuras, não afetando os atuais pensionistas. |
| Estabilidade do sistema financeiro | Aprovou uma proposta de lei que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros. |
| Conselho de Ministros de 17 de outubro | Esta proposta visa adequar a legislação nacional às novas orientações da Comissão Europeia em matéria de auxílios estatais às medidas de apoio aos bancos no contexto de crise financeira, aprovadas em 30 de julho de 2013 (Comunicação 2013/C 216/01). Deste modo, introduz-se um novo capítulo, relativo à redução da insuficiência de fundos próprios e estabelecem-se regras apertadas para as remunerações da administração e dos quadros superiores dos bancos sob auxílios do Estado. |
| Programa de Financiamento para Acesso à Habitação - Proha- | Aprovou um diploma que revê as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.), ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do Prohabita, Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, quando exista recurso e verbas provenientes do Ban- |

| Iniciativa | Sumário |
|--|---|
| bita | co Europeu de Investimento (BEI). |
| Conselho de Ministros de 17 de outubro | A repartição de encargos far-se-á em 50% por recurso ao BEI, num mínimo de 10% por verbas das autarquias e o remanescente por contrato com o IHRU, I.P., cessando a atribuição de verbas a fundo perdido. |
| Reforma do IRC | Aprovou em definitivo a proposta de lei que concretiza a reforma do IRC. |
| Conselho de Ministros de 13 de outubro | Esta proposta de lei, que teve por base os trabalhos da Comissão para a Reforma do IRC, procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Regime Geral das Infrações Tributárias. |
| Orçamento do Estado para 2014 | Aprovou a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2014, documento entregue na Assembleia da República. |
| Retificação do Orçamento do Estado para 2013 | Foram Também aprovadas as Grandes Opções do Plano para 2014, tendo sido já consideradas as observações constantes do parecer do Conselho Económico e Social. |
| Conselho de Ministros de 13 de outubro | O Governo aprovou ainda uma proposta de retificação do Orçamento do Estado para 2013, de forma a respeitar os compromissos de Portugal como Estado membro da zona euro. |
| Manutenção dos benefícios da ADSE em caso de rescisão por mútuo acordo | Aprovou uma alteração ao diploma que regulamenta o funcionamento e o esquema de benefícios da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, tendo como objetivo possibilitar a manutenção do benefício social da ADSE pelos trabalhadores que pretendam cessar a sua relação jurídica de emprego público por mútuo acordo. |
| Conselho de Ministros de 3de outubro | Assim, estes trabalhadores poderão continuar a beneficiar da proteção no âmbito dos cuidados de saúde e outros de natureza social abrangidos pelo referido subsistema de saúde, implicando, para o efeito, a manutenção da contribuição financeira para o subsistema idêntica à devida pela generalidade dos trabalhadores beneficiários do mesmo. |
| Liberalização no sector postal | Aprovou uma proposta de lei que altera o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional. |
| Conselho de Ministros de 3 de outubro | A proposta visa detalhar o regime de acesso às redes postais para salvaguarda da prestação do serviço postal universal, bem como o regime de contribuição para o fundo de compensação destinado ao financiamento do serviço postal universal. Aprovou ainda a alteração do diploma que introduziu a plena liberalização no sector postal, bem como a alteração do diploma relativo às bases da concessão do serviço postal universal, conformando-os com a Lei Postal. Fica assim completo o quadro legal para a prestação dos serviços postais em plena concorrência, assegurando-se ao mesmo tempo a prestação do serviço postal universal em condições de qualidade e a preços acessíveis a todos os cidadãos. |

2. Seleção de Medidas Legislativas

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| <p><i>Fundo de Compensação do Trabalho</i></p> <p>Portaria n.º 294-A/2013. D.R. n.º 188, Suplemento, Série I de 2013-09-30</p> | <p>Define os procedimentos e os elementos necessários à operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).</p> |
| <p><i>Condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados</i></p> <p>Portaria n.º 295/2013, D.R. n.º 189, Série I de 2013-10-01</p> | <p>Primeira alteração à Portaria n.º 300/2012, de 2 de outubro, que estabelece quem são os beneficiários, termos e condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados, de acordo com o Decreto-Lei n.º 101/2012, de 11 de maio.</p> |
| <p><i>Telecomunicações</i></p> <p>Portaria n.º 296-A/2013. D.R. n.º 190, Suplemento, Série I de 2013-10-02</p> | <p>Terceira alteração à Portaria n.º 1473-B/2008 de 17 de dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM.</p> |
| <p><i>Sector público empresarial</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 133/2013. D.R. n.º 191, Série I de 2013-10-03</p> | <p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 18/2013, de 18 de fevereiro, aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial.</p> |
| <p><i>Infraestrutura ferroviária – taxas de utilização</i></p> <p>Despacho n.º 12596/2013. D.R. n.º 191, Série II de 2013-10-03</p> | <p>Determina a aplicação de taxas pelo IMT, sobre as receitas resultantes das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária nacional obtidas pela REFER, E.P.E.</p> |
| <p><i>Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos tributáveis usados no território nacional</i></p> <p>Portaria n.º 297/2013, D.R. n.º 192, Série I de 2013-10-04</p> | <p>Primeira alteração à Portaria n.º 44/2011, de 26 de janeiro, que fixa as taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos tributáveis usados no território nacional.</p> |
| <p><i>Contrato programa para construção e de equipamento</i></p> <p>Despacho n.º 12686/2013, D.R. n.º 192, Série II de 2013-10-04</p> | <p>Autoriza a celebração do contrato programa entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., referente ao projeto de construção e de equipamento da Extensão de Saúde da Golegã.</p> |
| <p><i>Procedimento para a aquisição de serviços de abate</i></p> <p>Portaria n.º 660/2013, D.R. n.º 193, Série II de 2013-10-07</p> | <p>Autoriza o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.(ICNF,I.P) a proceder à abertura de procedimento para a aquisição de serviços de abate, e toragem de árvores identificadas e previamente georreferenciadas na Zona Tampão (ZT) do território do continente.</p> |
| <p><i>Abertura de procedimento para aquisição de serviços de recolha de dados</i></p> <p>Portaria n.º 661/2013, D.R. n.º 193, Série II de 2013-10-07</p> | <p>Autoriza o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), a proceder à abertura de procedimento para aquisição de serviços de recolha de dados</p> |
| <p><i>Certificados do Tesouro Poupança Mais</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2013. D.R. n.º 196, Série I de 2013-10-10</p> | <p>Permite a emissão de novos valores escriturais nominativos, designados por Certificados do Tesouro Poupança Mais.</p> |
| <p><i>Processo de privatização dos CTT - Correios de Portugal, S. A.</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2013. D.R. n.º 197, Suplemento, Série I de 2013-10-11</p> | <p>Aprova as condições da oferta pública de venda e o caderno de encargos da venda direta institucional, bem como as condições especiais de aquisição de que beneficiam os trabalhadores da CTT, S. A., e de sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, nomeadamente quanto ao preço</p> |
| <p><i>Acordos bilaterais com países terceiros</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2013. D.R. n.º 199, Série I de 2013-10-15</p> | <p>Estabelece a composição das comissões mistas constituídas ou a constituir no âmbito de acordos bilaterais celebrados com países terceiros na área económica.</p> |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| <p><i>Diplomacia económica e a internacionalização da economia</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2013. D.R. n.º 199, Série I de 2013-10-15</p> | <p>Procede à segunda alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2011, de 25 de outubro, que estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia.</p> |
| <p><i>Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social</i></p> <p>Decreto Regulamentar n.º 6/2013. D.R. n.º 199, Série I de 2013-10-15</p> | <p>Procede à terceira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.</p> |
| <p><i>Licenciamento industrial</i></p> <p>Portaria n.º 302/2013. D.R. n.º 200, Série I de 2013-10-16</p> | <p>Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios que devem acompanhar os procedimentos de autorização prévia, de comunicação prévia com prazo e de mera comunicação respeitantes à instalação, exploração e alteração de estabelecimentos industriais.</p> |
| <p><i>Zona Empresarial - sociedade gestora</i></p> <p>Portaria n.º 303/2013. D.R. n.º 200, Série I de 2013-10-16</p> | <p>Estabelece os requisitos de constituição da sociedade gestora de Zona Empresarial, identifica o quadro legal de obrigações e competências, define as regras de formulação do regulamento interno, os elementos instrutórios que devem acompanhar os pedidos de instalação e de título de exploração bem como os pedidos de conversão em Zona Empresarial.</p> |
| <p><i>Fundo de Fomento Cultural</i></p> <p>Portaria n.º 687/2013, D.R. n.º 200, Série II de 2013-10-16</p> | <p>Autoriza o Fundo de Fomento Cultural a proceder à repartição de encargos decorrentes do protocolo e respetivos aditamentos celebrados entre o extinto Ministério da Cultura e a Fundação de Serralves.</p> |
| <p><i>Eficiência energética dos edifícios</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 41/2013. D.R. n.º 201, Série I de 2013-10-17</p> | <p>Retifica o Decreto-Lei n.º 118/2013 de 20 de agosto, do Ministério da Economia e do Emprego, que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios, publicado no Diário da República n.º 159, 1.ª Série, de 20 de agosto de 2013.</p> |
| <p><i>Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 140/2013. D.R. n.º 202, Série I de 2013-10-18</p> | <p>Cria a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., e extingue o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P., e a estrutura de missão Observatório do QREN.</p> |
| <p><i>Lei Orgânica do Banco de Portugal</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 142/2013. D.R. n.º 202, Série I de 2013-10-18</p> | <p>Procede à quinta alteração à Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro.</p> |
| <p><i>Conselho Nacional de Supervisores Financeiros</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 143/2013. D.R. n.º 202, Série I de 2013-10-18</p> | <p>Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro, que cria o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.</p> |
| <p><i>Código do Trabalho</i></p> <p>Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013. D.R. n.º 206, Série I de 2013-10-24</p> | <p>Não declara a inconstitucionalidade de diversas normas e declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, de várias outras normas do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.</p> |
| <p><i>Livre circulação de mercadorias</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 148/2013. D.R. n.º 206, Série I de 2013-10-24</p> | <p>Transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2013/15/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de mercadorias, devido à adesão da República da Croácia.</p> |
| <p><i>Rotulagem do calçado</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 149/2013. D.R. n.º 206, Série I de 2013-10-24</p> | <p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 26/96, de 23 de março, que transpõe para o direito interno a matéria contida na Diretiva n.º 94/11/CE, de 23 de março, do Parlamento Europeu e do Conselho, respeitante à rotulagem do calçado, transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2013/15/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013 e 2006/96/CE do Conselho, de 20 de novembro de 2006, que adaptam determinadas diretivas no domínio da livre circulação de mercadorias, em virtude da adesão da Croá-</p> |

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| <p><i>Lei da Organização do Sistema Judiciário</i> Declaração de Retificação n.º 42/2013. D.R. n.º 206, Série I de 2013-10-24</p> | <p>cia, da Bulgária e da Roménia e adapta a ordem jurídica nacional às alterações introduzidas pelo Ato relativo às condições de adesão da República Checa, da Estónia, do Chipre, da Letónia, da Lituânia, da Hungria, de Malta, da Polónia, da Eslovénia e da Eslováquia à União Europeia.</p> |
| <p><i>Custas processuais</i> Declaração de Retificação n.º 43/2013. D.R. n.º 207, Série I de 2013-10-25</p> | <p>Retifica a Portaria n.º 284/2013, de 30 de agosto, do Ministério da Justiça, que procede à quinta alteração da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 167, de 30 de agosto de 2013.</p> |
| <p><i>Tramitação eletrónica dos processos judiciais</i> Declaração de Retificação n.º 44/2013. D.R. n.º 207, Série I de 2013-10-25</p> | <p>Retifica a Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, do Ministério da Justiça, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 163, de 26 de agosto de 2013.</p> |
| <p><i>Aquisição de Serviços de Manutenção</i> Portaria n.º 712/2013, D.R. n.º 209, Série II de 2013-10-29</p> | <p>Autoriza o Metro de Lisboa a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção do Centro de Comando Centralizado de Energia e Unidades Remotas de Telecomando (URT's) da Rede de Energia.</p> |
| <p>Regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social Decreto-Lei n.º 151-A/2013. D.R. n.º 211, Suplemento, Série I de 2013-10-31</p> | <p>Aprova um regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social</p> <p>O regime deverá permitir o reequilíbrio financeiro dos devedores, evitando situações de insolvência de empresas e assegurando a manutenção de postos de trabalho, bem como, no que às pessoas singulares respeita, configurar o acesso a um regime excecional de regularização das suas dívidas à administração fiscal, e à segurança social.</p> <p>Este decreto-lei, aprova, deste modo, um conjunto de medidas excecionais de recuperação das dívidas à administração fiscal, e à segurança social, permitindo a dispensa ou a redução do pagamento dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas do processo de execução fiscal nos casos de pagamento a pronto, total ou parcial, da dívida de capital.</p> |

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

| Siglas | Descrição | Siglas | Descrição |
|----------|--|----------|---|
| ACAP | Associação do Comércio Automóvel de Portugal | IUC | Imposto Único de Circulação |
| ADSE | Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública | IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado |
| AL | Administração Local | MC | <i>Ministry of Commerce of China</i> |
| AR | Administração Regional | Michigan | Universidade de Michigan |
| BCE | Banco Central Europeu | NBSC | <i>National Bureau of Statistics of China</i> |
| BEA | <i>Bureau of Economic Analysis</i> | OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| BGFRS | <i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i> | OE | Orçamento do Estado |
| BLS | <i>Bureau of Labour Statistic</i> | ONS | Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido |
| BP | Banco de Portugal | OT | Obrigações do Tesouro |
| BT | Bilhetes do Tesouro | PIB | Produto Interno Bruto |
| BVLP | Bolsa de Valores de Lisboa e Porto | SDDS | <i>Special Data Dissemination Standard</i> |
| CE | Comissão Europeia | SFA | Serviços e Fundos Autónomos |
| CEDIC | Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo | SNS | Serviço Nacional de Saúde |
| CGA | Caixa Geral de Aposentações | SS | Segurança Social |
| CMM | Comissão do Mercado de Valores Mobiliários | UE | União Europeia |
| COGJ | <i>Cabinet Office Government of Japan</i> | VAB | Valor Acrescentado Bruto |
| DGEG | Direção-geral de Energia e Geologia | Yahoo | <i>Finance Yahoo</i> |
| DGO | Direção-geral do Orçamento | | |
| DGT | Direção-geral do Tesouro | | |
| EPA | <i>Economic Planning Agency</i> | | |
| Eurostat | Instituto de Estatística da UE | | |
| FBCF | Formação Bruta de Capital Fixo | | |
| FMI | Fundo Monetário Internacional | | |
| FSO | Instituto Nacional de Estatística da Alemanha | | |
| GEE | Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego | | |
| GPEARI | Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública | | |
| IEFP | Instituto de Emprego e Formação Profissional | | |
| IGCP | Instituto de Gestão do Crédito Público | | |
| IGFSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social | | |
| IHPC | Índice Harmonizado de Preços no Consumidor | | |
| INE | Instituto Nacional de Estatística | | |
| INSEE | Instituto Nacional de Estatística da França | | |
| IPC | Índice de Preços no Consumidor | | |
| IRC | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas | | |
| IRS | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares | | |
| IS | Imposto do Selo | | |
| ISM | <i>Institute for Supply Management</i> | | |
| ISP | Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos | | |
| ISTAT | Instituto Nacional de Estatística da Itália | | |
| ISV | Imposto sobre Veículos | | |
| | | Siglas | Unidades |
| | | % | Porcentagem |
| | | p.p. | Pontos percentuais |
| | | p.b. | Pontos base |
| | | EUR/USD | Dólar americano por euros |
| | | EUR/GBP | Libra esterlina por euros |
| | | MM3 | Médias móveis de três termos |
| | | SRE | Saldo de respostas extremas |
| | | VA | Valores acumulados |
| | | VC | Variação em cadeia |
| | | VCS | Valor corrigido de sazonalidade |
| | | VE | Valor efetivo |
| | | VH | Variação homóloga |
| | | VHA | Variação homóloga acumulada |
| | | VITA | Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano |
| | | VM01 | Variação homóloga dos últimos 01 meses |

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.